

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE DIREITO

EMANUELA GAVA CACIATORI

**A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA
ABORDAGEM DESDE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS ADOTADA A
PARTIR DE OUTUBRO DE 2016.**

CRICIUMA

2019

EMANUELA GAVA CACIATORI

**A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA
ABORDAGEM DESDE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS ADOTADA A
PARTIR DE OUTUBRO DE 2016.**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no Curso
de Direito da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes

**CRICIUMA
2019**

EMANUELA GAVA CACIATORI

**A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: UMA
ABORDAGEM DESDE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS ADOTADA A
PARTIR DE OUTUBRO DE 2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 01 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lucas Machado Fagundes - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Antônio Carlos Wolkmer – Doutor - (UNESC)

Prof^a. Débora Ferrazzo - Mestre - (UNESC)

Dedico este trabalho àqueles que possuem a ousadia de sonhar e apostar na força transformadora das utopias, porque é a partir delas que será incitada a construção de outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Muito embora conste meu nome individualmente como autora deste trabalho, ele não seria possível de ser realizado sem a colaboração e apoio de tantas pessoas importantes e especiais que vêm acompanhando minha trajetória acadêmica; ele é, portanto, resultado de uma construção coletiva.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer imensamente à minha família, especialmente minha mãe Miriam, meu pai Roberto e minha irmã Eduarda, pelo privilégio de ter sido incitada, desde muito nova, a pensar criticamente e entender que, acima de tudo, a formação acadêmica precisa ter como diretriz principal a preocupação com as pessoas. Sou grata pelo apoio incondicional, pela paciência e pela fé que depositam em mim: prometo que faço e farei tudo que estiver ao meu alcance para recompensá-los, em todos os sentidos, por tudo o que fizeram e fazem por mim. Não poderia usar palavras o suficiente para expressar o quão feliz eu sou por poder chamá-los de Família.

Agradeço às pessoas que encontrei durante a graduação e me apresentaram à possibilidade de inserção no âmbito da pesquisa e da iniciação científica. Sou grata por todo aprendizado e por toda troca propiciada pela participação nas atividades do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, por cada encontro, palestra, seminário, por cada angústia e alegria partilhada.

Agradeço ao meu orientador Lucas, com quem tive o privilégio de trabalhar desde as fases iniciais da graduação e que me proporcionou tanto crescimento acadêmico e humano. Obrigada por me permitir evoluir e por continuamente incentivar uma criticidade *nuestroamericana*. Sou grata pelo incentivo, atenção e pelo estímulo. Agradeço à minha banca avaliadora, professor Wolkmer e professora Débora, por aceitarem o convite para avaliar este trabalho. Saiba que tenho vocês como espelhos de docentes, pesquisadores e seres humanos.

Aos colegas que tornaram a jornada acadêmica menos árdua e mais leve, muito obrigada! Não posso deixar de citar aqueles com quem tive contato mais direto durante esses anos de graduação, com quem partilhei conquistas e ansiedades, trabalhos, provas e dias e noites de estudo: gratidão especialmente ao Andriw, Aghata, Janine, Jéssica, Luciano, Carolina, Luana, Pedro e Arthur. Gratidão pela

escuta, pelos conselhos e pelo conforto do ombro amigo. Agradeço também às amigadas de longa data, que desde muito antes da graduação estão ao meu lado, e às amigadas mais recentes, mas igualmente verdadeiras, com quem tenho o prazer de compartilhar a caminhada de vida: vocês são muito importantes para mim. São tantos os que eu gostaria de agradecer nominalmente, mas correria o risco de ser injusta, então me limito a dizer que, se de alguma forma, você se sentir parte desse grupo mencionado, tenha certeza que está. Obrigada por estar e permanecer.

Agradeço também pela oportunidade de ter estagiado em duas instituições pelas quais nutro gigantesco apreço e admiração: a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e a Defensoria Pública da União. Especialmente, agradeço aos defensores públicos com quem tive a felicidade de estagiar: Fernando, Carlos, Alexandro, Mariana e Diego, saibam que vocês são profissionais inspiradores. O aprendizado diário, que extrapolou em muito o conhecimento jurídico, me tornou mais humana, e serviu como combustível para que eu jamais deixe de empenhar esforços para que seja possível construir uma sociedade mais equânime. Espero ter sido capaz de contribuir à altura da grandiosidade do trabalho prestado diariamente pelas defensorias.

Aos colegas com quem militei politicamente, especialmente no movimento estudantil, obrigada. As experiências partilhadas foram verdadeiramente engrandecedoras. Que nunca deixemos apagar a chama da indignação, pois ela nos move e não permite que restemos inertes perante injustiças.

Gratidão é a expressão que melhor define o sentimento deste momento.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências [...]. Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. (Eduardo Galeano, em As veias abertas da América Latina)

Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos. (Paulo Freire)

RESUMO

A partir de outubro de 2016 ocorreu uma mudança na precificação da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras. Essa política adotou a paridade com o mercado internacional, repassando-se ao mercado interno a flutuação de câmbio e preços, a fim de acompanhar a volatilidade internacional. A adoção dessa política de precificação chegou a permitir flutuações diárias nos preços praticados pela estatal, mudanças repassadas ao consumidor final. A problemática do trabalho se concentra na pergunta: a política de preços da Petrobras, adotada a partir de outubro de 2016, reproduz a dependência socioeconômica do Brasil? A hipótese apresentada é que o país segue subordinado e dependente dos centros de poder mundial e dos organismos internacionais privados que se empoderaram no cenário globalizado, e que a política de preços adotada pela estatal intensificou o cenário de dependência. O objetivo geral do trabalho foi verificar a reprodução da dependência socioeconômica brasileira, bem como a continuidade do nexu colonial, especialmente explorando a mudança da política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016. Para verificar tal questão, se fez necessário construir uma base teórica, estudando-se, especialmente, a dependência, o Estado e a globalização. Nesse contexto, o primeiro objetivo específico foi investigar qual o local ocupado atualmente pelo Brasil na realidade estrutural do poder capitalista mundial, o que se buscou fazer por meio da Teoria Marxista da Dependência, trabalhando-se com categorias como a da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo brasileiro, a fim de contextualizar as principais contribuições desta teoria. As formulações teóricas dos principais dependentistas datam especialmente das décadas de 1960 a 1980. Ocorre que desde então a sociedade e as lógicas de poder têm se modificado de maneira substancial, motivo que exige que tais contribuições sejam contextualizadas ao cenário de globalização. Do mesmo modo, a pesquisa objetivou averiguar de que maneira o Estado e a dependência são afetados na conjuntura de globalização financeira que atualmente se vivencia, sendo este o segundo objetivo específico. Por fim, enquanto terceiro objetivo específico, investigou-se a histórica dependência brasileira de *commodities*, traçou-se os antecedentes sobre a Petrobras e a questão petrolífera no Brasil, bem como analisou-se se a política de precificação da companhia adotada a partir de outubro de 2016 reproduz a dependência brasileira. Neste trabalho foi utilizada a metodologia dedutiva, em pesquisa do tipo teórica, com emprego de material bibliográfico diversificado, bem como se procedeu, para fins de análise do objeto, à utilização de índices econômicos oficiais. De maneira preliminar, uma vez que estudos deste aporte demandam investigações e reflexões contínuas, a conclusão é no sentido de que a hipótese está se confirmando, isto é, que a política de preços adotada pela Petrobras reforça a dependência brasileira.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; Globalização; Estado; Política de Preços da Petrobras; Colonialidade do Poder.

RESUMEN

A partir de octubre de 2016 ocurrió un cambio en la precificación de la gasolina y del diesel en las refinerías de Petrobras. Esta política adoptó la paridad con el mercado internacional, repasando al mercado interno la fluctuación de cambio y precios, a fin de acompañar la volatilidad internacional. La adopción de esta política de fijación de precios llegó a permitir fluctuaciones diarias en los precios practicados por la estatal, cambios repasados al consumidor final. La problemática del trabajo se concentra en la pregunta: ¿la política de precios de Petrobras, adoptada a partir de octubre de 2016, reproduce la dependencia socioeconómica de Brasil? La hipótesis presentada es que el país sigue subordinado y dependiente de los centros de poder mundial y de los organismos internacionales privados que se empoderaron en el escenario globalizado y que la política de precios adoptada por la estatal intensificó el escenario de dependencia. El objetivo general del trabajo fue verificar la reproducción de la dependencia socioeconómica brasileña, así como la continuidad del nexo colonial, especialmente explorando el cambio de la política de precios adoptada por Petrobras a partir de octubre de 2016. Para verificar tal cuestión, se hizo necesario construir una base teórica, estudiando, especialmente, la dependencia, el Estado y la globalización. En ese contexto, el primer objetivo específico fue investigar cuál es el lugar ocupado actualmente por Brasil en la realidad estructural del poder capitalista mundial, lo que se buscó hacer por medio de la Teoría Marxista de la Dependencia, trabajando con categorías como la de la superexplotación de la fuerza de trabajo y del subimperialismo brasileño, a fin de contextualizar las principales contribuciones de esta teoría. Las formulaciones teóricas de los principales dependentistas datan especialmente de las décadas de 1960 a 1980. Ocurre que desde entonces la sociedad y las lógicas de poder se han modificado de manera sustancial, motivo que exige que tales contribuciones sean contextualizadas al escenario de globalización. De la misma manera, la investigación objetivó averiguar de qué manera el Estado y la dependencia son afectados en la coyuntura de globalización financiera que actualmente se vive, siendo éste el segundo objetivo específico. Por último, como tercer objetivo específico, se investigó la histórica dependencia brasileña de commodities, se trazó los antecedentes sobre Petrobras y la cuestión petrolífera en Brasil, así como se analizó si la política de precios de la compañía adoptada a partir de octubre de 2016 reproduce la dependencia brasileña. En este trabajo se utilizó la metodología deductiva, en investigación del tipo teórico, con empleo de material bibliográfico diversificado, así como se procedió, para fines de análisis del objeto, a la utilización de índices económicos oficiales. De manera preliminar, una vez que estudios de este aporte demandan investigaciones y reflexiones continuas, la conclusión es en el sentido de que la hipótesis se está confirmando, es decir, que la política de precios adoptada por Petrobras refuerza la dependencia brasileña.

Palabras clave: Teoría Marxista de la Dependencia; Globalización; Estado; Política de Precios de Petrobras; Colonialidad del Poder.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: UMA PERSPECTIVA SÓCIOECONÔMICA DESDE <i>NUUESTRA AMERICA</i>.....	14
2.1 O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	16
2.2 A DEPENDÊNCIA NO CAPITALISMO BRASILEIRO.....	24
2.3 O POSSÍVEL (E PERTINENTE) DIÁLOGO ENTRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A COLONIALIDADE DO PODER.....	30
3 GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E DEPENDÊNCIA: OS ESTUDOS SOBRE A DEPENDÊNCIA NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NESTE CENÁRIO	38
3.1 UM RECORRIDO CONCEITUAL SOBRE O SIGNIFICADO DE GLOBALIZAÇÃO: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE O FENÔMENO	39
3.2 UMA LEITURA SOBRE O ESTADO E A DEPENDÊNCIA NA ATUAL FASE DO CAPITALISMO: A CAPTURA DO ESTADO PELOS INTERESSES DO CAPITAL ...	47
3.3 A DEPENDÊNCIA NO CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO	61
4 A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016 E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA	71
4.1 A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA: ENTRE O CASO DAS <i>COMMODITIES</i> , A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA.....	71
4.2 A PETROBRAS E A QUESTÃO PETROLÍFERA NO CENÁRIO BRASILEIRO..	88
4.3 A POLÍTICA DE PREÇOS DE PETROBRAS, A PARIDADE DOS PREÇOS NAS REFINARIAS COM O MERCADO INTERNACIONAL E A VOLATILIDADE ECONÔMICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA DESDE A PRECIFICAÇÃO DA ESTATAL ADOTADA A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016.....	98
5 CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como tema central a política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, que pauta a paridade com o mercado internacional dos preços praticados nas refinarias da estatal, de modo que ao mercado interno é repassada a flutuação de câmbio e preços, a fim de que se acompanhe a volatilidade internacional. Assinala-se que o trabalho analisou a política de preços da Petrobras em vigor até 12 de junho de 2019, último anúncio de mudança na precificação que a companhia fez até a finalização deste estudo. Nesse sentido, objetiva-se investigar de que maneira a atual forma de precificação é capaz de reproduzir, ou não, a dependência socioeconômica brasileira.

A adoção da política de preços que atualmente vigora na Petrobras nos permite tecer uma série de ponderações e questionamentos, entre eles, se a paridade internacional praticada pela companhia e a volatilidade de preços que é repassada ao mercado interno aprofunda a dependência do país para com o cenário externo, bem como se a política é capaz de dar continuidade ao nexo de colonialidade. Antes de outubro de 2016, os preços dos combustíveis nas refinarias da Petrobras observavam fatores outros além da cotação do barril de petróleo no mercado internacional, que é precificado em dólar.

No entanto, antes de chegar-se à análise propriamente dita do objeto central – a política de preços -, faz-se necessário construir uma base teórica que contextualize os elementos que são cruciais para a compreensão do estudo. A análise da política que vigora na estatal não se faz de forma abstrata, mas sim situada desde a teoria crítica latino-americana que se denomina Teoria Marxista da Dependência, sendo este o marco teórico que *suleará*¹ toda a investigação.

¹ Trata-se de um trocadilho com o verbo *norteará*, que rotineiramente é usado no sentido de orientar e guiar. Neste trabalho, opta-se de maneira provocativa por utilizar-se a expressão *suleará*, uma vez que os referenciais teóricos utilizados partem do pensamento crítico localizado no sul global. Parte-se, portanto, do que propõe o uruguaio Joaquin Torres-Garcia em sua famosa afirmação de que “*Nuestro norte es el Sur*”. Ademais, Paulo Freire utilizou o termo “suleá-los” no livro *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, publicado em 1992. Ver: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <http://peadanosiniciais.pbworks.com/f/Pedagogia_da_Esperanca_-_Paulo.pdf>. Acesso em 14 jun. 2019.

Ademais, outros elementos são centrais na pesquisa desenvolvida: de maneira basilar contextualiza-se o fenômeno denominado globalização e estuda-se o papel do Estado neste cenário.

O problema de pesquisa é se a política de preços da Petrobras, adotada a partir de outubro de 2016, reproduz a dependência socioeconômica do Brasil. Nesse sentido, a hipótese que se apresenta é que o país segue subordinado e dependente dos centros de poder mundial e dos organismos privados internacionais que passaram a ocupar um papel importante no espaço político decisório no contexto globalizado, e que a política de preços adotada pela Petrobras intensificou e tornou ainda mais saliente o fenômeno de dependência, evidenciando a direta dependência do Brasil com o cenário internacional.

O objetivo geral do trabalho é buscar responder o problema de pesquisa, isto é, verificar a reprodução da dependência socioeconômica brasileira e a continuidade do nexo de colonialidade, mediante a apreciação da política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016. Por sua vez, os objetivos específicos são: investigar o Brasil dentro da estrutural do poder capitalista mundial, por meio da Teoria Marxista da Dependência; refletir sobre o fenômeno da dependência e o papel do Estado na conjuntura de um mundo globalizado; e analisar a política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, conectando a política de precificação com os estudos sobre a dependência.

O trabalho se estruturou dividindo-se em três capítulos. No primeiro capítulo, estuda-se o desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência, bem como é abordado o que esta teoria formulou especificamente no que tange à realidade da dependência brasileira. Utiliza-se, de forma fulcral, autores como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, que são grandes referenciais teóricos da Teoria Marxista da Dependência. Ademais, propõe-se o estabelecimento de um diálogo entre a Teoria Marxista Dependência e a Colonialidade do Poder, uma vez que são categorias elementares para o pensamento e horizonte crítico latino-americano.

No segundo capítulo, propõe-se investigar os estudos atuais sobre a dependência e o papel que o Estado desempenha no contexto de globalização. Tal tarefa se demonstra necessária na medida em que grande parte dos principais aportes sobre a Teoria Marxista da Dependência são datados do século passado, entre as décadas de 1960 a 1980, o que demanda uma contextualização ante o

panorama atual da dependência, vez que a sociedade sofreu modificações estruturais desde então. Neste capítulo, inicia-se com a conceitualização do fenômeno denominado globalização, partindo-se da ideia de que não se trata de um processo unívoco e que tampouco se refere a um conceito estanque. Em seguida, faz-se uma contextualização do Estado, entendido este como forma de organização política, e da dependência na atual fase do capitalismo, propondo-se que na atual conjuntura o Estado é capturado por interesses do capital – financeiro, especialmente. Por fim, revisam-se os estudos sobre a dependência no cenário de globalização.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, a proposta é estudar o objeto em si do trabalho, qual seja, a política de precificação da Petrobras e a continuidade da dependência brasileira. O escopo do capítulo é analisar a política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, a fim de perquirir quais os elementos que podem ser identificados como reprodutores ou não da dependência política e econômica da sociedade brasileira. Contudo, faz-se necessário recuperar e dimensionar alguns processos históricos, tais como abordar a histórica dependência do país, o ciclo das *commodities*, as discussões em torno da desindustrialização e da reprimarização das economias latino-americanas, bem como trazer elementos para localizar o leitor no cenário brasileiro da questão petrolífera nacional.

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a dedutiva, em pesquisa do tipo teórica, procedendo-se um levantamento de base conceitual e reflexiva da temática (Teoria Marxista da Dependência, Estado, globalização), com emprego de material bibliográfico diversificado, especialmente livros e artigos de periódicos, bem como utiliza-se, para fins de análise do objeto, índices econômicos oficiais e reportagens jornalísticas, que noticiam a mudança da precificação da Petrobras.

A relevância do estudo se localiza no fato de permitir concluir que os índices econômicos são diretamente influenciados pelo cenário externo – o que se mostra ainda mais evidente no cenário da globalização -, de modo que a economia torna-se instável, no caso de não haver outra base capaz de solidificar os indicadores econômicos e blindar o país das constantes variações internacionais.

Ademais, a pesquisa é pertinente uma vez que extrapola, e muito, a questão petrolífera. Diz-se isso porque oscilações nos preços de combustíveis transcendem à mera modificação do quanto se paga no diesel e na gasolina, senão que possuem efeito em cadeia: afetam todos os âmbitos da vida cotidiana, desde o

valor desembolsado para a locomoção diária até o preço final de basicamente todos os produtos que são consumidos pela população, uma vez que, no caso brasileiro, cerca de 75% das mercadorias que circulam no país são escoadas pela malha rodoviária (MESQUITA, 2018).

Soma-se a isso também os impactos ambientais e sociais que podem ser assinalados, da manutenção da dependência de combustíveis fósseis e de uma economia orientada à exportação de matéria-prima. Em última análise, é um estudo que se relaciona com as condições concretas e as necessidades básicas da população brasileira, já que, mais do que números e índices oficiais técnicos e aparentemente abstratos, as oscilações econômicas impactam a vida concreta das gentes. O que *suleia* a presente investigação, e os anseios pessoais da pesquisadora, para além da abstração tecnicista que existe nos dados analisados, é a preocupação com a repercussão oculta que estes índices tem na materialidade viva do povo brasileiro.

Em caráter preliminar, contudo, e conforme será demonstrado no decorrer do trabalho, os resultados apontam para a confirmação da hipótese, isto é, que a adoção da política de precificação que vigora na Petrobras, que mantém a paridade internacional dos preços, reproduz e reforça a dependência socioeconômica brasileira.

Por fim, sugere-se que a adoção dessa política de preços relaciona-se com os ditames da divisão internacional do trabalho, da adoção de políticas liberalizantes do Consenso de Washington e com as previsões dos dependentistas acerca da reprimarização e desindustrialização das economias latino-americanas (tendência que se verifica não somente no Brasil) no seio dos processos de globalização, reforçando a lógica que impera desde os processos de colonização e conquista da América Latina, que coloca os países da região enquanto periferia do sistema-mundo e reserva a posição de exportadores de matéria-prima (*commodities*) para os centros hegemônicos de poder, perpetuando, assim, o nexos de colonialidade.

2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: UMA PERSPECTIVA SÓCIOECONÔMICA DESDE *NUUESTRA AMERICA*²³

A “Teoria Marxista da Dependência” é uma análise importante para o pensamento crítico da região latino-americana, sendo elementar para refletir sobre a realidade local na sua relação para com os centros de poder mundial. Ela é útil, pois propõe que “[...] não há como compreender, separadamente, o fenômeno da colonialidade e do poder capitalista mundial” (QUIJANO, 2005, p. 120), ou seja, a Teoria da Dependência propõe um olhar que é, ao mesmo tempo, específico, uma vez que parte da realidade regional, e geral, pois suas teorizações alcançam as problemáticas do cenário global.

Sem embargo, esses olhares se complementam, uma vez que, em que pese a região da América Latina ter especificidades e peculiaridades que não podem ser ignoradas e merecem valoração, o continente está imbricado em um processo global, e é preciso conceber tanto o aspecto específico quanto a dimensão de parte da estrutura mundial, a fim de ser capaz de dimensionar e compreender a América Latina em toda sua complexidade. Nesse sentido, sintetiza Ruy Mauro Marini (2012, p. 47):

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da economia capitalista e dos mecanismos que a caracterizam proporcionam o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina.

Importa pontuar que, embora o recorte geopolítico deste trabalho seja a realidade brasileira, a Teoria da Dependência foi gestada reflexionando sobre a América Latina como um todo, entendendo que, em maior ou menor grau, todos os

² O conceito de *Nuestra América* foi criado e utilizado pela primeira vez pelo cubano José Martí, em seu ensaio datado de 1891, titulado de “Nuestra América”, que foi publicado originalmente em La Revista Ilustrada de Nueva York, Estados Unidos, em 10 de janeiro de 1891 e no El Partido Liberal, México, 30 de janeiro, de 1891. Ver: MARTÍ, José. **Nuestra América**. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20140310040752/14Marti.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2019.

³ Alguns dos tópicos desenvolvidos neste capítulo foram trabalhados previamente no artigo CACIATORI, Emanuela Gava; MACHADO, Lucas Fagundes: A colonialidade do poder e a dependência do Estado latino-americano: elementos para refletir a condição periférica regional. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 5, n. 12, p. 87-109, 2018.

países do continente estão imbricados neste fenômeno. Por isso, inicialmente, reportar-se-á ao continente latino-americano de forma geral.

Desta forma, o objetivo desse capítulo é percorrer as contribuições dos principais teóricos da Dependência, de modo a levantar uma base teórica para poder posteriormente analisar o objeto deste trabalho de conclusão de curso.

Inicialmente, importa destacar que as formulações dependentistas não são unânimes e uniformes e que existem, ao menos, duas grandes vertentes da Teoria da Dependência, que possuem importantes distinções⁴. Brevemente se conceituará os autores que teorizam ambas as tendências – a alcunhada estruturalista/reformista e a de inspiração marxista/revolucionária – e se justificará a escolha teórica, por questões metodológicas, da vertente de inspiração marxista. Cristóbal Kay cita como autores reformistas da dependência Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e como autores do campo marxista, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank (2017, p. 160-161).

A vertente reformista, com características weberianas (OURIQUES, 2017, 153) e a utilização do método histórico-estrutural (OURIQUES, 2017, 144), sustenta “[...] ser possível resolver o problema da dependência pela reforma do sistema capitalista” (KAY, 2017, p. 161). Em certo ponto, os autores dessa vertente já consideram a problemática da dependência superada e, Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, apresenta a ideia de interdependência⁵ (OURIQUES, 2017, p. 145) e não considera, necessariamente, a dependência como um entrave ao desenvolvimento, propondo a ideia de um “[...] desenvolvimento dependente associado” (KAY, 2017, 175), isto é, que se associando às economias centrais, poder-se-ia gerar desenvolvimento na periferia, ainda que esse desenvolvimento

⁴ Para uma explanação mais pormenorizada das distinções entre as vertentes dependentistas, ver: KAY, Cristóbal. Enfoques Reformistas e Marxistas da Dependência. In: SEABRA, Raphael Lana. **Dependência e marxismo**. Contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

⁵ A economista Roberta Traspadini escreveu um livro no qual crítica as ideias formuladas por Fernando Henrique Cardoso, defendendo que o sociólogo teoriza, na verdade, em defesa da interdependência e do desenvolvimento dependente associado, o que esgotaria, *per sí*, as possibilidades de um desenvolvimento autônomo latino-americano. Traspadini propõe que Fernando Henrique Cardoso nunca pertenceu à verdadeira Teoria da Dependência, uma vez que ele entendia que a dependência era inerente ao desenvolvimento do capitalismo e que a interdependência seria a forma ideária de conectar as economias centrais e periféricas e que, portanto, o sociólogo não propunha a superação da dependência, mas sim um desenvolvimento das economias dependentes que fosse associado aos centros imperialistas. Ver: TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

possa intensificar a exclusão social e que a alternativa, nesse caso, seria "[...] conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura" (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 131).

Por sua vez, a vertente marxista considera a dependência como uma condição estrutural, encarando-a como desdobramento do desenvolvimento do capitalismo mundial, e propõe que apenas a superação do atual sistema econômico seria capaz de romper com a dependência e a problemática do subdesenvolvimento (KAY, 2017, p. 160).

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizar-se-á como marco teórico a tendência dependentista de inspiração marxista, pela compreensão de que estes autores enfrentam de maneira mais aprofundada e buscam delinear alternativas transformadoras à situação de dependência, e porque a vertente reformista, em certa medida, já considera o debate da dependência superado, o que tornaria obsoleta a discussão da problemática.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A Primeira e Segunda Guerras Mundiais⁶ constituem-se como marcos de inestimável relevância para a geopolítica global, em termos práticos e teóricos. No período pós-guerra, as ciências sociais passam a refletir criticamente sobre a tese oficial da modernidade e formulam a chamada teoria do desenvolvimento, que "[...] buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade" (DOS SANTOS, 1998, p. 11). Tal teoria definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais (DOS SANTOS, 1998, p. 11), propondo abstrata e artificialmente uma linha temporal linear cuja história culminaria, necessariamente, na modernidade.

As teorias que dominavam as ciências sociais até o início da década de 1960 propunham que o "atraso" dos ditos países subdesenvolvidos era explicado por

⁶ Importa fazer menção que Enrique Dussel tece críticas ao fato de as Guerras de 1914-1918 e 1939-1945 serem denominadas como mundiais. O autor entende que a Primeira e a Segunda Guerra não vincularam diretamente todo o globo e que são, portanto, norte-europeias, é dizer, "[...] entre las guerras, mal «llamadas» mundiales [...]" (DUSSEL, 2009, p. 160). Ver: DUSSEL, Enrique. **Política de la liberación**. Volumen II. La arquitectónica. Madrid: Trotta, 2009. Contudo, como os autores dependentistas referem-se às guerras como mundiais, nesse capítulo reportar-se-á a partir desta nomenclatura.

uma ausência de modernização ou pela modernização incompleta, e que o *obstáculo* do subdesenvolvimento poderia ser superado simplesmente com processos de modernização. Contudo, o desenrolar da história mundial desnudou a incapacidade de se verificar experiências com reais taxas de desenvolvimento nas ex-colônias, mesmo nos países, como era o caso da América Latina, onde se apontavam índices elevados de crescimento econômico – mesmo porque o conceito de desenvolvimento é mais amplo do que a análise fria das taxas e índices numéricos. Essa situação explicava-se pela condição de dependência econômica e política dos países subdesenvolvidos para com os países alcunhados como “de primeiro mundo”. A partir dessa constatação, desde 1960, inicia-se a teorização sobre a dependência (DOS SANTOS, 1998, p. 15-16), com o objetivo de explicar a continuidade e perpetuação da situação de dependência.

Dentre os diversos autores que formulam teoricamente a dependência, Nildo Ouriques propõe que é possível estabelecer bases consensuais. A primeira delas é a consideração de que “[...] o subdesenvolvimento não é uma fase do desenvolvimento capitalista, mas sim um produto necessário da expansão mundial do capitalismo mercantil europeu do século XVI” (2017, p. 140). Seguindo essa lógica, outro ponto de partida trata-se da formulação de que a história do desenvolvimento latino-americano é parte da história do desenvolvimento do capitalismo mundial (tese formulada por André Gunder Frank, em “El desarrollo del subdesarrollo”, datado de 1967), não sendo possível conceber um processo sem compreender o outro; e que o fenômeno da dependência implica relações de dominação entre países, no âmbito externo, e no âmbito interno, entre relações de dominação entre as classes sociais, e que estes níveis de dependência estão relacionados entre si (OURIQUES, 2017, p. 140-141). Ainda, procura-se estabelecer “tipologias” das sociedades dependentes, de modo a buscar compreender as diferentes formas de dependência; para tanto, torna-se imprescindível compreender o desdobramento histórico da sociedade latino-americana, no âmbito social, político e econômico, sendo que o período pós-guerra ganha importante relevância para tal tarefa (OURIQUES, 2017, 141).

Para entender de maneira mais precisa a formulação da Teoria Marxista da Dependência, remonta-se ao período histórico do fim da Segunda Guerra Mundial, que culminou na consolidação de dois blocos hegemônicos, sendo eles: o bloco socialista, liderado pela antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas) e o bloco capitalista, sob a liderança dos Estados Unidos da América. Vânia Bambirra discorre que, a partir de 1945, os Estados Unidos possuíam as condições para integrar mundialmente o bloco capitalista, condições estas que foram criadas pelas consequências da guerra (BAMBIRRA, 2015, p. 121). Para os Estados Unidos da América, a Segunda Guerra Mundial foi extremamente lucrativa: primeiro, pela grande demanda dos armamentos bélicos que o país produzia, e segundo, pelo fato de não terem suportado qualquer consequência da guerra em seus territórios, isto é, da guerra apenas obtiveram os bônus econômicos (BAMBIRRA, 2015, p. 121-122). Os EUA conquistaram a hegemonia do bloco capitalista uma vez que, devido à guerra, sua produtividade foi exponencialmente expandida, tornando-se muito maior que a dos seus aliados. Sobre o processo de expansão capitalista capitaneado pela nova hegemonia estadunidense, que levou à integração mundial do capitalismo, Vânia Bambirra leciona:

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas "multinacionais" que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento, às técnicas e metodologias científicas. (BAMBIRRA, 2015, p. 123)

Esse processo impactou o cenário latino-americano, afetando diretamente as economias regionais, ocasionando mudanças estruturais nos âmbitos político e econômico na região a partir do final dos anos 1940 (BAMBIRRA, 2015, p. 124), momento em que o capitalismo mundial passava por sua fase expansionista, por meio do processo de integração monopólica imperialista.

Neste recorte temporal é justamente quando se inicia o processo de industrialização nos países da região – a partir da década de 1930 –, com a chamada industrialização substitutiva de importação (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 54), quando se passou a substituir os produtos até então importados pelos de produção nacional. No mesmo sentido, Ruy Mauro Marini explica que “[...] o desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente

para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade⁷” (MARINI, 2012, p. 37), isto é, o processo de industrialização empreendido na América Latina não se dá com vistas à satisfação das necessidades da população de forma geral.

É neste cenário que se vislumbra que, mesmo com o processo de industrialização ocorrido nos países dependentes e com histórico colonial, estes não alcançaram um grau de desenvolvimento, o que abriu

O caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. (DOS SANTOS, 1998, p. 17).

Andre Gunder Frank é quem primeiro formula a ideia de que o capitalismo é um sistema que gera de maneira simultânea o subdesenvolvimento em algumas latitudes e o desenvolvimento em outras (1967, p. 160), no ensaio de título “El Desarrollo del Subdesarrollo”. Essa constatação permitiu perceber a falácia da teoria desenvolvimentista, na qual o subdesenvolvimento era simploriamente explicado devido à suposta ausência de modernização. O processo de desenvolvimento na América Latina deu-se como um processo tardio, se comparado com o que ocorreu em outras regiões. Possuía - e possui - claras limitações, pois, quando se iniciou, já havia impérios e forças hegemônicas constituídas. Tais limitações, de cunho estrutural, são típicas “[...] de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 1998, p. 18).

A Teoria Marxista da Dependência destacou como características do desenvolvimento capitalista latino-americano associado ao capital internacional, ser ele dependente, concentrador e excludente, além de elevar os índices de exclusão social, concentrar renda e aumentar a desigualdade social (DOS SANTOS, 1998 p. 30). Tais características se agravaram no contexto da década de 1980, com o impacto do início da globalização conduzida pela fase do capitalismo financeiro, com a aplicação das políticas do Consenso de Washington, como as privatizações e a

⁷ É importante assinalar que Ruy Mauro Marini entende, no entanto, ser falaciosa a ideia de que a primeira fase de industrialização na América Latina se restrinja exclusivamente à substituição de importações. Marini assinala a produção de têxteis e calçados na década de 1940. Cf. (MARINI, 2012, p. 33.)

austeridade fiscal de gastos estatais e o crescimento da dívida externa (DOS SANTOS, 1998 p. 30-31).

Ainda, o processo de industrialização não somente não foi capaz de diminuir as desigualdades sociais internas dos países, como aumentou a distância entre países periféricos e países centrais. Isto é, a industrialização não logrou tornar os países latino-americanos desenvolvidos, mas procedeu a transferências de indústrias pouco tecnológicas e poluentes à América Latina, gerando, inclusive, um crescimento econômico e industrial desacompanhado da geração de empregos, vez que as indústrias necessitavam cada vez menos de trabalhadores industriais (DOS SANTOS, 1998, p. 31).

Este cenário, combinado com o aumento do endividamento dos Estados, pelo pagamento de juros altos da dívida externa, torna os Estados reféns do capital financeiro, que precisam deixar de investir em políticas sociais e reformas estruturais de base que seriam capazes de diminuir os índices de dependência e desigualdade social, para honrar o pagamento das dívidas. Assim:

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região. [...] Não há dinheiro para ninguém mais - a fome do capital financeiro é insaciável. (DOS SANTOS, 1998, p. 32-33)

O autor Theotônio dos Santos compreende, no entanto, que “[...] para romper esta situação de dependência, não é possível isolar o país das influências exteriores. Por isso, transformar as estruturas internas implica, a um só tempo, o enfrentamento com a estrutura internacional” (OURIQUES, 2017, p. 147). Isto é, o teórico dependentista dá importante ênfase às dimensões internas e externas do fenômeno da dependência, propondo que se faz necessário enfrentar a problemática em seus dois âmbitos, e que a busca pela transformação interna, impreterivelmente redundará no enfrentamento da dimensão externa da dependência.

Uma das categorias mais importantes para o pensamento dependentista é a da superexploração da força de trabalho, formulada por Ruy Mauro Marini e explorada de maneira minuciosa no ensaio “Dialética da Dependência”, escrito em 1973. Marini entende a dependência como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução

ampliada da dependência” (2005, p. 8-9), é dizer, a dependência é um processo cíclico, uma vez que sua consequência é justamente a geração de maior dependência. A tese central de Marini é que a essência da dependência latino-americana se baseia na superexploração (2005, p. 31), isto é, que “[...] a base da dependência envolve a superexploração da mão de obra das nações subordinadas” (KAY, 2017, p. 186).

Por superexploração entende-se o fenômeno pelo qual o trabalhador recebe uma remuneração abaixo do seu valor real, ou seja, significa que os trabalhadores recebem um salário que não se refere à quantidade de produção ou de serviço que efetivamente prestam. A superexploração pode aparecer de três maneiras: pelo aumento da jornada de trabalho, pelo aumento da intensidade de trabalho ou pelo salário da trabalhar estar abaixo de um nível de subsistência que seja considerado aceitável (KAY, 2017, p. 186) e refere-se a “[...] maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2005, p. 61).

Marini, para explicar a ocorrência da superexploração, recupera o conceito de troca desigual e propõe que os capitalistas dos países periféricos lançam mão da superexploração para compensar o lucro que perdem com a troca desigual. Por troca desigual se entende que “[...] a queda na taxa de lucro e o aumento do lucro no centro, decorre da transferência de valor de uma região para outra” (KAY, 2017, p. 187). Marini explica que a troca desigual pode advir da situação em que diferentes nações trocam distintas classes de mercadoria e possuem diferentes bases produtivas (cita-se, por exemplo, a América Latina com a base econômica alicerçada na produção de bens primários e na exportação e a Europa apostando na etapa do desenvolvimento industrial), e propõe que:

O mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 2005, p. 19)

Os países dependentes saem em desvantagem nas trocas de mercadorias feitas com os países centrais, uma vez que os últimos, pela condição favorável que possuem no cenário do capitalismo mundial, possuem condições para estabelecer os preços de maneira que lhe seja mais vantajoso.

Em outras palavras, para compensar a troca desigual e aumentar sua margem de lucro, os capitalistas dos países dependentes superexploram os trabalhadores. Essa situação não precisa ocorrer no cenário de países desenvolvidos, pois sua alta produtividade, fruto do progresso tecnológico, permite maior margem de lucro, é dizer, a produção de mais-valia relativa. O que ocorre, na prática, é, portanto, a transferência de parte da mais-valia dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos⁸. Tem-se, portanto, que o objetivo da superexploração é a compensação e a correção do desequilíbrio gerado pela troca desigual, a fim de aumentar a mais-valia, isto é, aumentar a taxa de lucro dos países dependentes (BUENO, 2017, p. 224-225).

Nesse sentido, Marini também preconiza que a industrialização ocorrida nos países latino-americanos não foi capaz de barrar a superexploração e que “[...] a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (2005, p. 41). Nesse sentido:

Por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora (e, por consequência, na extensão do mercado interno), em países como Argentina, México, Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação. (MARINI, 2005, p. 36)

Por outro lado, tem-se que progresso tecnológico fomenta o ciclo da superexploração, pois aumenta o nível de produção e a taxa de lucro nos países centrais, o que permite também o aumento dos salários nesses países. Com o aumento dos salários, há um aumento na demanda de produtos industriais, cuja matéria-prima é produzida, via de regra, pelos países periféricos. Por outro lado, os

⁸ Para maior compreensão do processo de transferência de mais-valia e do ciclo do capital, ver: DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 394 p. Dussel esmiúça, especialmente no capítulo 18 do livro, como ocorre, de maneira diferenciada, o ciclo do capital nos países centrais/desenvolvidos e nos países periféricos/subdesenvolvidos.

países periféricos, por não conseguirem atingir o mesmo nível de progresso tecnológico, aumentam ainda mais a superexploração sobre os trabalhadores, como resultado da troca desigual, o que dá continuidade cíclica à superexploração (KAY, 2017, p, 187-188). Assinala-se, ainda, a ocorrência de exportação, dos países centrais para os países periféricos, de “[...] equipamentos e maquinário obsoletos, mas ainda não completamente amortizados” (OURIQUES, 2017, p. 149), que foram substituídos por equipamentos mais tecnológicos nos países centrais. Assim, o ciclo da superexploração é continuamente alimentado, uma vez que a produtividade e a taxa de lucros serão sempre menores na periferia que no centro, porque possuem maquinário mais atrasado e porque não é possível acompanhar o progresso tecnológico dos países centrais, uma vez que são países de economia dependentes, pautadas na produção e exportação de matérias-primas (KAY, 2017, p. 187).

Ainda quanto à industrialização latino-americana, Marini relaciona com a divisão internacional do trabalho, e explicita que “[...] são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial” (2005, p. 45), como é o caso da siderurgia, no Brasil, sendo reservadas para os países centrais “[...] as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente” (2005, p. 45), o que garante a manutenção da troca desigual e, por conseguinte, do ciclo de superexploração. Marini propõe que a superexploração é inerente ao capitalismo (BUENO, 2017, p. 226) e que “[...] sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2005, p. 9).

Faz-se necessário considerar, contudo, que a Teoria Marxista da Dependência foi pensada localizando-se historicamente na realidade dos anos 1960 e 1970, sobretudo (SEABRA, 2017, p. 14), e que desde então a sociedade latino-americana transformou-se de maneira significativa, o que torna necessário contextualizar as formulações ao novo cenário, considerando seu potencial para compreender as estruturas históricas. Raphael Lana Seabra tece considerações e pondera que:

A realidade latino-americana e mundial sofreu significativas transformações desde aqueles anos do auge da produção dependentista. Contemporaneamente não estamos diante de um mundo polarizado entre o bloco socialista e o bloco capitalista; não enfrentamos mais questões específicas sobre o rol progressista ou não das burguesias nacionais;

tampouco as contradições abertas pela crise da substituição de importações; não estamos mais sob o domínio e opressão de ditaduras civis-militares disseminadas por todo Cone Sul; [...] a grande maioria dos países latino-americanos transitou para regimes formalmente democráticos; o capital financeiro cresceu a níveis inimagináveis de transações e mobilidade mundial; a inserção de novas periferias, como a Europa Ocidental e a China no interior da divisão internacional do trabalho tem aprofundado a concorrência entre a força de trabalho mundial, equalizando por baixo seu valor; a reedição das vantagens comparativas preconizadas pelo Consenso de Washington segue se aprofundando através da melhoria dos termos de troca dos setores primários. [...] Diante do malogro da hegemonia neoliberal e a conjuntura de crise internacional do capitalismo, é urgente avançar na elaboração de alternativas teóricas e políticas para o subcontinente, todavia é indispensável à tarefa intelectual a revisão e rediscussão dos debates anteriores sobre a dependência. (2017, p. 14-16).

Impõe-se, portanto, repensar as estruturas da dependência no contexto atual, considerando como imprescindíveis os debates propostos sobre a dependência no século passado. Contudo, antes, faz-se necessário investigar as formulações teóricas da dependência sobre o caso específico do capitalismo no Brasil, uma vez que o objeto de estudo do presente trabalho é o Estado brasileiro.

2.2 A DEPENDÊNCIA NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Insta perquirir o que os autores da dependência teorizaram especificamente sobre a condição do capitalismo dependente brasileiro, uma vez que se entende que o país guarda importantes diferenças com os demais países latino-americanos. Por uma questão metodológica, que se relaciona com o objeto de análise do trabalho, e pela compreensão de que os processos históricos ocorridos no Brasil foram e são distintos - embora possuam inúmeras similitudes – com os ocorridos em outros países da América Latina, desde os processos independentistas até o cenário hodierno, far-se-á esse recorte. Francisco de Oliveira, ao discorrer sobre o lugar do Brasil na América Latina e sobre as distinções entre os países latino-americanos, assinala que:

O parentesco da conquista portuguesa com a espanhola inclui enormes dissimilaridades, entre as quais persistiu com marcada visibilidade a língua que se tornaria mãe: somos a única população americana de fala portuguesa, o que, até aqui, se mostrou empecilho a algumas relações entre o Brasil e esses povos vizinhos. [...] Embora as duas metrópoles fossem igualmente ibéricas, a colonização portuguesa e a espanhola diferiram muito, sobretudo pela base produtiva, mas também na transferência de instituições da matriz e sua adaptação às condições da colônia. [...] Diga-se a mesma coisa das guerras de Independência e de seus processos. [...] Em vez de Bolívar, San Martín, Miranda, Sucre,

O'Higgins, o próprio príncipe herdeiro da coroa portuguesa foi transformado em imperador do Brasil. [...] A solução "brasileira" de uma monarquia não teve processo similar nas Américas. [...] O conjunto de especificidades, tanto no Brasil quanto nos países de herança espanhola, criou dois mundos diferentes, que mal se comunicaram durante séculos; na verdade, os contenciosos coloniais, somados ao posterior desenvolvimento capitalista ligado às novas metrópoles imperialistas e à forma interna de dominação, fizeram as Américas espanhola e portuguesa se darem as costas. (OLIVEIRA, 2018, pp. 33-36)

A marcha dos processos históricos deu origem à colocação do Estado brasileiro na posição de periferia do mundo – na divisão sistemática do mundo entre centro e periferia – e culminou na inserção tardia do país no capitalismo mundial, de maneira subdesenvolvida e dependente das potências econômicas globais. Sem embargo, Dussel (2014) e Quijano (2005) argumentam que a América Latina não foi inserida tardiamente no capitalismo mundial, mas que foi a partir da conquista do continente americano que a modernidade teve início, com a formulação de sua racionalidade e subjetividade próprias, e que foi esse processo que posteriormente culminou na consolidação do capitalismo enquanto novo sistema hegemônico.

Por outro lado, se é verdade que o Brasil sofre influência e é dependente economicamente das economias hegemônicas, também é possível considerar que o Brasil exerce uma posição de subimperialista (MARINI, 2012, pp. 156-157) em relação a outros países, o que pode se vislumbrar mais facilmente nos demais países latino-americanos. O teórico marxista da dependência, Ruy Mauro Marini, discorre sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro enquanto dependente e subimperialista, e opina que seus desdobramentos, em vez de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, resultam na tese de superexploração do trabalho. Assim argumenta:

A irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil deriva, por um lado, precisamente da impossibilidade de controlar seu processo tecnológico, uma vez que a tecnologia aqui é um produto de importação, estando sua incorporação condicionada por fatores aleatórios como a posição da balança comercial e os movimentos externos de capital; e, por outro, das circunstâncias particulares que o país tem de enfrentar para, repetindo o que fizeram os sistemas mais antigos, buscar no exterior a solução para o problema do mercado. Na prática, isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Este forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses e o fracasso da política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart demonstra esse fato. [...] Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando

como argumentos as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário o que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator capaz de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção. (MARINI, 2012, pp. 156-157).

Do mesmo modo, Marini também argumenta que a superexploração impulsiona o subimperialismo, pois é a forma que a economia encontra de expandir-se para o mercado externo, a fim de realizar o ciclo do capital, uma vez que o mercado interno é bastante restringido pela superexploração (BUENO, 2017, p. 240). Pode-se dizer, portanto, que se trata de um processo cíclico: a superexploração fomenta o subimperialismo, que estimula a superexploração. Ademais, diz-se que o mercado interno é restringido pela superexploração uma vez que as massas trabalhadoras são excluídas do consumo e do emprego produtivo (MARINI, 2012, p. 31), pois recebem salários de fome e são submetidos a longas jornadas de trabalho, tendo apenas o suficiente para a subsistência, não podendo, portanto, fomentar o mercado interno, o que leva o país a buscar expansão comercial para outros mercados, notadamente na forma de exportação de manufaturas.

Ruy Mauro Marini, no livro intitulado “Subdesenvolvimento e Revolução” (2012), diz que o subimperialismo é definido a partir da nova divisão internacional do trabalho, que reestrutura o sistema capitalista mundial, ao transferir às economias dependentes etapas inferiores da produção industrial, enquanto as economias centrais especializam-se em avanços tecnológicos e mecanismos de controle financeiro, e pelas leis próprias da economia dependente, tais quais a “[...] superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro” (MARINI, 2012, p. 40-41).

Pode-se afirmar que a tese do subimperialismo, juntamente com a tese da superexploração, são as categorias mais estudadas das teorizações de Marini, sendo consideradas seminais (BUENO, 2017, p. 221). Importa mencionar que a tese

do subimperialismo brasileiro de modo algum significa uma forma de superação da dependência ou da construção de um capitalismo autônomo, o que ocorre, na verdade, é justamente o inverso, é dizer, “[...] o conceito sintetiza uma dinâmica daquelas poucas economias dependentes que se tornam centros medianos de acumulação, o que não nega, mas antes reforça a condição de países dependentes” (BUENO, 2017, p. 242). Para exemplificar, Marini assinala que a fase de expansão imperialista do Brasil durante a ditadura militar, e especificamente durante o governo de Castelo Branco, correspondeu a um “[...] subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense” (MARINI, 2012, p. 129-130). Pontua-se também que Marini prescreve sobre a importância da intervenção direta do Estado na estrutura do subimperialismo, no sentido de que o Estado atua na posição de intermediário na relação entre a burguesia dependente e a burguesia imperialista (BUENO, 2017, p. 241).

Fábio Marvulle Bueno (2017, p. 242-243) contextualiza que a retomada do debate sobre o subimperialismo no século XXI justifica-se pelas semelhanças encontradas entre a realidade atual e o contexto analisado por Marini no século passado, podendo-se assinalar como similitudes a existência de uma economia voltada ao mercado externo e o papel das exportações para a economia brasileira, que no contexto atual concentram-se na forma de *commodities*.

O que se tem é que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como em toda a periferia do mundo, sempre foi complexo e gerador de miséria e desigualdade social. Hoje, a literatura crítica compreende o capitalismo como um sistema que produz, ao mesmo tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, isto é, “[...] o subdesenvolvimento foi interpretado como a forma específica do capitalismo na periferia que ele mesmo, capitalismo, criou” (OLIVEIRA, 2018, p. 72); em igual sentido, o teórico da dependência, Theotônio dos Santos, também leciona que é necessário “[...] compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (DOS SANTOS, 1998, p. 17). É dizer, em suma, que não existe contradição entre geração simultânea de desenvolvimento e subdesenvolvimento, senão que isto é consequência e característica inerente ao sistema capitalista.

Quanto à industrialização ocorrida nos países latino-americanos, especialmente no caso brasileiro, a despeito do que pregava a doutrina tradicional, o

processo de crescimento industrial, em vez de ser capaz de melhorar as condições de vida da população, fez com que aumentassem as desigualdades sociais. A aceleração do processo industrial exigia, ao mesmo tempo, o aumento da capacidade de consumo, para que fosse possível absorver, no mercado interno, os produtos produzidos nacionalmente. Essa situação passava, necessariamente, pela realização de reformas estruturais, a fim de diminuir as distâncias socioeconômicas entre as classes sociais brasileiras, o que gerou contradições e conflitos entre os anseios e objetivos das elites nacionais, cujo ápice conflitivo culminou no Golpe Militar de 1964. Theotônio dos Santos (1998, p. 27) discorre sobre o processo da seguinte forma:

O enorme crescimento industrial logrado de 1955 a 1960 aumentou as contradições sócio-econômicas e ideológicas no país. O caso brasileiro era o mais avançado no continente e não assegurou um caminho pacífico. A burguesia brasileira descobriu que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção à criação de um amplo mercado interno e à geração de uma capacidade intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam no preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país que ameaçava o seu poder. O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial.

Por fim, cabe referir a importante contribuição da dependentista Vânia Bambirra ao propor uma tipologia das sociedades dependentes, em “O Capitalismo Dependente Latino-Americano”, livro publicado originalmente em espanhol na década de 1970, mas traduzido e publicado no Brasil somente em 2015. Bambirra explica que o pós Segunda Guerra Mundial ocasionou transformações nos países latino-americanos e procura elaborar uma tipologia que classifica como histórico-estrutural, uma vez que considera que as sociedades latino-americanas integram o sistema capitalista mundial e que a dependência é uma situação condicionante ao desenvolvimento latino-americano (2015, p. 40).

Para Bambirra, a partir do pós-guerra, “[...] na América Latina a situação condicionante é o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico” (2015, p. 55). A autora propõe que o processo de integração monopólica é estendido para o cenário latino-americano e parte de dois tipos de estruturas, sendo a dos países com estruturas diversificadas, onde ainda havia a predominância do setor primário-exportador, mas já existindo um incipiente processo de industrialização em expansão, e a dos países com estruturas primário-

exportadoras, em que os processos de industrialização são consequência da integração monopólica mundial (2015, p. 55). Brasil integra, juntamente com Argentina, México, Chile, Uruguai e Colômbia o primeiro grupo, de estruturas diversificadas, isso é, nestes países já existia em curso um processo de industrialização antecedente ao pós-guerra (2015, p. 56). Esses seis países Bamberra denomina de *tipo A* (países com início antigo de industrialização), sendo que todos os demais países latino-americanos, até o pós-guerra, não haviam dado início à industrialização (2015, p. 58) e subdividem-se em países de *tipo B* (países cuja industrialização foi produto da integração monopólica) e *tipo C* (países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial) (2015, p. 60).

A expansão industrial ocorrida nos países do tipo A antes do período do pós-guerra foi influenciada pela segunda Revolução Industrial, que acarretou uma nova fase de expansão capitalista e afetou as economias dependentes. Bamberra assinala que “[...] dita expansão se realiza especialmente nos setores produtivos da economia orientados para a exportação” (BAMBIRRA, 2015, p. 65), que no contexto das economias dependentes correspondia aos setores fundamentais (BAMBIRRA, 2015, p. 66). Esse processo trouxe importantes transformações nos países de *tipo A* e duas consequências, frutos de necessidades criadas pela expansão do capitalismo mundial, sendo a primeira “[...] o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países avançados” (BAMBIRRA, 2015, p. 66), isto é, houve aumento na demanda de exportação de matéria-prima para os países centrais, e a segunda “[...] a expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais” (BAMBIRRA, 2015, p. 66).

Nesse contexto, Bamberra sintetiza que esse processo, que produz a divisão internacional do trabalho, é o mesmo que favorece a expansão dos mercados nacionais e que, portanto, possuiria os elementos que possibilitariam a superação de uma economia nacional fundamentalmente baseada na exportação (BAMBIRRA, 2015, p. 67). É dizer:

O desenvolvimento da indústria, que traz consigo a formação de uma classe de empresários industriais, é produto do sistema que estabelece a divisão internacional do trabalho, mas também sua forma de superação. Em outras palavras, é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o

que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado. [...] E, embora o desenvolvimento da indústria nos países periféricos questione e abra caminhos para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para realização de seu próprio processo. É esse movimento essencialmente contraditório que define as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente nesse período. (BAMBIRRA, 2015, p. 77)

Bambirra pontua, ainda, que o processo de expansão de exportação, que levou à constituição de uma burguesia industrial nacional, ainda que tenha ocorrido de forma relativamente autônoma, possuiu claras limitações, pois operou dentro dos limites em que uma economia dependente é capaz, sendo que “[...] esses limites decorrem de sua intrínseca vinculação com o sistema capitalista mundial, do qual é parte em condição de dominada” (2015, p. 97). É dizer, o processo de dinamização da atividade industrial ocorrida nos países de *tipo A*, no qual Brasil se inclui, não significou uma superação da dominação imperialista, mas sim implicou em uma coexistência com ela (BAMBIRRA, 2015, p. 99).

Tal situação se agrava com a progressiva entrada do capital estrangeiro no setor manufatureiro, que passa a abrir e dominar os setores produtivos, expulsando, muitas vezes, o empresariado nacional de tais setores, o qual tinha a alternativa da falência, uma vez que não possuíam condições de competir em pé de igualdade com o capital estrangeiro, ou da integração, associando-se ao empresariado estrangeiro na condição de sócios menores (BAMBIRRA, 2015, p. 133). A partir da década de 1950, Bambirra pontua que ocorre o abandono das ambições nacionalistas e de desenvolvimento autônomo, uma vez que os países do *tipo A* integram-se ao imperialismo na posição de classe submissa (2015, p. 134).

Nesse sentido, ante toda a discussão proposta até aqui, propõe-se estabelecer um diálogo entre a dependência socioeconômica e a Colonialidade do Poder, teoria que será mais bem esmiuçada a seguir.

2.3 O POSSÍVEL (E PERTINENTE) DIÁLOGO ENTRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A COLONIALIDADE DO PODER

Assim como a Teoria da Dependência, a Colonialidade é uma importante teoria crítica que foi gestada no continente latino-americano e tendo em vista a

realidade concreta da América Latina. Nesse sentido, a antropóloga Rita Segato sugere que somente quatro teorias latino-americanas cruzaram a barreira que divide o mundo geopoliticamente entre Norte e Sul e tomaram proporções e impacto mundiais, sendo elas a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Marginalidade, que dá origem à Teoria da Dependência, e a Colonialidade do Poder (SEGATO, 2013, p. 35). Pode-se acrescentar, também, a Filosofia da Libertação (DUSSEL, 1996), devido às proporções mundiais que essa corrente filosófica, de origem latino-americana, possui.

Em que pese a Teoria da Dependência e os estudos sobre a Colonialidade se constituam como diferentes formulações teóricas, há um evidente canal de conexão entre elas, especialmente porque ambas se propõem a pensar as problemáticas latino-americanas desde a própria realidade das sociedades e Estados da América Latina. Portanto, é importante identificar os canais de conexão da Colonialidade do Poder e da Teoria da Dependência, na intenção de fazer uma reflexão crítica à sociedade brasileira no seu desenvolvimento sócio-histórico, como forma de compreender a estrutura ambígua da formação política no contexto da complexidade das sociedades regionais.

Uma vez que se propõe refletir sobre o Estado, as relações sócio-políticas e a construção da intersubjetividade dentro do recorte geopolítico da América Latina, torna-se imprescindível investigar o fenômeno da colonialidade, a fim de que seja possível abarcar a temática em toda sua completude, considerando as peculiaridades inerentes ao continente latino-americano. A colonialidade é, pois, entendida como um padrão de poder mundial que começou a ser construído a partir da conquista da América, que culminou na constituição do capitalismo moderno e eurocentrado e que atualmente articula o mundo todo (QUIJANO, 2005, p. 117).

A colonialidade pode ser subdividida em três dimensões: a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), do saber (PORTO-GONÇALVES, 2005) e do poder (QUIJANO, 2005). Nesse trabalho, a categoria da colonialidade do poder será privilegiada, contudo, importa definir brevemente os três âmbitos da colonialidade, uma vez que se entende que a colonialidade articula-se sempre de maneira conjunta, e que a depender do objeto de análise, uma das dimensões se sobressairá sobre as demais, sendo que o âmbito social/cultural diz mais respeito à colonialidade do ser, o epistemológico, à colonialidade do saber, e a esfera política/econômica, à colonialidade do poder.

A colonialidade do ser pode ser conceituada por meio da expressão da construção do “ser europeu” como uma referência universalizada e padrão a ser atingido e diz respeito à manifestação da colonialidade na “[...] experiência vivida, e não somente na mente dos sujeitos subalternos”⁹ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). A modernidade constrói uma visão dualizada, própria da sua racionalidade, que propõe enxergar o mundo por meio de categorias binárias com pretensões universais, dividindo em categorias duais como europeu e não-europeu, racional e selvagem, primitivo e civilizado, por exemplo. Essa visão estabelece o padrão eurocentrado como um ideário, e impõe que todo o restante que dezoar dessa categoria estará impreterivelmente em uma categoria única de contraposição a este padrão moderno. Aníbal Quijano explica que se trata de uma “[...] colonização do imaginário dos dominados¹⁰” (QUIJANO, 1992, p. 12), isto é, houve a introjeção do ideário do “ser europeu” no latino-americano – e nas demais latitudes que não a Europa, em maior ou menor medida -, o que ocasionou a distorção da própria intersubjetividade para os povos historicamente dominados e colonizados, e se traduz como uma evidente forma de exercer controle social e cultural, além de redundar na repressão de formas emergentes de potencialidades e culturas diversas.

A seu turno, é possível compreender a colonialidade do saber por meio da afirmação de que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3). É dizer, a consequência de se eleger como única matriz produtora de conhecimento válido a racionalidade moderna eurocêntrica, é o encobrimento de outras epistemes, especificamente as formas próprias dos povos dominados de produzirem conhecimento, que muitas vezes ignoram a utilização do método científico, e por isso tem-se, para o pensamento hegemônico, que carecem de validade. Ignora-se, portanto, que a racionalidade moderna foi construída historicamente e tem-se-a como um dado natural e neutro, em detrimento do reconhecimento da diversidade de outras formas de existência e (re) produção do conhecimento, o que acarreta inestimável perda cultural.

⁹ [texto original]: “[...] experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução de livre autoria).

Por sua vez, a colonialidade do poder pode ser compreendida como a dimensão da colonialidade que se vislumbra na construção das relações de poder. Isto é, vislumbra-se no alicerce que historicamente legitimou – e ainda legitima – formas de dominação e exploração dos países centrais para com a periferia do mundo, de modo a naturalizar, como se fossem inatas e biológicas, relações que foram construídas historicamente, apoiando-se, sobretudo na construção da ideia de raça (QUIJANO, 2005, p. 122). Quijano argumenta que raça é uma categoria típica da modernidade, isto é, que não tem história antes da conquista da América, e que desde então passou a ser utilizada como um instrumento de classificação social (QUIJANO, 2005, p. 118), uma vez que estabelecia a existência de determinadas raças como inferiores e superiores, notadamente as raças que pertenciam aos povos conquistados e aos conquistadores, respectivamente. A ideia de raça, na América, portanto, legitimou relações de dominação da conquista e posteriormente serviu para naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Maldonado-Torres sintetiza a subdivisão da seguinte maneira:

[...] se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o rol da epistemologia e as tarefas gerais da produção do conhecimento nos regimes de pensamentos coloniais, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto da linguagem¹¹ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129-130).

Ademais, também cumpre diferenciar colonialismo de colonialidade. Por colonialismo entende-se o processo de dominação direta e formal de um território sobre outro, na sistemática de metrópole e colônia. Sem embargo, de modo geral o colonialismo na América Latina findou com os processos de independência política-formal ocorridos no século XIX. Ocorre que a independência, como processo formal, não necessariamente redundava em uma independência fática ou substancial em outros âmbitos. No caso latino-americano, os processos independentistas não

¹⁰ [texto original]: “[...] colonización del imaginario de los dominados.” (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução de livre autoria).

¹¹ [texto original]: “[...] si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129-130)¹¹ [texto original]: “[...] colonización del imaginario de los dominados.” (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução de livre autoria).

lograram romper com o nexo colonial¹², isto é, mesmo após a independência, houve a continuidade das relações de dominação e exploração entre os países do centro do mundo e sua periferia, e o fenômeno pelo qual busca-se explicar a perpetuação dessa lógica é chamado de colonialidade.

A colonialidade, portanto, ainda é o modo mais geral de dominação no Mundo atual, uma vez que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições, nem as formas de exploração e de dominação existentes entre as gentes. Mas não cessou de ser, por 500 anos, seu marco principal. As relações coloniais de períodos anteriores, provavelmente não produziram as mesmas sequelas e, sobretudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global. (QUIJANO, 1992, p. 14)¹³

Há uma indissociável relação que se elenca entre a consolidação do capitalismo como novo sistema econômico de articulação mundial e a exploração do trabalho nas colônias da América, em suas variadas formas - escravidão, servidão, *encomienda*. Quijano afirma que a disputa pelo controle do comércio mundial, levada a cabo pela Europa Ocidental, só foi possibilitada pela posição economicamente favorável alcançada por meio dos lucros econômicos frutos da exploração de ouro, prata e de outros itens extraídos gratuita e forçosamente por índios, negros e mestiços (QUIJANO, 2005, p. 119). É dizer, “[...] a modernidade, o capital e a América Latina nascem no mesmo dia” (QUIJANO, 1991)¹⁴ e essa afirmação se atribui não somente no sentido da dimensão que o lucro econômico possibilitou à Europa por meio da conquista, mas também na construção da intersubjetividade moderna (SEGATO, 2013, p. 44), que foi formulada na relação de dominação estabelecida com a América e serviu para consolidar o capitalismo.

Em igual sentido, Enrique Dussel (2014, p. 532-534) também atribui à conquista da América o nascimento do capitalismo mercantil e o desenvolvimento de suas fases seguintes, arguindo que foi este o fator que possibilitou, de maneira

¹² Por nexo colonial se entende o fenômeno pelo qual os países continuam sofrendo influências como se ainda fossem colônias, apesar da independência formal. Isto é, em que pese a independência, as antigas colônias seguiram reproduzindo e sendo afetadas por estruturas construídas sob a dialética Metrópole-Colônia, como a dominação e subjugação pelos centros hegemônico de poder (QUIJANO, 2005).

¹³ [texto original]: La colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global. (QUIJANO, 1992, p. 14, tradução de livre autoria).

¹⁴ [texto original]: “[...] la modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día.” (QUIJANO, 1991, tradução de livre autoria).

direta, o surgimento do que hoje conhecemos por capitalismo, por meio do saldo econômico ganho com a exploração de riquezas e a ampliação de territórios. Assim propõe:

Se é verdade que antes de 1492 ‘já tinha sido inaugurado na Europa’ alguma forma de produção que posteriormente subsumirá no sistema capitalista, é só pela abertura ao Atlântico e pela acumulação primitiva que vem da América Latina que nasce o capitalismo como tal. Quer dizer, essa acumulação e a ampliação territorial, populacional e de riqueza mineradora obtidas na América não produzirão simplesmente ‘o capitalismo industrial séculos mais tarde’, mas possibilitarão o surgimento ipso facto do capitalismo mercantilista, ou seja, o capitalismo enquanto tal (e também posteriormente condicionarão o desenvolvimento do capitalismo industrial, imperial e transnacional). (DUSSEL, 2014, p. 532-534)

Afirma-se, portanto, com base nas proposições de Aníbal Quijano, que o capitalismo surgiu a partir da relação de conquista da América, isto é, que “[...] o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 120). O assentamento do capitalismo, na forma de articulação de um padrão de poder mundial e surgimento de um novo modelo econômico - ainda que seus desdobramentos transcendam a dimensão econômica – e o estabelecimento da Europa como centro do mercado mundial, somente ocorreu devido às práticas de dominação e exploração empreendidas na América Latina e pela colonialidade do poder, que legitimou tais procedimentos.

É possível conceber e analisar, portanto, a colonialidade como uma questão que complementa os estudos acerca da dependência e vice-versa, e estabelecer inegável convergência e pontes de diálogo entre estas teorias tão importantes para o pensamento crítico regional. Nesse sentido, Aníbal Quijano indica de forma precisa a relação existente entre a colonialidade do poder e a dependência das elites nacionais latino-americanas (2005, p. 135), o que redundava na dependência dos países. O autor propõe que a colonialidade do poder introjetou no imaginário das elites nacionais dos países dependentes que seus interesses seriam idênticos aos das elites dos países de centro. Tal situação acarretou que as elites nacionais não possuíam um real planejamento para o desenvolvimento nacional de forma autônoma, uma vez que, na maior parte das vezes, limitavam-se a uma postura de mimetismo do que era produzido e consumido pelos países do centro global. Quijano assevera que:

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-

os a perceber seus interesses sociais como iguais aos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por razões óbvias, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. [...]. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional. (QUIJANO, 2005, p. 135)

A independência dos Estados latino-americanos não foi precedida do rompimento do nexo colonial, o que se desdobrou na impossibilidade de se gerir um processo de desenvolvimento autônomo regional. O que ocorreu, em verdade, foi “[...] uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais” (QUIJANO, 2005, p. 135), situação que levou à perduração da dependência socioeconômica dos países da região, em maior ou menor medida.

Nesse sentido, entendendo a dependência como um fenômeno cuja origem é estrutural, mas não necessariamente inerente, que se pode afirmar que:

Não obstante sua condição de capitalistas, as sociedades latino-americanas não apenas se encontram em um nível menos desenvolvido, mas são dependentes. A situação da dependência não é um dado trivial: nas nossas sociedades, as relações entre as classes sociais estão limitadas e medidas pelas relações de dependência; mas, por sua vez, estas não são algo dado e sim uma construção histórica, e, portanto, variante. (GIORDANO, 2012 p. 28)¹⁵

O que se propõe é a compreensão de que, muito embora os fenômenos da dependência e da colonialidade sejam de cunho estrutural no cenário da América Latina, estes são resultados da construção de processos históricos que derivam de inúmeros fatores – da colonização, escravidão, falta de democratização das relações políticas, etc. – e que, portanto, não são naturais e tampouco imutáveis, ainda que possuam desdobramentos que atravessam o transcorrer dos séculos. Boaventura de Sousa Santos assevera que “[...] é tão difícil imaginar o fim do capitalismo quanto é

¹⁵ [texto original]: No obstante, su condición de capitalistas, las sociedades latinoamericanas no solo se encuentran en un nivel menos desarrollado, sino que son dependientes. La situación de dependencia no es un dado trivial: en nuestras sociedades, las relaciones entre las clases sociales están limitadas y mediadas por las relaciones de dependencia; pero, a su vez, estas no son algo dado sin una construcción histórica, por lo tanto, cambiante. (ANSALDI, GIORDANO, 2012 p. 28, tradução de livre autoria).

difícil imaginar que o capitalismo não tenha fim” (2010, p. 25)¹⁶ e que “[...] é tão difícil imaginar o fim do colonialismo quanto é difícil imaginar que o colonialismo não tenha fim”¹⁷ (SANTOS, 2010, p. 28). Nesse contexto, se insta problematizar, contudo, qual é o espaço estratégico de ação política no cenário de dependência e colonialidade, isto é, quais são as alternativas que podem delineadas de maneira fática para opor-se a tais fenômenos.

Desta maneira, propôs-se neste capítulo traçar um panorama sobre o surgimento e desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência na *Nuestra América*, bem como se buscou pontuar quais são as categorias e leituras da vertente que são aplicáveis especificamente no que concerne à realidade brasileira. Finalmente, objetivou-se estabelecer um canal de comunicação entre a Teoria Marxista da Dependência e a Colonialidade do Poder, partindo-se da ideia de que ambas são teorias de inestimável importância para o pensamento crítico da região. A seguir, serão estudadas temáticas que dizem respeito especialmente ao fenômeno da dependência no atual contexto de globalização, investigando-se sobre qual o papel que o Estado ocupa nas dinâmicas de poder do cenário hodierno. Globalização, Estado e dependência serão os eixos privilegiados na análise em sequência.

¹⁶ [texto original]: “[...] es tan difícil imaginar el fin del capitalismo cuanto es difícil imaginar que el capitalismo no tenga fin.” (SANTOS, 2010, p. 25, tradução de livre autoria).

3. GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E DEPENDÊNCIA: OS ESTUDOS SOBRE A DEPENDÊNCIA NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NESTE CENÁRIO

A proposta deste capítulo é percorrer pelo estado da arte da problemática que envolve o fenômeno da globalização, buscando compreender de que maneira se desdobra a dependência nos dias atuais, uma vez que se entende que a globalização impactou os mais diversos aspectos da sociedade. Propõe-se, também, investigar qual é o papel do Estado neste cenário, entendido este como forma de organização política da sociedade, bem como de que forma se dão as relações de poder no contexto da globalização.

A partir deste capítulo, também será trabalhado com autores que não pertencem à Teoria Marxista da Dependência, mas que formulam contribuições teóricas no campo crítico. Essa utilização se justifica na medida em que, embora o marco teórico do presente trabalho seja a Teoria Marxista da Dependência, a especificidade da temática do trabalho requer a abertura para o estudo de contribuições de outros campos, que tratem especialmente do fenômeno da globalização, da reconfiguração do papel do Estado e da dependência no contexto atual.

Devido a esta proposição, importa trazer as considerações que faz Santiago Castro-Gomez ao escrever e refletir sobre decolonizar a universidade. O autor sugere que a saída passa pelo estabelecimento de um diálogo entre diferentes saberes, pautado na ideia de transdisciplinariedade e no pensamento complexo, o que se contrapõe à lógica excludente da ciência ocidental de separar cada teoria, disciplina e método para ser estudado de maneira setorizada, que considera cada teoria como uma totalidade em si mesma, como blocos de um sistema que não dialogam e apenas coexistem sem intersecção. Castro-Gomez defende a transdisciplinariedade e o pensamento complexo pontuando que:

Vivemos em um mundo que já não pode mais ser entendido com base no conhecimento analítico, que vê a realidade de maneira compartimentada e fragmentada. Mas a universidade continua a pensar um mundo complexo de maneira simples; continua formando profissionais arborescentes,

¹⁷ [texto original]: “[...] es tan difícil imaginar el fin del colonialismo cuanto es difícil imaginar que el colonialismo no tenga fin.” (SANTOS, 2010, p. 28, tradução de livre autoria).

cartesianos, humanistas, disciplinares, incapazes de intervir em um mundo que funciona com uma lógica complexa (ROZO GAUTA, 2004, p. 156-157, *apud*, CASTRO- GOMEZ, 2007, p. 186).¹⁸

Ainda:

Para evitar essa fragmentação de conhecimento e da experiência, a universidade deve levar muito a sério as práticas articulatórias da transdisciplinariedade. [...] No conhecimento, como na vida, os opostos não podem ser separados. Eles se complementam, se alimentam mutuamente; não pode haver um sem o outro, como quis a lógica excludente da ciência ocidental. Em vez de se separar, a transdisciplinariedade nos permite ligar (link) os vários elementos e formas de conhecimento.¹⁹ (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 86-87).

A proposta é, portanto, a de buscar estabelecer um possível diálogo e interlocução entre autores que formulam suas proposições teóricas em temáticas que são afins, mas que partem desde diferentes referenciais.

Ademais, justifica-se a eleição para privilegiar o estudo do tema da globalização na medida em que Carlos Eduardo Martins afirma que “[...] globalização, dependência e neoliberalismo são os três eixos analíticos que nos conduzem à interpretação da posição da América Latina no mundo em que vivemos e das alternativas com que se defronta” (MARTINS, 2011, p. 12). Assim, tal fenômeno ganha importante relevo no contexto atual, sendo necessário traçar uma reflexão crítica sobre o que de fato ele significa e implica na leitura sobre a sociedade.

3.1 UM RECORRIDO CONCEITUAL SOBRE O SIGNIFICADO DE GLOBALIZAÇÃO: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE O FENÔMENO

Faz-se necessário distinguir que o fenômeno da globalização carrega consigo diversas leituras e interpretações divergentes e por vezes contraditórias

¹⁸ [texto original]: “Vivimos en un mundo que ya no puede ser entendido sobre la base de saberes analíticos, que ven la realidad de forma compartimentada y fragmentada. Pero la universidad sigue pensando un mundo complejo de forma simple; continúa formando profesionales arborescentes, cartesianos, humanistas, disciplinarios, incapaces de intervenir en un mundo que funciona con una lógica compleja (ROZO GAUTA, 2004, p. 156-157, *apud*, CASTRO- GOMEZ, 2007, p. 186, tradução de livre autoria).

¹⁹ [texto original]: “Para evitar esta parcelación del conocimiento y de la experiencia, la universidad debiera tomarse muy en serio las prácticas articulatorias de la transdisciplinariedad. [...] En el conocimiento, como en la vida, los contrarios no pueden separarse. Ellos se complementan, se alimentan mutuamente; no puede existir el uno sin el otro, como quiso la lógica excluyente de la ciencia occidental. En lugar de separar, la transdisciplinariedad nos permite ligar (link) los diversos elementos y formas del conocimiento.” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 86-87, tradução de livre autoria).

(SOUSA, 2005, p. 298), que partem de locais diferentes e por isso possuem implicações práticas e teóricas importantes. O período atual pode ser caracterizado como um momento de “[...] grande abertura e indefinição, um período de bifurcação, cujas transformações futuras são inescrutáveis²⁰” (SANTOS, 2005, p. 298). Por tratar-se de um período que carrega incertezas, natural que sejam formuladas diferentes interpretações sobre o fenômeno. Sem embargo, Boaventura de Sousa Santos defende que, justamente pela existência de tão distintas leituras, não é acertado referir-se a uma única entidade chamada globalização, mas sim defende que existem muitas globalizações (2005, p. 266).

Inicialmente, reportar-se-á à diferenciação feita por Carlos Eduardo Martins, em sua obra intitulada “Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina”. Martins elenca que há cinco grandes interpretações sobre a globalização: a globalista, a das teorias da hegemonia compartilhada, a do neodesenvolvimentismo, a do sistema-mundo e, por fim, a da teoria da dependência.

Para os globalistas, a globalização trata-se de uma novidade radical, constituindo-se enquanto uma nova era que substitui o nacional e o local. Haveria, portanto, uma sociedade global, com a constituição de novos atores que dominam a economia mundial, sendo estes precisamente “[...] as empresas e as forças do mercado global que subjagam os Estados nacionais” (MARTINS, 2011, p. 16). Segundo a interpretação globalista, a era global converte-se na era do capital financeiro, onde a riqueza financeira é preeminente perante a riqueza produtiva (MARTINS, 2011, p. 16).

A seu turno, as teorias da hegemonia compartilhada compreendem a globalização como um fenômeno que logrou internacionalizar a economia mundial. Para esta leitura, os Estados nacionais continuam sendo os atores fundamentais na sociedade; no entanto, ante as transformações ocorridas pelo aumento da internacionalização dos mercados, cabe ao Estado reformular-se para adequar-se às dimensões locais e internacionais. Como alternativa, essa interpretação aponta o fortalecimento da regulação embasada em regimes internacionais, com forte protagonismo de blocos de integração regional, agências internacionais e na cooperação intergovernamental. Além disso, a reformulação do Estado deve perpassar por uma maior democratização (MARTINS, 2011, p. 16-17).

²⁰ [texto original]: “[...] gran apertura e indefinición, un período de bifurcación cuyas transformaciones futuras son inescrutables.” (SANTOS, 2005, p. 298, tradução de livre autoria).

Já os neodesenvolvimentistas, por sua vez, enxergam a globalização como um fenômeno predominantemente financeiro, que se funda na integração mundial dos mercados. Contudo, da “[...] globalização financeira não extraem consequências como o fim da soberania e da autonomia do Estado nacional” (MARTINS, 2011, p. 16), mas sim afirmam que a globalização financeira tem como origem uma ofensiva dos Estados Unidos para lograrem manter sua condição de hegemonia. Nesta leitura, os Estados Unidos teriam imposto uma nova forma de regulação, o neoliberalismo, que se pauta na formulação de um novo regime de acumulação financeirizado. Para os neodesenvolvimentistas, a saída para este cenário é o restabelecimento de um regime acumulativo pautado na produção e no investimento produtivo, e não no mercado financeiro (MARTINS, 2011, p. 18).

De outro modo, os teóricos do sistema-mundo enxergam a globalização como uma continuidade, como um fenômeno que faz parte do movimento da expansão do próprio sistema mundial. A globalização é, portanto, a etapa final, o ápice desta continuidade sistêmica e seria, ao mesmo tempo, o período de realização máxima do sistema-mundo e também o esgotamento de sua capacidade. O desdobramento da globalização, para estes teóricos, é um período de crise e de transição social, que culminará no fim do capitalismo histórico. Nessa leitura, a transição para o novo sistema que surgirá em seu lugar será definido pelas lutas sociais (MARTINS, 2011, p. 18-19).

Finalmente, a quinta interpretação trazida por Martins é a da teoria da dependência, que vê a globalização como um processo extremamente complexo, compreendendo-a como um período de crise do modo de produção capitalista e como um processo de revolução científico-técnica (MARTINS, 2011, p. 19). De acordo com esta interpretação, a globalização

[...] não cria *de per se* uma nova sociedade global, nem é apenas uma longa continuidade, ou se restringe a dimensões específicas da vida social como as finanças. Ela é uma profunda revolução nas forças produtivas e, como tal, afeta a produção da vida humana em seu conjunto. (MARTINS, 2011, p. 20)

Para os dependentistas, a globalização é uma força revolucionária, imbricada em um processo dialético que leva, ao mesmo tempo, à ampla realização da lei do valor e à sua crise. Nesse processo revolucionário apresentam-se diferentes e antagônicos projetos que pretendem conduzir o processo de globalização (MARTINS, 2011, p. 20).

Para Carlos Eduardo Martins, o balanço que se faz da existência de diversas interpretações aponta para uma aguda crise do capitalismo e um momento de transição. O autor entende que, em termos de estrutura, trata-se de uma profunda crise do modo de produção capitalista, crise esta que se globaliza pelo neoliberalismo (2011, p. 21). Ademais, prescreve o autor que o capitalismo trata-se de uma totalidade, não sendo possível compreender o sistema separando-o entre *dimensões*:

A crítica à separação entre o econômico, o político, o social e o histórico se desdobra na reconceituação do capitalismo como uma forma econômica que não sobrevive sem uma vinculação privilegiada com o Estado. Longe de significarem realidades que se articulam externamente a partir de lógicas distintas, o econômico e o político constituem dimensões indissociadas de um mesmo processo: a gênese e o desenvolvimento do capitalismo. (MARTINS, 2011, p. 24).

É dizer, não é possível compreender o capitalismo sem dimensionar sua relação com o Estado, e para tanto se torna necessário investigar a articulação entre o econômico, político, social, cultural, etc.

Também se lança luz à distinção conceitual trazida pela mexicana Aleida Hernández Cervantes em seu livro “La producción jurídica de la globalización económica: notas de una pluralidad jurídica transnacional”. Aleida refere que diversos eventos históricos aceleraram a globalização, tais quais 1) a crise fiscal dos países que adotaram o modelo fordista-keynesiano e 2) o endividamento público dos países subdesenvolvidos (2014, p. 73), e estabelece o Consenso de Washington como um importante marco temporal para a compreensão do período, pois prescreve que foi a partir dele que “[...] se desenha uma política econômica que busca a redução do papel do Estado, a desregulação, a liberalização dos mercados e a privatização de bens e serviços anteriormente prestados pelo Estado”²¹ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 73).

A autora leciona que a aplicação das políticas econômicas pautadas pelo Consenso de Washington foram impostas pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, como um condicionante ao recebimento de empréstimos de organismos financeiros tais quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), e que o projeto do neoliberalismo é notabilizado e levado a cabo por

²¹ [texto original]: “[...] se diseña una política económica que busca que la reducción del papel del Estado, la desregulación, la liberalización de los mercados y la privatización de bienes y servicios

meio dos processos de globalização econômica (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 73). Aleida enumera três marcos teóricos de interpretação sobre a globalização, sendo eles: a tese hiperglobalista (ou globalista), a tese cética e a tese transformacionalista.

A tese hiperglobalista entende que a globalização inaugurou uma nova fase na história da humanidade, com a desnacionalização das economias, o auge de redes transnacionais de produção e a integração de mercados financeiros, processos esses que culminam na diminuição da autoridade do Estado, devido à emergência de outras esferas decisórias de poder que afetam a autoridade, a legitimidade e a estrutura do modelo de Estado-nação (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 74-75). Os hiperglobalistas enxergam o processo de globalização como algo radicalmente novo, inevitável e que tampouco pode ser resistido pela ação humana, e estabelecem como características gerais que o capitalismo e a tecnologia são as forças condutoras da globalização, enquanto erode o poder estatal (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 75).

A tese cética, por sua vez, parte desde outra perspectiva teórica. Os céticos possuem como “[...] tese principal negar que a globalização seja um fenômeno extraordinário”²² (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 76). Para esta corrente, mais do que globalização, se deve falar em internacionalização ou regionalização, e que o discurso da globalização é justificador e legitimador do projeto neoliberal (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 76) e se constitui como um discurso ideologizante (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 77). Ademais, quanto ao Estado, os céticos compreendem que ele continua sendo um dos atores principais da ordem global e que seu papel não diminuiu, mas que talvez tenha se rearticulado, com o afã de adequar-se à lógica da economia internacionalizada (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 76). Para os céticos, os mercados e o Estado conduzem a globalização (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 78).

Finalmente, Aleida elenca a tese transformacionalista, que, segundo a autora, trata-se de uma espécie de síntese das duas proposições anteriormente expostas, na medida em que reconhece alguns e rechaça outros aportes de ambas as formulações teóricas. Para esta tese, a globalização não se trata de um

anteriormente prestados por el Estado.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 73, tradução de livre autoria).

fenômeno completamente novo, embora o processo traga em si alguns elementos que não possuem precedentes históricos. A globalização seria, portanto, “[...] a força condutora central que determina a rápida mudança social, política e econômica que transforma as sociedades modernas e a ordem mundial”²³ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 78), que encontra sua força motriz nos processos tecnológicos que possibilitam a internacionalização da produção. Nesse sentido, os transformacionistas compreendem que o Estado é redesenhado, que a ideia de soberania sofreu modificações e que houve uma reconfiguração do poder político, e que, por fim, o processo de globalização é um processo em marcha, a longo prazo, que não é unívoco e guarda em si diversos desafios de caráter conjuntural (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 78-79).

Outro autor que teoriza de maneira bastante relevante sobre a globalização é o português Boaventura de Sousa Santos, que, como anteriormente assinalado, entende não ser possível falar de uma globalização, como um processo uno, senão que existem muitas globalizações (2005, p. 266); importa mencionar que Boaventura faz uma distinção entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica (2005, p. 238).

Inicialmente, o autor distingue duas visões sobre a globalização, sendo estas a visão paradigmática e a visão subparadigmática. A visão paradigmática propõe que se está vivenciando um período de transição de paradigmas, um período marcado por uma crise final, uma criatividade social e uma política radicalmente nova (SANTOS, 1998, p. 49). Por sua vez, a visão subparadigmática enxerga o contexto atual como um processo em que o capitalismo está sofrendo um ajuste de cunho estrutural, tratando-se de uma transição de um regime de acumulação e de regulação para outros distintos (SANTOS, 1998, p. 50), e que o papel regulador do Estado-nação (e o Estado em si mesmo) está sendo substancialmente modificado, inaugurando-se um período de regulação transnacional, em contraposição à regulação nacional até então vigente (SANTOS, 1998, p. 51).

Boaventura sugere que a coexistência destas interpretações divergentes é uma característica típica do tempo atual (1998, p. 54), uma vez que é inerente à

²² [texto original]: “[...] tesis principal consiste en negar que la globalización sea un fenómeno extraordinario.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 76, tradução de livre autoria).

²³ [texto original]: “[...] la fuerza conductora central que determina el rápido cambio social, político y económico que transforma a las sociedades modernas y al orden mundial.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 78, tradução de livre autoria).

globalização ser um processo contraditório e díspar (SANTOS, 1998, p. 55). Quanto a um balanço que faz entre a visão paradigmática e a subparadigmática, o autor prescreve:

Minha sugestão é que as duas leituras são, na verdade, duas teses centrais sobre o nosso tempo, formuladas por duas grandes audiências: a audiência transformadora, no caso da leitura paradigmática, e a audiência adaptativa, no caso da subparadigmática. [...] A audiência transformadora é provavelmente mais apocalíptica ao avaliar os temores, riscos, perigos e colapsos que surgem em nosso tempo, mas também pode tender a ser mais ambiciosa em relação ao leque de possibilidades e opções históricas que estão se abrindo. De acordo com os temas e as circunstâncias, o processo de globalização pode então ser visto como altamente destrutivo de identidades e de equilíbrios insubstituíveis, ou como a inauguração de uma nova era de solidariedade global ou mesmo de solidariedade cósmica. Por outro lado, para a audiência adaptativa, as transformações globais atuais na economia, na política e na cultura devem ser rechaçadas ou encorajadas, de acordo com as circunstâncias; mas, apesar de sua relevância indiscutível, não se está forjando uma distopia do tipo *Um mundo feliz* de Aldous Huxley, nem uma utopia. Eles expressam apenas a turbulência transitória e o caos parcial que usualmente acompanham qualquer mudança nos sistemas que caíram na rotina.²⁴ (SANTOS, 1998, p. 53).

Ainda no que concerne às classificações teóricas, Boaventura assinala que existem quatro formas de globalização, sendo elas: os localismos globalizados, os globalismos localizados, o cosmopolitismo e a herança comum de humanidade (1998, p. 57-60). O localismo globalizado caracteriza o processo pelo qual determinado fenômeno local atinge proporções globais, como, por exemplo, a transformação da língua inglesa em língua internacional e a globalização dos *fast food* e da música *pop* norte-americana, isto é, determinado padrão local passa a ditar o padrão global, e o que é alternativo a isto é ou excluído ou incluído de maneira subalterna (SANTOS, 2005, p. 275).

Por outro lado, o globalismo localizado se traduz na implementação de práticas transnacionais nos contextos locais, que desestruturam e reestruturam as condições locais de acordo com os novos imperativos. O autor cita como exemplo de

²⁴ [texto original]: “Mi sugerencia es que las dos lecturas son, de hecho, dos tesis centrales acerca de nuestra época, formuladas por dos grandes audiencias: la audiencia transformativa, en el caso de la lectura paradigmática, y la audiencia adaptativa, en el de la subparadigmática. [...] La audiencia transformativa es probablemente más apocalíptica en la evaluación de los temores, riesgos, peligros y colapsos que surgen de nuestro tiempo, pero puede también tender a ser más ambiciosa en relación con la gama de posibilidades y opciones históricas que se están abriendo. De acuerdo con los asuntos y las circunstancias, el proceso de globalización puede entonces ser visto como altamente destructivo de identidades y equilíbrios irremplazables, o como la inauguración de una nueva era de igualdad solidaria a nivel global o aún cósmico. Por el contrario, para la audiencia adaptativa, las transformaciones globales actuales en la economía, la política y la cultura deben ser rechazadas o alentadas, según las circunstancias; pero a pesar de su indudable relevancia, éstas no están forjando ni una distopía del tipo *Un mundo feliz* de Aldous Huxley, ni una utopía. Ellas expresan solamente la

globalismo localizado territórios de livre comércio, o uso turístico de cerimônias religiosas, a exploração massiva de recursos naturais para quitar a dívida externa, a transformação da agricultura de subsistência em uma agricultura orientada para a exportação, entre outros (SANTOS, 1998, p. 57). Refletindo sobre os impactos desses tipos de globalização, Boaventura pondera que “[...] a divisão internacional do globalismo assume o seguinte padrão: os países centrais se especializam nos localismos globalizados, enquanto que para os países periféricos é imposta a operativa do globalismo localizado”²⁵ (SANTOS, 1998, p. 57).

O cosmopolitismo, de acordo com Boaventura, trata-se de uma forma de contrapor-se aos efeitos danosos da globalização e se verifica na organização transnacional de lutas sociais progressistas inicialmente de caráter local, que se articulam transnacionalmente como forma de potencializar os logros emancipadores das pautas (SANTOS, 1998, p. 58). O autor menciona, para fins de exemplificação, as organizações mundiais de trabalhadores, as ONGs com agendas transformadoras, movimentos artísticos e organizações de direitos humanos a nível internacional (SANTOS, 1998, p. 58).

Finalmente, o quarto tipo de globalização é a herança comum da humanidade (ou patrimônio comum da humanidade) (SANTOS, 2005, p. 280), que se trata das lutas transnacionais por pautas verdadeiramente globais, tais qual a proteção da camada de ozônio, a permanência da vida na Terra, o aquecimento global, etc. (SANTOS, 1998, p. 60).

Tanto o cosmopolitismo quanto a herança comum da humanidade se assemelham por buscar extrair possíveis consequências positivas da globalização, aproveitando-se da maior interconexão que há atualmente para implementar pautas de caráter progressista. Sem embargo, aqui importa resgatar a distinção entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica: Boaventura prescreve que os localismos globalizados e os globalismos localizados são expressão da globalização hegemônica, enquanto o cosmopolitismo e a herança/patrimônio comum da humanidade são globalizações contra-hegemônicas (SANTOS, 2005, p. 281)

turbulencia transitoria y el caos parcial que acompañan en forma usual cualquier cambio en los sistemas que han caído en la rutina.” (SANTOS, 1998, p. 53, tradução de livre autoria).

²⁵ [texto original]: “[...] la división internacional del globalismo asume el siguiente patrón: los países centrales se especializan en los localismos globalizados, mientras que a los países periféricos les es impuesta la operativa del globalismo localizado.” (SANTOS, 1998, p. 57, tradução de livre autoria).

Diante do que foi mencionado acima, o objetivo em explicar o que propõe distintos autores e vertentes sobre a natureza da globalização foi demonstrar que não se trata de um processo unívoco, mas sim de um fenômeno que dá margem a inúmeras leituras, e é intrinsecamente repleto de contradições, rupturas e incertezas. Ante as diversas interpretações expostas sobre a globalização, propõe-se que a dificuldade em teorizar sobre a globalização reside, também, no fato de tratar-se de um processo vivo e em andamento, sendo difícil lançar previsões quanto aos seus desdobramentos, uma vez que a realidade histórica se desenvolve de maneira acelerada e incerta, tornando-se árduo e quicá presunçoso e pretensioso intentar prescrever de maneira precisa os impactos imediatos e futuros do processo de globalização.

Após essa breve explanação sobre diferentes compreensões da natureza da globalização, onde se propôs localizar conceitual e teoricamente a temática, cabe investigar de que forma se desdobram as relações de dependência no cenário da globalização e de que maneira a ascensão deste fenômeno afeta o Estado – entendendo-se este enquanto forma de organização política da sociedade.

3.2 UMA LEITURA SOBRE O ESTADO E A DEPENDÊNCIA NA ATUAL FASE DO CAPITALISMO: A CAPTURA DO ESTADO PELOS INTERESSES DO CAPITAL

A globalização representa, pois, um novo ciclo de expansão do sistema capitalista, que consiste na integração dos mercados a nível mundial e na otimização da circulação de bens, tecnologias, serviços. Seus efeitos, no entanto, não se restringem meramente à esfera econômica, senão que impactam e trazem mudanças à vida social de maneira completa (JULIOS-CAMPUZANO, 2003, p. 19). É nesse contexto que se torna fulcral lançar reflexões, com o intento de dimensionar da maneira mais completa possível, de que forma o Estado e as relações de dependência são atingidos pelo desdobramento deste fenômeno.

Os processos de globalização impactaram a estrutura e o poder do Estado. Tal afirmação é basicamente unânime, isto é, observadores dos mais diversos espectros ideológicos convergem ao apontar que o atual cenário econômico global está levando a uma redefinição do setor público (PUCEIRO, 2010, p. 106). No entanto, no que distintos autores e perspectivas ideológicas irão divergir é em relação à carga positiva ou negativa de tal consequência e quanto ao grau de

afetação do fenômeno nas estruturas do que alcunhamos de Estado-nação. Em breves linhas, pode-se definir enquanto características do Estado-nação a existência de poder político centralizado, que é exercido sobre uma população e em um território definido (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 42).

A ideia de soberania também é de valiosa acepção para o Estado-nação, entendida esta como “[...] construção política sobre o poder do Estado-nação, que o fortalecia e, ao mesmo tempo, delimitava sua ação, [...] mas [...] nenhum tipo de reconhecimento a uma provável superioridade de outra entidade de poder”²⁶ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 61).

Estes pressupostos, sem embargo, já não se vislumbram de forma absoluta no atual cenário de globalização. Hoje, o Estado já não ocupa de maneira singular o espaço decisório político, as instâncias decisórias de poder estão cada vez mais diluídas entre diferentes atores, especialmente privilegiando-se as corporações transnacionais e os organismos internacionais de ordem econômica (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 151-152); a autora Aleida Hernández Cervantes define os organismos financeiros internacionais e as empresas transnacionais como gestores principais da globalização (2014, p. 99-100).

Se bem é verdade que o espaço decisório do Estado faticamente nunca esteve isolado de influências de interesses e objetivos específicos de atores que não o compunham – até mesmo porque o Estado não existe como um ente autônomo *per se*, é produto social e, até última análise, é dirigido por indivíduos, faz parte da sociedade e está imbricado na teia social –, a ingerência direta de organismos privados atualmente se vislumbra de forma mais explícita.

O espanhol Alfonso de Julios-Campuzano, ao analisar o processo de intensificação de fluxos comerciais a nível transnacional, denomina que estamos em face de um “fundamentalismo do mercado” (2002, p. 151-152), que se caracteriza pelo aumento da dependência dos Estados em relação ao mercado global e às corporações transnacionais, o que afeta diretamente a capacidade dos Estados de exercerem controle sobre seus próprios programas político-governamentais. O autor prescreve que estamos diante de um “[...] processo de paulatina submissão do Estado ao poder econômico transnacional com a correlativa perda de competências

²⁶ [texto original]: “[...] una construcción política sobre el poder del Estado-nación, que lo fortalecía y al mismo tiempo, delimitaba su acción [...] pero [...] ningún tipo de reconocimiento a una probable

e de controle sobre suas políticas no âmbito interno.”²⁷ (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 152). Nesse contexto, a soberania é diluída e fica condicionada ao mercado global, cujas forças são incontrolláveis.

Um marco bastante importante para compreensão dos impactos da globalização nas instâncias decisórias dos Estados é o Consenso de Washington. A jurista mexicana Aleida Hernández Cervantes pontua que, uma vez iniciada a aplicação das diretrizes do Consenso de Washington, o projeto econômico neoliberal é realizado por meio da globalização econômica (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 73).

O Consenso de Washington surge com uma agenda que pauta a diminuição do papel estatal, a liberalização dos mercados, a privatização de bens e serviços, a desregulamentação, a permissividade de investimento estrangeiro direto, disciplina fiscal – aumento de superávit, diminuição de gastos públicos –, estabelecimento de prioridades no gasto público, entre outros, agenda esta que se torna impositiva especialmente para os países em desenvolvimento, uma vez que a adoção de tais diretrizes é condição para o recebimento de empréstimos de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 73). Estes organismos surgiram no cenário pós Segunda Guerra Mundial, como desdobramento do Acordo de Bretton Woods, datado de 1944, (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 100-103) e tinham como diretriz inicial a reestruturação das relações econômicas a nível internacional.

Inicialmente, o objetivo do Fundo Monetário Internacional era a concessão de empréstimos aos países que possuíam problemas na balança comercial; o Banco Mundial, por sua vez, surgiu com a diretriz central de servir como organismo para prestar auxílio para a reestruturação econômica dos países no contexto do pós-guerra. Posteriormente, essas funções principais foram se ampliando, e, por conseguinte, a ingerência destes organismos em termos de economia global (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 100-103).

No que tange à diluição do poder decisório sobre os próprios programas políticos de governo, que outrora era centralmente focalizado nos Estados, Julios-

superioridad de otro ente de poder. (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 61, tradução de livre autoria).

²⁷ [texto original]: “[...] proceso de paulatina sumisión del Estado al poder económico transnacional con la correlativa pérdida de competencias y de control sobre sus políticas en el ámbito interno. (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 152, tradução de livre autoria).

Campuzano descreve que a imposição de agendas políticas por parte dos organismos financeiros internacionais afeta especialmente os países subdesenvolvidos, o que gera assimetrias:

A globalização gerou uma constelação de fóruns, instâncias e organismos econômicos internacionais nos quais, com a participação direta ou indireta dos Estados, se ditam pautas, se estabelecem medidas e se promulgam resoluções que ordenam a atividade econômica dos mercados no âmbito intraestatal e no contexto internacional, limitando assim as margens de soberania dos Estados na definição de seus programas de política econômica e assistencial. O efeito que essa enxurrada de decisões supranacionais têm sobre a soberania estatal e, conseqüentemente, sobre os direitos de cidadania, é devastador, já que a possibilidade de manobra dos poderes públicos ante os programas impostos nos fóruns econômicos internacionais é diminuída drasticamente por um conjunto de disposições férreas a que os Estados devem se submeter se quiserem continuar contando com o apoio financeiro desses organismos internacionais. É fácil inferir que, nestas instâncias econômicas, as relações de poder interestatais são flagrantemente assimétricas, e que essa desigualdade provoca paradoxos sutis e dilacerantes, posto que os Estados economicamente mais débeis são arrastados inexoravelmente pelas decisões que os países mais poderosos impõem "democraticamente" nos processos decisórios. Deste modo, as estruturas de poder do sistema consomem a imposição coerciva de seus programas de política econômica para os países menos desenvolvidos, que se vêm forçados a acatar os ditames da governança sistêmica.²⁸ (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 153).

Sem embargo, é facilmente constatado que os organismos financeiros globais, como é o caso do FMI, não se constituem enquanto instituições democráticas. Isso se diz tomando-se de exemplo o sistema de votação do Fundo Monetário Internacional, que, diferentemente da Organização das Nações Unidas (ONU) – organismo que também cabem diversas críticas sobre seu caráter democrático ou não -, não adota a sistemática de um voto por país, senão que o peso do voto de cada nação vai variar de acordo com seus recursos econômicos.

²⁸[texto original]: "La globalización ha generado una constelación de foros, instancias y organismos económicos internacionales en los que, con la participación directa o indirecta de los Estados, se dictan pautas, se establecen medidas y se promulgan resoluciones que ordenan la actividad económica de los mercados en el ámbito intraestatal y en el contexto internacional, limitando así los márgenes de soberanía de los Estados en la definición de sus programas de política económica y asistencial. El efecto que esta catarata de decisiones supranacionales tiene sobre la soberanía estatal y, consiguientemente, sobre los derechos de ciudadanía, resulta devastador, toda vez que la posibilidad de maniobra de los poderes públicos ante los programas impuestos en los foros económicos internacionales queda mermada drásticamente por un conjunto de disposiciones férreas a las que los Estados han de someterse si quieren seguir contando con el apoyo financiero de esas instancias internacionales. Es fácil inferir que, en estas instancias económicas, las relaciones de poder interestatales son flagrantemente asimétricas, y que esa desigualdad provoca paradojas sutiles y lacerantes puesto que los Estados económicamente más débiles se ven arrastrados de manera inexorable por las decisiones que los países más poderosos imponen "democraticamente" en los procesos decisorios. De este modo, las estructuras de poder del sistema consuman la imposición coactiva de sus programas de política económica a los países menos desarrollados que se ven

Com isso, tem-se que, no FMI, “[...] o voto da Inglaterra vale pelo de todos os países africanos. O dos Estados Unidos, pelo de toda a América Latina e África” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1995, p. 71). É dizer, em outras palavras, que os acordos e diretrizes firmados no Fundo Monetário Internacional, cujas imposições recaem especialmente sobre os países subdesenvolvidos, são decididos principalmente pelos países desenvolvidos, uma vez que o peso de seus votos é muito superior, o que gera profundas assimetrias em termos democráticos, de maneira muito evidente.

No mesmo sentido, Aleida Hernández Cervantes pontua que os efeitos da globalização são assimétricos nos países e que isso diz respeito fundamentalmente à divisão internacional do trabalho, uma vez que, nos processos de produção, os países em desenvolvimento se alocam como fornecedores de mão de obra barata, “[...] o que os coloca em um plano de desvantagem e de poucos benefícios no que diz respeito ao fenômeno da globalização econômica”²⁹ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 99).

Além disso, a autora prescreve que no contexto de economia globalizada, torna-se cada vez mais difícil que os Estados-nação sejam capazes de tomar decisões de maneira individualizada (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 112), ainda que o teor da decisão afete somente aquele Estado. Isso se explica na medida em que, segundo a autora, no atual contexto, os mercados financeiros tornam-se protagonistas da toma de decisões, e que o papel dos governos nesta conjuntura seja mais no sentido de atuarem enquanto gestores e executores das decisões já tomadas pelo mercado financeiro (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 111). O jurista José Eduardo Faria agrega que, ante a emergência do contexto de globalização econômica, em termos de sistema político “[...] em vez de uma ordem soberanamente *produzida*, o que se passa a ter é uma ordem crescentemente *recebida* dos agentes econômicos” (2002, p. 35) e que a tendência que se dá é que a política seja substituída pelo mercado como instância maior de regulação social (FARIA, 2002, p. 35).

forzados a acatar los dictados de la gobernabilidad sistémica.” (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 153, tradução de livre autoria).

²⁹ [texto original]: “[...] lo cual los coloca en un plano de desventaja y pocos beneficios respecto al fenómeno de la globalización económica.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 99, tradução de livre autoria).

Nesse ponto, cabe também tecer algumas considerações sobre a reprodução do fenômeno da dependência no contexto de globalização, uma vez que, se é verdade que o espaço decisório das instâncias de poder se diluiu entre diversos atores, a forma com que a dependência opera, também. Pode-se dizer, contudo, que embora de maneira diluída, a dependência segue reproduzindo-se, e não seria acertado propor que o fenômeno da dependência está mais débil, senão que atualmente é *compartilhado* entre os Estados hegemônicos, as empresas transnacionais e os organismos internacionais econômicos. Em outras palavras, as sociedades dependentes não são, hoje, dependentes somente daqueles Estados hegemônicos, mas também estão sujeitas ao poderio dos organismos que tomaram força e ocuparam espaço no contexto da globalização econômica. Nesse ínterim, Boaventura argumenta que:

As assimetrias do poder transnacional entre o centro e a periferia do sistema mundo, isto é, entre o Norte e o Sul, são hoje mais dramáticas do que nunca. De fato, a soberania dos estados mais débeis se encontra agora diretamente ameaçada não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer antes, mas sim por agências financeiras internacionais e por furiosos atores transnacionais privados, como as empresas multinacionais.³⁰ (SANTOS, 2005, p. 248).

Um ponto que merece atenção e ganha especial relevo no contexto estudado é o que concerne à agenda de desregulamentação, técnica normativa que Aleida define como a protagonista dos processos de globalização (2014, p. 130). A desregulamentação objetiva, pois, desarticular a intervenção e a regulamentação do Estado em atividades que são desenvolvidas no âmbito privado, e pode expressar-se de dois modos, seja por meio da abstenção ou da intervenção (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 125-127). O procedimento abstencionista, como a própria alcunha já enuncia, se expressa quando os órgãos estatais competentes por regular determinada situação deixam de fazê-lo, de modo intencional ou não, deixando para que outras instâncias privadas realizem a regulamentação da questão. Por sua vez, o procedimento intervencionista se verifica quando e na medida em que o próprio Estado é responsável pela sua desregulamentação, isto é, quando o Estado intervém para não mais intervir.

³⁰ [texto original]: “Las asimetrías del poder transnacional: entre el centro y la periferia del sistema mundo, esto es, entre el Norte y el Sur, son hoy más dramáticas que nunca. De hecho, la soberanía de los estados más débiles se encuentra ahora directamente amenazada no tanto por los Estados más poderosos, como solía ocurrir antes, sino por las agencias financieras internacionales y furiosos

Boaventura de Sousa Santos explicita a técnica da desregulamentação intervencionista ilustrando com o exemplo da adoção, pelos países, das diretrizes do Consenso de Washington:

[...] essas exigências do Consenso de Washington requerem massivas mudanças legais e institucionais. Tendo-se em conta que essas mudanças ocorrem no final de um período mais ou menos longo de intervenção estatal na vida econômica e social [...], a desvinculação do Estado não pode ser obtida senão através de uma forte intervenção estatal. Paradoxalmente, o Estado deve intervir para deixar de intervir, isto é, tem que regular sua própria desregulamentação.³¹ (SOUSA, 2005, p. 249)

É dizer, tal situação é paradoxal, uma vez que o Estado agencia sua própria perda de espaço e poder, ainda que não de maneira completamente autônoma, uma vez que precisa criar as condições necessárias para que as políticas liberalizadoras – como abertura da economia ao mercado mundial, paridade dos preços domésticos com os preços internacionais, priorização da economia de exportação, políticas de estabilização, privatização das atividades empresariais por parte do Estado, etc. (SOUSA, 2005, p. 239) – possam ser aplicadas.

Em argumentação congênere, o jurista português Antônio José Avelãs Nunes pontua que considera inequívoco que a adoção de políticas de austeridade redunde no esvaziamento da autodeterminação dos Estados (2014, p. 175), na perda de espaço decisório sobre o próprio destino da coletividade. Avelãs Nunes prescreve, ainda, que a adoção de políticas austeras, ao contrário do que sua propaganda enuncia, não tem logrado êxito em diminuir a dívida ou o déficit público, mas que, por outro lado, têm levado ao aumento da recessão e do desemprego (2014, p. 159).

Esse quadro, de adoção de políticas liberalizantes, leva, evidentemente, à diminuição do aparato estatal. No entanto, Francisco de Oliveira entende que o capitalismo globalizado levou à rearticulação das funções do Estado e ao declive da nação como comunidade política, mas não está de acordo que o neoliberalismo retirou força e poder do Estado. Segundo o autor, é falsa a assertiva de que o Estado mínimo é típico da era neoliberal; o autor defende que houve uma

actores transnacionales privados tales como las empresas multinacional.” (SANTOS, 2005, p. 248, tradução de livre autoria).

³¹ [texto original]: “[...] esas exigencias del Consenso de Washington requieren cambios legales e institucionales masivos. Teniendo en cuenta que estos cambios tienen lugar al fin de un período más o menos largo de intervención estatal en la vida económica y social [...], la desvinculación del Estado no puede ser obtenida sino a través de una fuerte intervención estatal. Paradójicamente, el Estado

modificação no sentido do Estado, que agora está, cada vez de maneira mais clara, a serviço dos interesses do capital, e é por isso que os governos, nessa conjuntura, pautam políticas fiscais ortodoxas, reformas que retiram o orçamento público dos direitos sociais e a diminuição da regulamentação estatal perante os organismos privados (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

Nesse sentido, assinala o autor:

O conjunto de novas determinações do capitalismo globalizado produziu a erosão da nação como comunidade política, no sentido de Hannah Arendt – e, contraditoriamente ao que se pensa e ao que foi apregoado pela ideologia neoliberal, produziu não um Estado mínimo, mas um Estado máximo. Esse Estado, guardião dos movimentos do capital, buscava assegurá-los contra toda a incerteza, que aliás cresce exponencialmente no capitalismo globalizado. (OLIVEIRA, 2018, p. 75)

Embora nessa nova rede transnacional de relações de poder, o Estado venha sofrendo transformações cujos desdobramentos concretos ainda são incertos, uma vez que se trata de um processo em andamento, ele ainda ocupa um espaço de importante relevo na sistemática mundial. O direito na globalização econômica opera em forma de rede, com a participação de diversos atores.

É nesse sentido que Aleida Hernández Cervantes afirma que, em que pese à perda da centralidade da produção jurídica, o Estado continua sendo um eixo sem o qual a atual rede transnacional não funcionaria com a mesma dinâmica, isto é, que embora o Estado não seja mais o detentor monopólico da produção normativa, sua importância não foi totalmente esvaziada (2014, p. 166). A mudança substancial reside, no entanto, em qual a racionalidade que opera por detrás das motivações dos Estados no contexto da economia global. Não se tem a ilusória de ideia de que outrora o Estado estivesse faticamente a serviço dos interesses gerais de toda a população; tal afirmação tratar-se-ia de ignorância dos fatos históricos. Contudo, na atual configuração de globalização econômica, resta cada vez mais evidente no que se justificam as ações estatais e a quem o Estado serve: aos interesses da globalização econômica (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 172), isto é, do capital, sobretudo do capital financeirizado.

Importa pontuar que Aleida não enxerga o Estado como um ator passivo dos processos de globalização, que apenas estaria sofrendo com as consequências do fenômeno, sem que nada fizesse ou sem que colaborasse para o processo. A

debe intervenir para dejar de intervenir, es decir, tiene que regular su propia desregulación.” (SOUSA, 2005, p. 249, tradução de livre autoria).

autora entende que o Estado participa “[...] ativamente dos processos de globalização; que está cedendo poder e centralidade, algumas vezes voluntariamente, outras não, mas que tem ele mesmo sido um dos principais artífices do seu enfraquecimento”³² (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 171). É de salutar relevo assinalar, na medida em que nos interessam os estudos sobre a dependência, que a globalização econômica se desdobra de maneira distinta nos diferentes países.

Neste sentido, postula a jurista mexicana:

[...] o mercado ordena ao Estado quais devem ser suas prioridades, mas não é esclarecido quem serão os responsáveis quando alguma medida adotada em função dessas prioridades produza resultados negativos ou catastróficos para as pessoas que vivem nesse Estado. Por outro lado, as pressões sofridas pelos estados semiperiféricos e periféricos são diferentes das sofridas pelos estados centrais, já que estes últimos são os que mais exercem pressão sobre os primeiros.³³ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 205).

Ainda, prescreve que a globalização econômica aprofundou a desigualdade social, não somente entre as classes sociais, mas que também aumentou a distância existente entre os países, e que o impacto sobre a soberania do Estado é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento do país, isto é, quanto menos desenvolvido for o Estado, maior afetado será no âmbito da soberania estatal:

[...] as fortes assimetrias que pesam sobre a indefinição da soberania estatal: embora não seja uma novidade, se acentua o fato de que o menor desenvolvimento econômico e menor poder, corresponderá a uma maior violação a sua soberania exterior; maior poder político, militar e econômico, menor violação a sua soberania. A equação da transformação na soberania dos Estados-nação não segue um curso igual em cada um deles, varia de acordo com seu poder e sua posição na conformação geopolítica global, ocasionando sérias desigualdades sociais que se aprofundam com o fenômeno da globalização econômica.³⁴ (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 184).

³²[texto original]: “[...] activamente en los procesos de globalización; que está cediendo poder y centralidad, algunas veces voluntariamente, otras no, pero que ha sido él mismo uno de los principales artífices de su debilitamiento.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 171, tradução de livre autoria).

³³ [texto original]: “[...] el mercado ordena al Estado cuáles deben ser sus prioridades, pero no se esclarecen quiénes serán los responsables cuando alguna medida adoptada en función de esas prioridades, arroje resultados negativos o catastróficos para las personas que viven en ese Estado. Por su parte, las presiones que sufren los estados semi-periféricos y periféricos, son distintas de los estados centrales, pues estos últimos son los que más ejercen dicha presión sobre los primeros.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 205, tradução de livre autoria).

³⁴[texto original]: “[...] las fuertes asimetrías que pesan sobre el desdibujamiento de la soberanía estatal: aunque no es una novedad, se acentúa el hecho de que a menor desarrollo económico y menor poder, corresponderá una mayor violación a su soberanía exterior; a mayor poder político, militar y económico, menor violación a su soberanía. La ecuación de la transformación en la

Em igual sentido, Boaventura leciona que, no contexto da globalização econômica, os Estados hegemônicos, seja por si mesmos, seja por meio das instituições financeiras que possuem controle, subjugarão de maneira sem precedente a autonomia e a soberania fática das nações periféricas e semiperiféricas (1998, p. 40-41). É dizer, os Estados também participam de forma ativa dos processos de globalização, mas *uns de forma mais ativa que outros*³⁵.

Com a perda de espaço decisório por parte dos Estados, uma vez que não existe vácuo de poder, o poder *perdido* é, nessa sistemática, tomado e compartilhado pela burguesia empresarial transnacional, que Boaventura de Sousa Santos considera o ator principal da globalização econômica (1998, p. 62). Redunda-se o papel fulcral que as empresas transnacionais (ETN) desempenham nessa nova lógica de poder difuso e diluído, que se atribui devido à forma institucional privilegiada das ETN, que são capazes de formar uma rede de instituições que se conectam em seu entorno, precisamente instituições financeiras internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (SANTOS, 1998, p. 62). Ademais, seu poder se explica pelo fato de seu terreno de ação e impacto transpor as fronteiras dos Estados-nação, e reside especialmente no poder econômico que possuem (SANTOS, 2005, p. 240), uma vez que o fluxo de recursos de algumas corporações é superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países (DOWBOR, 2018, p. 39).

Aleida Hernández Cervantes aponta, ainda, estudos que concluem que as corporações transnacionais são responsáveis por 30% do PIB mundial, 70% do comércio mundial e 80% dos investimentos internacionais (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 181).

Cabe inquirir, com isso, qual o espaço de ação que possuiriam os Estados para resistir às imposições da economia globalizada, considerando-se, é claro, os recortes necessários, a depender de qual Estado se trata, isto é, se é um Estado periférico ou central.

Quanto a isso, Julios-Campuzano prescreve que:

soberanía de los Estados-nación no sigue un curso igual en cada uno de ellos; varía según su poder y su posición en la conformación geopolítica del orbe, ocasionando serias desigualdades sociales que se profundizan con el fenómeno de la globalización económica.” (HERNÁNDEZ CERVANTES, 2014, p. 184, tradução de livre autoria).

³⁵ Trata-se de um trocadilho com a célebre frase de George Orwell no livro “A Revolução dos Bichos” (1945): “Todos os animais são iguais mas alguns são mais iguais que os outros.”

As políticas econômicas dos Estados têm que adaptar-se às exigências do mercado global se desejam entrar no circuito de competitividade econômica, cujas regras são ditadas por instâncias de poder difuso cuja legitimidade não é outra senão a que outorga a concentração de capital e de recursos produtivos. A resistência a essas regras possui um custo político muito alto para os governantes dos Estados, na medida em que sua exclusão dos circuitos econômicos levará à rejeição do mercado, com a consequente fuga de capital para lugares mais lucrativos e a perda de investidores privados, o que invariavelmente causará a desvalorização da moeda. [...] o capital global ganha um poder de veto efetivo sobre as políticas públicas.³⁶ (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 156).

Pode-se concluir, portanto, que tanto os organismos financeiros internacionais quanto as corporações transnacionais possuem poderio suficiente para pressionar os Estados, especialmente os mais débeis economicamente, a tomar decisões políticas e econômicas, e com isso são capazes de ditar as políticas públicas adotadas pelos governos.

Evidentemente que no aspecto formal, em geral, os Estados ainda possuem o monopólio da produção jurídica e legislativa; o que mudou, no entanto, é a incidência fática e incisiva dos interesses que o Estado precisa considerar ao fazer propostas legislativas, programas de governo e políticas públicas, é dizer, o Estado segue legislando “[...] mas passou a fazê-lo agora [...] diminuído em seu poder de intervenção; [...] obrigado a levar em conta antes o contexto econômico-financeiro internacional do que as próprias pressões, anseios, expectativas e reivindicações nacionais” (FARIA, 2002, p. 141).

Desta forma, os Estados se vêem compelidos a procederem à abertura irrestrita de seus mercados, motivados, inclusive pela tônica de que a inserção na economia globalizada tornará a economia nacional mais competitiva e lucrativa. Se bem é verdade que isso pode ser propiciado inicialmente, José Eduardo Faria assinala que, num segundo momento, a abertura exterior acarreta uma redução na soberania estatal e na autonomia política nacional, com desdobramentos diretos nas questões que envolvem direitos sociais, sobretudo os trabalhistas (2010, p. 137). Inconteste que tal cenário se verifica de maneira mais evidente nos países em

³⁶ [texto original]: “Las políticas económicas de los Estados tienen que adaptarse a las exigencias del mercado global si desean entrar en el circuito de la competitividad económica, cuyas reglas son dictadas por instancias de poder difusas cuya legitimidad no es otra que la que otorga la concentración de capital y de recursos productivos. La resistencia a estas reglas comporta un costo político muy elevado para los gobernantes de los Estados, en la medida en que su exclusión de los circuitos económicos conllevará el rechazo del mercado, con la consiguiente huida del capital hacia lugares más rentables y la pérdida de inversores privados, lo cual provocará invariablemente la

desenvolvimento, uma vez que a divisão internacional do trabalho opera a transferência das fases produtivas que envolvem trabalho manual para estes países, cujas etapas produtivas têm a “[...] competitividade baseada no baixo custo dos salários e das que exigem um enorme controle de seu impacto negativo sobre o meio ambiente” (FARIA, 2010, p. 141).

A problemática se torna mais complexa na medida em que a tendência mundial é a globalização econômica e a transnacionalização dos mercados – e, por conseguinte, a abertura dos mercados e a liberalização da economia –, e nessa conjuntura os Estados nacionais possuem restrita autonomia decisória para se oporem a estes processos.

José Eduardo Faria sintetiza o impasse da seguinte forma:

Eis, em suma, o dilema latino-americano: para não se auto condenar ao sucateamento e à degradação de suas estruturas produtivas, as nações do continente não podem alimentar a ilusão de permanecerem fechadas aos impulsos auto regulatórios de uma economia globalizada; no entanto, as alternativas de que dispõe para a criação de seu nível de competitividade e para elevação de sua presença nos mercados internacionais ameaçam a unidade nacional na medida em que aumentam o risco da desintegração social, aviltam a cidadania, monetarizam os valores políticos e culturais e minam as bases da democracia recém-conquistada. (FARIA, 2010 p. 149-150).

Em outro sentido, traz-se às contribuições do jurista Eros Grau, que defende que o Estado “[...] no exercício de função de acumulação, sempre se voltou à promoção da renovação do capitalismo” (2010, p. 27), é dizer, que o Estado historicamente atua no sentido de ser um alicerce do mercado. O autor entende, contudo, que a relação entre mercado e Estado se dá de maneira dúbia, uma vez que “[...] o mercado exige, para satisfação do seu interesse, o afastamento ou a redução de qualquer entrave social, político ou moral ao processo de acumulação de capital” (GRAU, 2010, p. 35), isto é, o mercado exige que o aparato estatal atue para garantir sua realização plena, mas demanda que essa atuação seja a menor possível, de modo que o mercado possa agir sem maiores impedimentos.

No entanto, cabe problematizar a ideia de *mercado* como um ente à parte, despersonalizado, como uma “mão invisível” que opera por si, ideia esta que oculta que por trás do conteúdo decisório e da volatilidade dos indicadores financeiros há

devaluación de la moneda. [...] el capital global gana un efectivo poder de veto sobre las políticas públicas.” (JULIOS-CAMPUZANO, 2002, p. 156, tradução de livre autoria).

peças de carne e osso, corporações influentes e grande concentração de renda e poder. Afinal, a quem se reporta quando se faz referência ao mercado?

Nesse ponto, valiosas são as contribuições do economista Ladislau Dowbor, que em seu livro titulado “A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, seqüestro da democracia e destruição do planeta” (2018) lança luz à questão da formação de oligopólios corporativos e da financeirização do capitalismo. Dowbor prescreve que, em virtude do caráter especulativo que a atual fase do capitalismo adquire, a tendência geral é que os setores produtivos sejam dominados pelos sistemas especulativos (2018, p. 49). Em igual sentido, o jurista português Antônio José Avelãs Nunes prescreve que “[...] o neoliberalismo é a matriz da política de globalização neoliberal, que impôs a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo” (2014, p. 150).

Nesse contexto, Dowbor demonstra preocupação pela ascensão do poder das grandes corporações, uma vez que o sistema corporativo “[...] é demasiado fechado e articulado para ser regulado por mecanismos de mercado, e poderoso demais para ser regulado por governos eleitos” (DOWBOR, 2018, p. 50). Por tais características, em meio à crise financeira de 2008, por exemplo, muito se debateu sobre a adoção de políticas de austeridades e a irresponsabilidade fiscal dos governos, mas pouco se atribuiu responsabilidade às instituições de intermediação financeira (DOWBOR, 2018, p. 50). Isto é, o poder que o oligopólio corporativo detém é basicamente oculto, e justamente por isso, tão veemente.

Na atual fase do capital, onde o poder reside especialmente nos gigantes financeiros, mais do que gerar produtividade, empregos e alavancar a economia de modo geral, a tônica é a de buscar rentabilidade financeira (DOWBOR, 2018, p. 73), ainda que o custo desse lucro seja a saúde econômica das empresas do setor produtivo (NUNES, 2014, p. 151); Antônio José Avelãs Nunes atribui que a desindustrialização e o baixo crescimento que se vislumbra mesmo das economias mais consolidadas é resultado da financeirização do capitalismo (2014, p. 151). Nessa lógica de poder em que tudo vale em nome da lucratividade, e cujos atores se tratam de corporações que movimentam cifras bilionárias, “[...] os governos nacionais se tornaram em grande parte impotentes. Temos uma finança global estruturada frente a um poder político fragmentado em 200 nações.” (DOWBOR, 2018, p. 132).

Nesse contexto de globalização e formação de oligopólios corporativos, Ladislau Dowbor prescreve a captura dos sistemas políticos pela lógica financeira e define o mercado da seguinte forma:

O fato de os oligopólios poderem se referir a si mesmos como “os mercados”, ao mesmo tempo em que justamente não precisam se submeter a nenhum mercado, gera esta aparência de ausência de poder, ou de um poder abstrato, justamente “os mercados”. Mas quando se diz que “os mercados estão nervosos”, significa em geral que meia dúzia de especuladores estão insatisfeitos. [...] o que se observa é uma poderosa ofensiva no sentido da captura dos sistemas políticos que poderiam apresentar um contrapeso: os governos, o Judiciário, a mídia, os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil, a opinião pública. (DOWBOR, 2018, p. 113).

O autor problematiza, ainda, no sentido de que é vendida a ideia de que se trata de um poder globalizado, quando, em verdade, o poder se concentra basicamente em grupos financeiros norte-americanos ou da União Europeia, pertencente ao que, dentro do sistema mundo, se entende por Ocidente (DOWBOR, 2018, p. 136).

Finalmente, cabe considerar que a globalização não se trata de um processo unívoco, mas sim de um fenômeno que se desdobra diariamente, cujas implicações futuras são incertas e contraditórias. Segue-se com Julios-Campuzano, que defende que a globalização é um processo intrinsecamente dialético, pois implica na erosão das estruturas unitárias de poder, dos modelos tradicionais de organização social e política e, especialmente, do Estado-nação, o que invariavelmente leva ao surgimento de novos centros de decisão (JULIOS-CAMPUZANO, 2003, p. 30).

No debate sobre a globalização não cabem certezas incontestes, mormente pois se trata de um processo vivo, em marcha, cujos desenrolar é repleto de incertezas. Propor uma definição fechada, um destino certo, seria demasiado presunçoso e incorreria numa soberba que aqui não se pretende. O objetivo deste trabalho é no sentido de levantar algumas reflexões e questionamentos, para que seja possível lançar uma análise inicial sobre o fenômeno, por meio de uma acepção crítica, uma vez que as implicações da globalização afetam áreas caras para todos aqueles que se preocupam com a democracia, a justiça social, os direitos humanos, enfim, com as condições concretas de vida no planeta.

A globalização é concebida como irreversível, todavia, não existe apenas uma forma possível de globalização. Atualmente, vislumbra-se uma globalização em

favor do mercado (JULIOS-CAMPUZANO, 2003, p. 27), contudo, trata-se de um período crucial de transformações históricas, um momento de transição, e não necessariamente já está dado qual mundo novo irá se consolidar a partir deste processo.

Nesse sentido, Eros Grau pontua que “[...] a globalização é um fato histórico; o neoliberalismo, uma ideologia” (2010, p. 53), e com isso ele prescreve que a globalização atualmente se realiza enquanto globalização financeira, mas que, não obstante, não há uma relação necessária entre a globalização e o neoliberalismo e que, fossem outras as circunstâncias políticas e sociais, a globalização poderia se realizar de outras formas, sobre outras ideologias, é dizer, outras globalizações, movidas por outras racionalidades que não a mercadológica, poderiam (podem?) ser viabilizadas.

Por fim, cumpre agora brevemente percorrer pela leitura que os dependentistas fazem do fenômeno da globalização.

3.3 A DEPENDÊNCIA NO CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO

Em que pese a produção dependentista tenha ocorrido especialmente partindo-se da realidade das décadas de 1960 e 1970 (SEABRA, 2017, p. 14), alguns teóricos da corrente já iniciaram a refletir sobre o fenômeno da dependência relacionando-o com os processos de globalização e os impactos que essa nova fase do capitalismo poderia trazer para as sociedades dependentes. Esse é o caso do texto “Proceso y tendencias de la globalización capitalista”, publicado por Ruy Mauro Marini já em 1997, que integra a antologia publicada em 2015, “América Latina, dependencia y globalización”.

Nele, Marini pontua que uma das características marcantes da globalização é a magnitude de pessoas envolvidas no seu desenvolvimento, uma vez que envolve um contingente populacional sem precedentes na história conhecida; outro aspecto relevante é a aceleração do tempo histórico, é dizer, a rapidez com que as mudanças sociais tem se dado no contexto globalizado também se apresenta como uma novidade histórica (MARINI, 2015, p. 247-248). O autor também faz nota do aumento da capacidade de produção de bens e serviços que se verifica na atual fase do capitalismo e, finalmente, pontua acerca da profundidade

estrutural das mudanças ocasionadas por este processo, tais quais a crescente urbanização latino-americana, a revolução comunicacional e a emergência do mercado financeiro, cujo poderio econômico é gigantesco e demonstra o alto grau de internacionalização do capitalismo hodiernamente (MARINI, 2015, p. 249-250).

O dependentista também prescreve que a ampliação da industrialização latino-americana, que se deu a partir de 1950, foi uma das condições que contribuiu para a globalização (MARINI, 2015, p. 250). Especialmente nos setores industriais que o investimento estrangeiro se direcionou, como bens de consumo suntuário, se verificou uma aceleração no grau de concentração da economia (MARINI, 2015, p. 251). Esse processo desequilibrava ainda mais as economias da região, que já eram marcadas pela restrição do mercado interno - consequência que Marini aponta como resultado da superexploração do trabalho. Nesse ponto, prescreve Marini:

A configuração desequilibrada das economias latino-americanas, com marcada preponderância da indústria de bens suntuários, e pela restrição de seus mercados, determinada principalmente pela superexploração do trabalho e expressada numa crescente concentração de renda, empurraram essas economias para a crise, que eles não tiveram outra alternativa senão - paralelamente à tentativa de abrir novos campos para o investimento estrangeiro, que reproduzia de forma ampliada a contradição inicial - o esforço para alcançar mercados externos preferenciais, apesar da tendência ao protecionismo comercial.³⁷ (MARINI, 2015, p. 252).

Ante ao contexto de impulsão na concentração de renda e restrição do mercado interno, as economias latino-americanas eram empurradas para a expansão externa, o que acelerou a globalização na região. É dizer, as crises periódicas do capitalismo são impulsionadoras de grandes modificações em termos de economia (MARINI, 2015, p. 253).

Por outro lado, Marini assinala, ao refletir sobre a nova divisão internacional do trabalho, que no contexto de globalização, crescimento econômico não mais corresponde à ampliação do emprego (MARINI, 2015, p. 255), isto é, vivencia-se um período no qual podem perfeitamente coexistir crescimento e aumento do desemprego. Ademais, que o processo de difusão mundial da indústria

³⁷ [texto original]: La configuración desequilibrada de las economías latinoamericanas, con marcada preponderancia de la industria de bienes suntuarios, y la restricción de sus mercados, determinada primariamente por la superexplotación del trabajo y expresada en una concentración creciente del ingreso, empujaron a dichas economías a la crisis, y no les dejaron otra alternativa que — paralelamente al intento de abrir nuevos campos a la inversión extranjera, lo que reproducía de manera ampliada la contradicción inicial — el esfuerzo para lograr mercados externos preferenciales, sin perjuicio de que se acusase la tendencia al proteccionismo comercial. (MARINI, 2015, p. 252, tradução de livre autoria).

de manufaturas é irreversível, o que abre irrestrito campo para a transferência de indústrias para os países que pagam salários mais baixos, pois assim aumenta-se o lucro (MARINI, 2015, p. 258).

No contexto da nova divisão internacional do trabalho, o autor prescreve que os países desenvolvidos possuem duas vantagens: o monopólio tecnológico, devido à superioridade de pesquisa e desenvolvimento que possuem; e o poder de ditarem a transferência industrial aos países atrasados, pela capacidade tecnológica e de investimento que possuem (MARINI, 2015, p. 259). Uma das consequências disso é o retorno de países “[...] à forma simples da divisão internacional do trabalho que prevaleceu no século XIX e envolvia a troca de bens primários por bens manufaturados”³⁸ (MARINI, 2015, p. 259), e que a reprimarização da economia é motivo de preocupação até mesmo para o Brasil, país com maior nível de desenvolvimento industrial da região (MARINI, 2015, p. 260). Isto é, a globalização pode acarretar no reaparecimento de formas de dependência que vigoraram no século XIX. O atraso da região em termos tecnológicos e em investimento em educação agrava ainda mais as relações de dependência, o que torna os efeitos da globalização ainda mais contraditórios para as economias dependentes (MARINI, 2015, p. 260-261).

Uma característica que destaca Marini e merece relevo é no que concerne à superexploração do trabalho. Na atual fase do capitalismo, o autor defende que a superexploração se generaliza em todo o sistema, inclusive nos países de capitalismo central, e antes era uma característica distintiva dos países dependentes (MARINI, 2015, p. 267-268). A consequência disso é a crescente massa de trabalhadores excedentes – o exército industrial de reserva – e a pauperização das condições de vida da classe trabalhadora, o que é intrinsecamente contraditório, pois atualmente se goza de condições materiais de proporcionar melhores condições à coletividade (MARINI, 2015, p. 268).

No entanto, o que move o capitalismo é o aumento das taxas de lucro, e não o incremento do bem-estar coletivo; “[...] é nesse sentido que a questão econômica tornou-se hoje, mais do que nunca, uma questão política ou, o que é o

³⁸ [texto original]: “[...] a la forma simple de división internacional del trabajo que primaba en el siglo XIX y que involucraba el trueque de bienes primarios por bienes manufaturados.” (MARINI, 2015, p. 259, tradução de livre autoria).

mesmo, que a luta contra a dependência não pode ser divorciada da luta pela democracia.”³⁹ (MARINI, 2015, p. 270).

Ruy Mauro Marini foi o teórico marxista da dependência que primeiro lançou reflexões sobre o impacto da globalização nas estruturas de dependência, tanto que em 2009 publicou-se o livro “A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini”, no qual uma série de autores partem de suas premissas iniciais para abordar o fenômeno da globalização.

Para o economista e sociólogo chileno Cristóbal Kay, a teoria da dependência possui uma relevância ainda maior no atual cenário do que no contexto em que foi originalmente desenvolvida, pois atualmente “[...] as forças que se ocultam atrás do capitalismo global são ainda menos retraídas do que no passado” (209, p. 362). No entanto, faz-se necessário reformulá-la. O autor propõe que, ao tratarmos da globalização econômica, é necessário enfatizar que o capitalismo é, por excelência, um sistema internacional; o difere o atual período é que a integração do mercado mundial dá-se de maneira muito mais acelerada (KAY, 2009, p. 363).

A globalização aumentou a distância entre os países, tornando-os ainda mais desiguais. É dizer, a globalização torna alguns países ainda mais marginalizados, ao passo que leva outros a cada vez maior grau de implicação na ordem global (KAY, 2009, p. 365), beneficiando uns e mantendo outros países, como é o caso da América Latina, em situação de desvantagem. Além de aumentar a distância entre as regiões, Kay propõe que a assimetria entre os países latino-americanos e caribenhos é crescente, e que “[...] os países maiores tiveram mais sucesso na industrialização e no desenvolvimento de estruturas econômicas mais complexas; eles têm um pouco mais de espaço de manobra em um mundo globalizado” (KAY, 2009, p. 365) em comparação aos países mais vulneráveis da região. Contudo, seja para os países maiores ou menores da região, o espaço para agir politicamente de forma independente é cada vez menor, na medida em que os países estão cada vez mais inseridos na economia global (KAY, 2009, p. 365).

Os países em desenvolvimento, na atual conjuntura global, tornam-se cada vez mais dependentes do capital externo (KAY, 2009, p. 369) e vulneráveis às forças do mercado internacional (KAY, 2009, p. 372), isto é, “[...] a maior parte da

³⁹ [texto original]: “[...] es en este sentido que la cuestión económica se ha vuelto hoy, más que nunca, un asunto político o, lo que es lo mismo, que la lucha contra la dependencia no puede divorciarse de la lucha por la democracia.” (MARINI, 2015, p. 270, tradução de livre autoria).

América Latina permanece altamente dependente dos mercados financeiros internacionais, que, em troca, impõem uma série de obrigações aos governos latino-americanos” (KAY, 2009, p. 370). Cristóbal Kay aponta como possível saída para essa situação a necessidade de que os países latino-americanos mudem sua estrutura exportadora, superando a exportação de produtos primários básicos e priorizando a exportação de mercadorias e serviços que gozem de maior valor agregado (2009, p. 370). Contudo, o economista e sociólogo chileno reconhece que há entraves consubstanciados na limitação do progresso técnico, que é controlado pelas economias centrais e corporações transnacionais, e na vulnerabilidade financeira e comercial que vigora na região e se reproduz no contexto de globalização neoliberal (KAY, 2009, p. 382-383).

O mexicano Adrián Sotelo Valencia prescreve que na atual fase do capitalismo estão emergindo novas periferias, que surgem a partir da década de 1990, no contexto da desintegração da União Soviética, com a transição do socialismo para o capitalismo na Europa Oriental (2009, p. 114). Para Valencia, o surgimento de novas periferias no centro do capitalismo aponta para uma crise sistêmica da economia internacional. O autor prescreve que o processo de globalização também está ocasionando “[...] a transformação paulatina, mas iminente, *das velhas periferias dependentes subdesenvolvidas* que se constituíram historicamente desde meados do século XIX na América Latina e no Caribe” (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 115) e menciona o processo de desindustrialização que está atingindo a região. Historicamente, os países dependentes cumpriram o papel predominante de produzir matéria-prima para abastecer a demanda dos países centrais. Contudo, durante o século XX, os países latino-americanos, alguns com maior relevância que outros, foram capazes de desenvolver segmentos de indústria leve e pesada; no entanto, a partir da década de 1980, foi imposto à região um padrão de matiz neoliberal e desindustrializador (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 115-116), que fez retomar a tendência de os países cumprirem a função de abastecimento de matérias-primas para os centros hegemônicos (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 117).

Adrián Sotelo Valencia prescreve que o capital financeiro impacta a dinâmica das economias dependentes, provocando “[...] graves e recorrentes crises estruturais e financeiras e ciclos de desacumulação de capital (desindustrialização)” (2009, p. 119). O autor pontua também que, no contexto atual, a formação de novas

periferias no antigo bloco soviético aprofunda ainda mais a dependência latino-americana, pois precariza as condições de trabalho e autoriza o aprofundamento da superexploração do trabalho, uma vez que o desemprego é crescente. Nesse sentido:

[...] as novas periferias se transformam em verdadeiras concorrentes das antigas periferias, como as da América Latina, para atrair e manter barata a força de trabalho, a tecnologia, os investimentos estrangeiros e as empresas, o que, por sua vez, é aproveitado pelos países imperialistas para aprofundar essa desigualdade em benefício da rentabilidade e da expansão dos seus negócios. (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 129)

O efeito disso é que, segundo o autor, os países latino-americanos reestruturaram suas economias com ênfase nos setores primário-exportadores, focando na produção de petróleo, gás, gado, minerais, etc. (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 130).

Em outro escrito, Sotelo Valencia aponta que a atual crise que se vivencia implica na necessidade de se formular novas categorias teóricas, sem que isso signifique substituir as anteriores, mas sim enriquecê-las e atribuir novos significados (2005, p. 172) que se enquadrem no contexto vigente. Ainda, pontua o autor que, para a teoria marxista da dependência, substituir o subdesenvolvimento e superar a dependência passa por derrotar o capitalismo em sua forma global, inexistindo soluções intermediárias a longo prazo (SOTELO VALENCIA, 2005, p. 179).

Outrossim, o economista chileno Orlando Caputo Leiva assinala que a China está ocasionando mudanças drásticas no panorama mundial e sentencia que “[...] o capitalismo está dependendo cada vez mais da China do que a China do capitalismo” (2009, p. 136), isso porque, atualmente, a economia chinesa tem impactos e desdobramentos de alcance mundial, devido a sua crescente demanda por matérias-primas e pela superprodução de produtos manufaturados, sendo que o menor sinal de desaceleração no crescimento chinês ou indício de crise no país já é o suficiente para gerar pânico em diversos países e mercados (CAPUTO LEIVA, 2009, p. 146).

Por outro lado, o autor pontua que a decadência econômica da América Latina é consequência da globalização (CAPUTO LEIVA, 2009, p. 139). Orlando Caputo Leiva prescreve que a globalização econômica possui fundamento teórico no neoliberalismo e que sua “[...] tendência extrema é a apropriação privada dos recursos naturais por parte das grandes empresas transnacionais, o que se manifestou com muita força na América Latina” (2009, p. 148), acentuando-se o

caráter de desnacionalização das economias latino-americanas. Além disso, faz nota ao fato de a atual etapa da globalização estar aprofundando o subdesenvolvimento e desenvolvimento desigual latino-americano, o que aponta, para o autor, para o fracasso do neoliberalismo (CAPUTO LEIVA, 2009, p. 150-151).

No entanto, as taxas de lucro na América Latina seguem crescendo, contradição inerente ao capitalismo, ao combinar aumento de taxa de lucro com pauperização e má distribuição de renda (CAPUTO LEIVA, 2009, p. 151); ademais, outra característica diferencial da América Latina para com os países desenvolvidos, é que na região o capital produtivo e o capital financeiro atuam em conjunto (CAPUTO LEIVA, 2009, p. 159-160).

A seu turno, o argentino Claudio Katz pontua que as empresas transnacionais são as protagonistas do contexto econômico atual (2018, p. 290), que aumentam seus lucros por meio dos baixos salários dos países periféricos, com a exploração dos trabalhadores e com o investimento em países que dispõem de mão de obra barata (2018, p. 291-292), o que diz respeito à nova divisão internacional do trabalho. O autor destaca também a envergadura que a economia chinesa ganha nesse cenário de mundialização, postulando que China atua como um império em formação (KATZ, 2018, p. 297). A esse cenário se agrega, ainda, o crescente desemprego e a substituição dos empregos pelas tecnologias digitais (KATZ, 2018, p. 293-294), é dizer, a globalização é marcada pela crescente desigualdade social em países centrais, emergentes ou periféricos (KATZ, 2018, p. 299).

Sem embargo, a dependência adota novas formas, mas persiste no contexto de globalização (KATZ, 2018, p. 302-303). A simples distinção entre centro e periferia já não se faz mais adequada, sendo que os países considerados semiperiféricos (como Brasil, Índia, Coreia do Sul, Argentina) ganham especial relevo no cenário vigente, e assinala o autor o avanço das economias semiperiféricas asiáticas, em detrimento do retrocesso das economias latino-americanas (KATZ, 2018, p. 304-305). Nesse ponto, Katz faz nota da desindustrialização que América Latina vem enfrentando, e chama atenção para o caso específico do Brasil:

No Brasil, o aparato industrial perdeu a dimensão alcançada nos anos oitenta. A produtividade estagna, o déficit externo se expande e os custos aumentam com a deterioração da infraestrutura de energia e transporte. É

por isso que o país enfrenta um retrocesso visível nas exportações de alta e média tecnologia.⁴⁰ (KATZ, 2018, p.314)

Ainda, o economista argentino prescreve que a adoção de um modelo econômico extrativista-exportador acentua a dependência dos países da região por meio da subordinação para com a volatilidade internacional dos preços das matérias-primas, sendo que as flutuações dos preços piora também o cenário de endividamento (KATZ, 2018, p. 316).

No que tange à disputa pela hegemonia do mercado mundial, Katz assinala que, independente do resultado da confrontação entre as duas maiores potências econômicas, China e Estados Unidos, a América Latina segue em patamar de subordinação (KATZ, 2018, p 327). Digno de nota pelo autor é também a diminuição da autonomia das burguesias nacionais da região frente à globalização e o empoderamento das empresas transnacionais (KATZ, 2018, p. 329). O lugar ocupado pelos países na divisão internacional do trabalho é um condicionante histórico e determinante da dependência (KATZ, 2018, p. 330); ante o caráter decretório com que opera a divisão internacional do trabalho, Katz pontua, ao desfazer as ilusões de cada país poderia ditar autonomamente o curso do próprio destino, que “[...] não existe nenhuma receita que permita ao Haiti copiar o caminho dos Estados Unidos”⁴¹ (KATZ, 2018, p. 334).

Finalmente, traz-se as contribuições de Carlos Eduardo Martins, para quem a globalização cria uma crise estrutural da economia capitalista (2011, p. 119), que estende a superexploração do trabalho também para os países centrais (2011, p. 135). No entanto, em que pese a extensão da superexploração para os centros, os países dependentes e centrais continuam a desempenhar funções diferentes na economia global (MARTINS, 2011, p. 136). Martins pontua que a globalização traz sérios desequilíbrios macroeconômicos nos países dependentes e destaca que a emergência da China enquanto potência mundial contribui para a reprimarização das pautas exportadoras dos países periféricos (2011, p. 139-140). Ademais, que os países dependentes, ao adotarem as agendas neoliberais liberalizantes, são pressionados pela destruição das forças produtivas, já que “[...] ao possuírem poder

⁴⁰ [texto original]: En Brasil el aparato industrial ha perdido la dimensión alcanzada en los años ochenta. La productividad se estanca, el déficit externo se expande y los costos aumentan con el deterioro de la infraestructura de energía y transporte. Por eso el país afronta un visible retroceso en las exportaciones de alta y mediana tecnología. (KATZ, 2018, p. 314, tradução de livre autoria).

⁴¹ [texto original]: “[...] no existe ninguna receta que le permita a Haiti copiar el sendero de Estados Unidos” (KATZ, 2018, p. 334, tradução de livre autoria).

de competição inferior se tornaram alvos de amplos processos de desnacionalização e restrição de seu mercado interno” (MARTINS, 2011, p. 155). O autor chama atenção, contudo, para o fato de que o neoliberalismo estar em crise não significa que esteja vencido (MARTINS, 2011, p. 160), o que impõe que sejam pensadas estratégias para superá-lo.

O projeto hegemônico neoliberal destrói as indústrias nacionais no contexto latino-americano (MARTINS, 2011, p. 319), o que resulta na perda de poder e autonomia das burguesias nacionais da região. Martins prescreve que o processo de financeirização leva a um sucateamento dos setores de maior valor agregado e propõe que, caso os Estados latino-americanos continuem sendo comandados pelas elites dependentes, “[...] o alto dinamismo da demanda chinesa aprofundará a primarização de nossa pauta exportadora e colocará fortes limites ao nosso desenvolvimento industrial e científico-técnico” (MARTINS, 2011, p. 323).

Necessário assinalar, contudo, que a exportação primária não é, por si, um problema, mas que é preciso investir o saldo comercial advindo desta atividade em outras áreas e segmentos, a fim de dinamizar e solidificar a economia, para que seja viável se delinear alternativas sustentáveis para a inserção internacional da região ao mercado mundial (MARTINS, 2011, p. 325). Isso, contudo, demanda forte atuação estatal e participação popular. Na América Latina, não há como se pautar desenvolvimento sustentável sem enfrentar as desigualdades e assimetrias regionais (MARTINS, 2011, p. 326-327).

O cenário latino-americano é altamente desafiador, uma vez que o padrão de desenvolvimento que o neoliberalismo impõe à região traz graves consequências sociais, econômicas e ecológicas. Martins aponta que é necessário construir um novo padrão de desenvolvimento, que se articule com o mercado internacional, mas que não deixe de priorizar a integração regional e o mercado interno (2011, p. 341), é dizer, não há necessariamente uma contradição entre a abertura para o mercado externo e o investimento nacional/regional. Os obstáculos para o desenvolvimento da América Latina são inúmeros, o que tornam os desdobramentos futuros incertos:

As próximas décadas na América Latina deverão colocar em questão a volatilidade dos fundamentos do crescimento econômico e confrontar a expansão do mercado interno e a elevação das taxas de investimento com os limites de um sistema político vinculado ao poder de uma burguesia monopólica, financeira, produtora de bens suntuários e/ou exportadora de *commodities*. (MARTINS, 2011, p. 316)

O autor estabelece, ainda, que a superação da dependência demanda da atuação estatal, entre outros pontos, a importação de tecnologias e empreendimento no sentido de aumentar a capacitação local, a proteção dos setores produtivos, a realização de reforma agrária, a tributação dos monopólios e altas rendas, a preocupação com as pautas ambientais e a integração regional (MARTINS, 2011, p. 339-346).

Nesse capítulo, propôs-se investigar o fenômeno da globalização, relacionando seus desdobramentos com a dependência e o Estado, perquirindo qual o papel desempenhado pelos Estados-nação dentro da atual sistemática de poder global, quais são as capacidades políticas que possuem para reagir aos processos de globalização econômica e qual a leitura que os teóricos dependentistas fazem da globalização.

No terceiro e último capítulo, o estudo recairá sobre o caso brasileiro, privilegiando-se especialmente às questões relativas à política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, correlacionando a política de precificação da estatal brasileira com os prévios estudos sobre a globalização financeira, o espaço de ação que os Estados possuem na atual correlação de poderes e a dependência brasileira.

4 A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016 E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Nos capítulos anteriores, o tema da dependência e da globalização foram abordados no âmbito da pesquisa, por meio do levantamento da base teórica da Teoria Marxista da Dependência e dos estudos que relacionam a globalização, o Estado e a dependência. Doravante, proceder-se-á análise e discussão do caso brasileiro, especificamente o que tange à política de precificação adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, que pauta a paridade com o mercado internacional dos preços praticados pela estatal nas refinarias. Trata-se de verificar de que maneira a atual política de preços se relaciona com o cenário estudado e explorado até o momento, no sentido de almejar conectar as categorias, projeções e proposições dos autores estudados neste trabalho e buscar aferir se a política de precificação vigente reproduz a lógica da dependência brasileira.

Inicialmente, contudo, propõe-se contextualizar o cenário econômico brasileiro a partir da virada para o século XXI, pautando-se, para tanto, a influência do ciclo das *commodities*, problematizações concernentes aos impactos da financeirização do capitalismo e as preocupações quanto à desindustrialização e à reprimarização da economia brasileira, para então examinar os desdobramentos já verificados como possível consequência da adoção da política de preços atualmente praticada pela estatal brasileira de economia mista.

4.1 A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA: ENTRE O CASO DAS *COMMODITIES*, A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA

A partir dos anos 2000, o Brasil experienciou períodos de grande variação em termos de aceleração e desaceleração econômica. Especialmente no período compreendido entre 2004 e 2011, o país apresentou uma melhora exponencial nos índices econômicos, que passaram a decair no período subsequente (CARVALHO, 2018, p. 9-12). O cenário internacional influenciou fortemente a flutuação dos indicadores econômicos do país. A economista Laura Carvalho pontua que a alta demanda chinesa de *commodities* impactou de maneira positiva as economias

latino-americanas no início do século XXI e que, da mesma maneira, o cenário externo desfavorável influenciou a baixa econômica vivenciada em seguida (CARVALHO, 2018, p. 13). Especificamente, Laura Carvalho aponta que em 2004 e 2005 o crescimento da economia brasileira deu-se em razão de um *boom* de exportações e que somente a partir de 2006 é que é possível atribuir o bom desempenho econômico do país à política econômica interna (CARVALHO, 2018, p. 42). Importa assinalar, contudo, que o desempenho econômico vivenciado pelo país no período analisado pela economista não foi acompanhado de crescimento industrial, ao contrário, teve como protagonista os setores de serviços. Ocorre que quando se tem um crescimento no setor do comércio que não é acompanhado por crescimento industrial, significa que os produtos comercializados são importados, o que se verificou no Brasil, vez que “[...] o total de importações do país cresceu 103,4% no acumulado entre o fim de 2005 e o fim de 2010, em termos reais” (CARVALHO, 2018, p. 43).

Esse mesmo período foi marcado pela valorização do real em relação ao dólar, o que favorece as importações e prejudica as exportações, uma vez que os produtos importados tornam-se comparativamente mais baratos quando comparados aos produtos de produção nacional, é dizer, “[...] os produtos nacionais ficam mais caros em relação aos estrangeiros e a indústria doméstica perde participação no mercado externo (o que reduz as exportações do país) e no mercado interno (pela compra maior de importados)” (CARVALHO, 2018, p. 44). A indústria nacional perdeu espaço, levando a uma série de economistas e analistas a se preocuparem com o tema da desindustrialização brasileira. Contudo, a exportação de *commodities* não foi prejudicada no período, especialmente devido à alta demanda de matéria-prima que a economia chinesa necessitava devido a sua dinamização.

Nesse sentido, Francisco de Oliveira aponta que, durante o governo Lula, a economia brasileira permaneceu dependente da expansão do mercado mundial, especialmente da economia da China, para vender as *commodities*. O autor acrescenta, ainda, que a política externa do governo, nesse período, exacerbou a característica do Brasil como produtor de *commodities* de baixo valor agregado, e não foi capaz de modificar a estrutura da economia interna (OLIVEIRA, 2018, p. 40).

A exportação de *commodities* – produtos agrícolas, minerais, gás, petróleo, etc. – corresponde a uma fatia considerável do PIB brasileiro (UNCTAD, 2017), de modo que torna a economia brasileira dependente de fatores externos do

cenário internacional, como a mudança do preço das *commodities* e a situação econômica dos países importadores dos produtos brasileiros. É possível traçar um paralelo, pois, historicamente a economia do Estado brasileiro se alicerça na exportação de produtos primários – veja-se o ciclo do açúcar (SCHWARCZ; STARLING, 2017, p. 55-56) e do ouro (SCHWARCZ; STARLING, 2017, p. 121-123), e atualmente vislumbra-se forte ênfase da economia brasileira na exportação de produtos como a soja, carnes e petróleo (UNCTAD, 2017), que demandam, via de regra, pequeno grau de industrialização (SVAMPA, 2013, p. 31). Tal situação ocorre, muitas vezes, em detrimento do investimento no desenvolvimento de setores mais tecnológicos e estratégicos, capazes de solidificar mais estruturalmente e tornar menos instáveis os indicadores econômicos do país.

A dependência do Estado brasileiro também se vislumbra na relação com as *commodities*, conforme dados expostos no relatório *State of Commodities Dependence 2016*⁴² (UNCTAD, 2017). Esse relatório aponta que, durante o biênio de 2014-2015, a exportação de *commodities* gerou uma receita de 132 bilhões, o que corresponde a 6,5% do PIB do país, superando os 5,6% do período de 2009-2010, anteriormente avaliado (UNCTAD, 2017, p. 141).

Ademais, o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento demonstra que o país que mais importa as *commodities* brasileiras é a China (UNCTAD, 2017, p. 141), o que aponta para uma significativa mudança nas relações comerciais internacionais que o Brasil mantêm, que outrora eram realizadas especialmente com os Estados Unidos e a União Europeia.

No caso brasileiro, de maneira específica, é possível observar que desde os primórdios da conquista, o país tem cumprido a função de exportador de matéria-prima para os centros do poder. Atualmente, passados 500 anos do início da colonização, a situação persiste⁴³: parte expressiva do saldo econômico do Brasil é oriundo da exportação de *commodities*, precisamente bens agrícolas e minerais (UNCTAD, 2017, p. 141). O relatório *State of Commodities Dependence 2016* também revela que, apesar do aumento e da porcentagem expressiva do PIB, o Brasil ainda é o país menos dependente da exportação de *commodities* da América

⁴² Estado da Dependência das Commodities 2016, em tradução de livre autoria.

⁴³ Evidente que tal afirmação não desconsidera o parque industrial que o país possui e a diversificação existente das atividades econômicas. No entanto, conforme se demonstrou no capítulo 2, há uma séria preocupação com a tendência de desindustrialização e reprimarização das

do Sul. Estima-se que 63% de todas as mercadorias exportadas pelo país são *commodities* (apenas para fins comparativos, a cifra da Bolívia atinge 95% e do Chile 86%) (EXAME, 2017, *on-line*), sendo que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) classifica um país como dependente de bens primários quando mais de 60% do saldo das mercadorias exportadas for referente à venda de *commodities* (ONU Brasil, 2017, *on-line*).

O relatório demonstrou que a economia brasileira, no período analisado, se tornou mais dependente da exportação de *commodities*, sendo que, do total de *commodities* exportado, 57% corresponde a itens alimentícios e 23% a minérios. No período anterior (2009-2010), 51% representavam os itens alimentícios e 27% os minérios (ONU Brasil, 2017, *on-line*), o que demonstra, também, uma modificação no peso de cada classe de *commodities* no PIB brasileiro.

Contudo, não se propõe, aqui, tecer críticas de maneira rasa ao setor primário brasileiro e à exportação de *commodities*, pois é compreendida a importância do setor para a economia do país, entendendo-se que “[...] talvez o principal motor do crescimento [econômico] nos anos 2000 tenha sido o aumento da demanda pelos produtos que exportamos, em grande parte resultado do desempenho excepcional da economia chinesa” (CARVALHO, 2018, p. 146). Assinala-se, entretanto, que não necessariamente o que faz com que a economia cresça é capaz de acarretar melhoras nas condições de vida e trazer benefícios à população como um todo, em outras palavras, não é porque o bolo cresce que ele necessariamente será dividido de maneira mais igualitária.

Não obstante essa constatação, Laura Carvalho agrega que diversos economistas, ante a falta de competitividade da indústria nacional, apontaram que o caminho que o Brasil devia trilhar seria o de centrar seu desenvolvimento industrial com ainda mais destaque para as exportações, nos moldes dos países asiáticos (CARVALHO, 2018, p. 55). Contudo, a economista pontua que para que o Brasil pudesse desenvolver novos setores exportadores e competir com os países asiáticos na indústria manufatureira, por exemplo, teria que proceder uma longa e duradora desvalorização do real, o que passaria também por reduções de salários dos trabalhadores, que seriam possivelmente incompatíveis com o próprio regime democrático (CARVALHO, 2018, p. 62). É dizer, competitividade no mercado

economias latino-americanas, incluindo-se nisso o Brasil, em que pese seja um dos países da região com mais bem sucedida industrialização.

internacional e elevação do PIB não significa, necessariamente, redução de desigualdade social e elevação de indicadores socioeconômicos do país; é bem sabido que o capitalismo pode confortavelmente combinar, como uma das contradições inerentes ao sistema, crescimento econômico e aumento da pauperização da população.

Nesse viés, prescreve Laura Carvalho:

Sendo o Brasil um país continental e desigual, com grande potencial de expansão de mercado interno, adaptar para cá o modelo de crescimento liderado por exportações adotado em tantos países asiáticos não parece a melhor estratégia. Afinal, para competir com esses países no mercado internacional de manufaturados pouco sofisticados, seria necessária uma desvalorização muito grande do real e, conseqüentemente, uma redução substancial no poder de compra de nossos salários. Como vimos, desvalorizações do real encarecem produtos importados e são inflacionárias, reduzindo salários reais. [...] A melhor opção parece ser, portanto, o fortalecimento do mercado interno com base nos pilares da distribuição de renda e dos investimentos em infraestrutura física e social. (CARVALHO, 2018, p. 178)

No que concerne à exportação específica de *commodities*, urge pensar a dependência que acarreta tal à economia brasileira, já que os índices econômicos do país são diretamente influenciados pelo bom ou mau desempenho dos países cuja venda das *commodities* é destinada. Nesse sentido, ao analisar a economia brasileira entre os anos 2000-2016, a economista Laura Carvalho conclui que, “[...] também ficou claro que o modelo baseado na exportação de *commodities* e de produtos agroindustriais, além do enorme custo ambiental, deixa o país refém da conjuntura internacional e de preços demasiadamente voláteis” (2018, p. 178).

A persistência de aposta centrada num setor exportador situação obstaculiza reais possibilidades de um desenvolvimento autônomo e estável. Sem embargo, Laura Carvalho aponta que a saída perpassa necessariamente pela aposta em uma política tecnológica estratégica (2018, p. 180). No entanto, tampouco se trata de simplesmente investir em setores produtivos para competir livremente com o mercado internacional, vez que há de ser considerada a realidade brasileira de desigualdade social, e a competitividade no plano internacional, por si, não traz qualquer garantia de desenvolvimento e melhora nas condições de vida da população. Em entrevista concedida ao El País, a economista afirma que a redistribuição de renda é ponto fulcral para solucionar o problema socioeconômico brasileiro:

O Brasil é um país com a renda mal distribuída, mas que tem uma renda média muito mais alta que países asiáticos que hoje exportam produtos manufaturados simples. Se você quiser competir com esses países, você teria que levar o preço do dólar em reais a um patamar tão alto que na prática isso significaria aumentar o custo de vida dos brasileiros, reduzir o salário real. Não é a China, é Bangladesh. Esse ideal de modelo de desenvolvimento, de querer ficar competitivo lá fora para gerar uma indústria que vai nascer e vai ser pujante, eu tendo a achar que vai ser um tiro no pé. Você pode acabar matando algo que é muito mais importante para a gente que é nosso mercado interno. Para o nosso mercado interno crescer e se desenvolver, é melhor uma estratégia de redistribuição da renda, com aumento e crescimento dos salários, com efeitos dinâmicos que isso gera. (2018d, *on-line*)

Além disso, para evitar a continuidade da vulnerabilidade econômica perante o plano internacional, também se faz necessária a diversificação da estrutura produtiva (CARVALHO, 2018d, *on-line*), já que a dependência se intensifica na medida em que a econômica circunda a poucos setores. A economista defende que a melhor maneira de evitar a influência de grupos de grande poder econômico e a captura do Estado pelos interesses do capital é o investimento em uma política tecnológica estratégica (CARVALHO, 2018, p. 180) e que a sustentabilidade, no contexto do século XXI, deve ser o eixo central de qualquer política que incentive novos setores e novas tecnologias.

O argentino Claudio Katz discute a questão pelo viés do impacto na economia interna dos países do continente, que a manutenção de um ciclo econômico embasada em um modelo de extrativismo exportador implica:

A tecnificação e a capitalização da agricultura introduziram importantes mudanças na economia latino-americana. O agronegócio fortaleceu a gravitação das lavouras orientadas pela demanda externa, em detrimento da oferta local. [...] Esse modelo de extrativismo exportador reforça a preeminência das atividades primárias, em detrimento da produção industrial voltada para o mercado interno. [...] O modelo atual enfatiza a vinculação de todas as economias à flutuação internacional dos preços das *commodities* e torna o nível de atividade mais volátil. O PIB da Argentina, por exemplo, se contraiu e expandiu significativamente 12 vezes nos últimos trinta e cinco anos. A mesma oscilação no Brasil apresentou menor intensidade. (KATZ, 2018, pp. 315-316).⁴⁴

⁴⁴ [texto original]: La tecnificación y capitalización del agro han introducido importantes cambios en la economía latinoamericana. El agrobusiness reforzó la gravitación de los cultivos orientados por la demanda externa en desmedro del abastecimiento local. [...] Ese modelo de extractivismo exportador refuerza la preeminencia de las actividades primarias, a costa de la producción manufacturera centrada en el mercado interno. [...] El modelo actual acentúa la atadura de todas las economías al vaivén internacional de precios de las materias primas y torna más volátil el nivel de actividad. El PIB de Argentina, por ejemplo, se contrajo y expandió significativamente en 12 oportunidades en los últimos treinta y cinco años. El mismo vaivén presentó en Brasil una intensidad inferior. (KATZ, 2018, p. 315-316, tradução de livre autoria)

Ademais, também é de grande importância problematizar o modelo extrativista exportador desde a perspectiva socioambiental, uma vez que esse modelo, para além de implicar em uma reprimarização das economias latino-americanas (SVAMPA, 2012, p. 17), traz consequências ambientais e desencadeia conflitos socioambientais. Maristella Svampa prescreve que “[...] os conflitos socioambientais tendem a se combinar perversamente com uma tipologia inerente ao modelo extrativista⁴⁵” (2012, p. 21).

A argentina Maristela Svampa alcunha o período de alta na exportação de bens primários latino-americanos como “Consenso das *Commodities*”, e sustenta que esse processo ocorreu devido ao *boom* do preço internacional dessa classe de produtos (2013, p. 31). A autora descreve o processo como dual, na medida em que, ao mesmo tempo em que gera crescimento econômico e aumenta as reservas internacionais dos países latino-americanos, aprofunda as desigualdades sociais e gera novas assimetrias nas sociedades da região (SVAMPA, 2013, p. 31).

Em igual sentido, descreve que o “Consenso das *Commodities*” produziu novas formas de dependência e dominação e ensejou um processo de reprimarização nas economias *nuestroamericanas*, pois reorientou as atividades econômicas da região à produção de matérias-primas de baixo valor agregado (SVAMPA, 2013, p. 32). Svampa vai além e afirma que esse ciclo de exportação é associado a uma lógica neocolonial, de modo similar ao ocorrido no passado em nossas sociedades, que produz “[...] forte fragmentação social e regional e configuram espaços sócio-produtivos dependentes do mercado internacional” (SVAMPA, 2013, p. 35)⁴⁶.

A socióloga argentina aponta que há um núcleo duro que aproxima a lógica do Consenso de Washington com o “Consenso das *Commodities*”, consistente na aceitação do lugar reservado à América Latina na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, prescreve:

Em nome das "vantagens comparativas" ou da pura subordinação à ordem geopolítica mundial, conforme seja o caso, os governos progressistas, assim como os mais conservadores, tendem a aceitar como "destino" o novo "Consenso das *Commodities*", que historicamente reservou para a América Latina o papel de exportadora da natureza, minimizando as

⁴⁵ [texto original]: “[...] los conflictos socioambientales suelen combinarse perversamente con una tipología inherente al modelo extractivo” (SVAMPA, 2012, p. 21, tradução de livre autoria).

⁴⁶ [texto original]: “[...] fuerte fragmentación social y regional y van configurando espacios socioproductivos dependientes del mercado internacional. (SVAMPA, 2013, p. 35, tradução de livre autoria).

enormes consequências ambientais, os efeitos socioeconômicos (os novos quadros de dependência e a consolidação dos enclaves exportadores) e sua tradução política (disciplina e formas de coerção sobre a população). (SVAMPA, 2013, p. 37)⁴⁷

É dizer, é urgente repensar a perpetuação de um modelo econômico que, para além de manter os países submissos e vinculados às oscilações do mercado internacional financeirizado, ocasiona significativos impactos em termos ambientais e ecológicos, uma vez que se funda numa política extrativista, o que permite a continuidade da dependência, por meio da contínua e constante exploração das riquezas naturais dos países, que são tratadas meramente como matérias-primas e vendidas como *commodities* aos mercados consumidores.

Importante também tecer algumas considerações quanto ao tema da desindustrialização latino-americana e brasileira, especialmente. O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, em artigo publicado na edição digital da Folha de São Paulo, em 2010, enfatiza que o Brasil vive um processo de desindustrialização, apontando a redução da fatia do PIB correspondente à indústria. Assinala Bresser-Pereira que “[...] no final dos anos 1940, a indústria representava 20% do PIB brasileiro, em 1985 chegou a 36%, em 2008 havia baixado para 16%” (2010, *on-line*) e que “[...] nossa desindustrialização é para produzir mais *commodities*” (2010, *on-line*). O economista estabelece uma ligação direta entre a exportação de *commodities*, a reprimarização das economias, a desindustrialização e a adoção das diretrizes liberalizantes do Consenso de Washington, e defende que o Brasil começou a desindustrializar-se em 1992, após proceder à abertura financeira, o que prejudicou a indústria nacional (BRESSER-PEREIRA, 2010, *on-line*).

O cenário se replica na região da América Latina como um todo, sendo que Cláudio Katz traz o dado de que a participação da indústria no PIB latino-americano caiu de 12,7% (1970-1974) para 6,4% (2000-2006) (KATZ, 2018, p. 314). Especificamente tratando do caso brasileiro, Katz assinala que “[...] o aparato industrial perdeu a dimensão alcançada nos anos oitenta. A produtividade estagna, o déficit externo se expande e os custos aumentam com a deterioração da

⁴⁷ [texto original]: “En nombre de las «ventajas comparativas» o de la pura subordinación al orden geopolítico mundial, se-gún los casos, los gobiernos progresistas, así como aquellos más conservadores, tienden a aceptar como «destino» el nuevo «Consenso de los Commodities», que históricamente ha reservado a América Latina el rol de ex-portador de naturaleza, minimizando las enormes consecuencias ambientales, los efectos socioeconómicos (los nuevos marcos de la dependencia y la consolidación de enclaves de exportación) y su traducción política (disciplinamiento y formas de coerción sobre la población).” (SVAMPA, 2013, p. 37, tradução de livre autoria).

infraestrutura de energia e transporte” (2018, p. 314)⁴⁸, o que, para o autor, se deve a diminuição de exportações de média e alta tecnologia. É dizer, o processo de desindustrialização reforça a reprimarização da economia, de modo que diminui-se as produções e exportações de produtos de maior valor agregado, ao passo em que aumenta-se a produção de *commodities*. Ademais, o argentino também pontua que a regressão industrial acarreta o empobrecimento da população e, conseqüentemente, o aumento da concentração de renda e da desigualdade social, uma vez que se compensa a perda dos postos de trabalho industriais por empregos informais (KATZ, 2018, p. 315) e, portanto, mais precários.

Carlos Eduardo Martins também pontua a contração do PIB latino-americano na fatia correspondente à indústria durante os anos 2000, ainda que a região tenha apresentado acelerado crescimento econômico no mesmo período (MARTINS, 2011, p. 334). O autor prescreve que a diminuição da produção manufatureira no PIB da América Latina tem resultados mais dramáticos no Brasil e na Argentina (MARTINS, 2011, p. 333) e assinala o “[...] papel mais limitado que o setor industrial passa a ter na América Latina e o protagonismo do capital financeiro” (MARTINS, 2011, p. 334).

No que tange à pauta exportadora latino-americana, verifica-se uma “[...] forte queda das exportações de manufaturados: entre 2001 e 2009, essas exportações caem de 58,9% para 47,1% do total. No mesmo período, elevam-se fortemente as de produtos primários, que passam de 41,1% para 52,9% do total” (MARTINS, 2011, p. 334-335). Há, portanto, uma evidente relação entre a reprimarização, a desindustrialização e a preponderância do capital financeiro, processos estes que se entrelaçam na região. Nesse sentido, sentencia Martins:

O neoliberalismo aprofunda ainda mais as assimetrias tecnológicas internacionais e reprimariza a pauta exportadora dos países dependentes, vinculando seus saldos comerciais a produtos de origem agrícola ou mineral, estabelecendo um modelo ecologicamente devastador. (MARTINS, 2011, p. 340)

Seguindo a mesma lógica, Katz estabelece uma relação entre a volatilidade econômica enfrentada nos países da região, como consequência da manutenção, por parte dos governos de cunho progressista que se elegem na

⁴⁸ [texto original]: “[...] el aparato industrial ha perdido la dimensión alcanzada en los años ochenta. La productividad se estanca, el déficit externo se expande y los costos aumentan con el deterioro de la infraestructura de energía y transporte.” (KATZ, 2018, p. 314, tradução de livre autoria).

América Latina após experiências neoliberais, de uma política baseada em uma lógica exportadora, modelo este incapaz de promover mudanças estruturais e que mantêm os países completamente dependentes do cenário internacional (KATZ, 2018, p. 318). Pontua ele que:

[...] essa política não tentou erradicar o esquema de exportação agromineira. Buscou alianças com os protagonistas desse modelo, rejeitou parcialmente o protecionismo e fortaleceu os laços com as corporações transnacionais. Com esse perfil conservador, priorizou a política macroeconômica e omitiu as transformações estruturais (Katz, 2016). No entanto, voltou a depender da situação internacional e apenas houve bonança enquanto a valorização das matérias-primas prevaleceu. Na fase favorável, a dívida foi reduzida, um certo superávit comercial surgiu e a indústria foi parcialmente recomposta. O crescimento foi sustentado com o influxo de dólares. Como as fundações do subdesenvolvimento permaneceram intactas, com o fim das vacas gordas, recriou-se a crise. (KATZ, 2018, p.318).⁴⁹

Ainda nesse viés, Francisco de Oliveira, analisando o cenário de exportação de *commodities* e o crescimento econômico experienciado pelo Brasil durante o governo Lula, assinala que os bens primários voltaram a liderar as exportações, o que não ocorria desde 1978. Pontua ele:

O crescimento se baseia numa volta à “vocalização agrícola” do país, sustentado por exportações de *commodities* agropecuárias – o Brasil, país de famintos, é hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e minério de ferro, graças às pesadas importações da China. Com o simples arrefecimento do crescimento chinês, que de 10% ao ano regrediu a uns 8%, a queda das exportações brasileiras já provocou forte retração do PIB agropecuário. As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978. (OLIVEIRA, 2018, p. 128).

Na América Latina, os Estados nunca atingiram uma independência fática, isto é, mesmo com o fim do colonialismo enquanto sistema formal e direto de dominação, houve a perpetuação de práticas exploratórias e que reproduzem mecanismos que geram desigualdade social. Sem embargo, essas práticas subsistem, pois são orientados por interesses privados das elites nacionais, no plano interno, e no plano externo, por interesses do capital internacional, ainda que mantenham em condição de subjugamento as populações latino-americanas.

⁴⁹ [texto original]: “[...] esa política no intentó erradicar el esquema agrominero exportador. Buscó alianzas con los protagonistas de ese modelo, rechazó parcialmente el proteccionismo y estrechó vínculos con las empresas transnacionales. Con ese perfil conservador priorizó la política macroeconómica y omitió las transformaciones estructurales (Katz, 2016). No obstante ese ensayo volvió a depender de la coyuntura internacional y solo hubo bonanza mientras prevaleció la valorización de las materias primas. En la fase favorable se redujo el endeudamiento, emergió cierto superávit comercial y se recompuso parcialmente la industria. El crecimiento se costuvo con la

Gilberto Bercovici defende que a soberania é bloqueada, no contexto dos Estados periféricos “[...] tanto por fatores externos como pelo poder privado e pelo poder econômico internos” (BERCOVICI, 2004, p. 271-272).

Nesse trabalho, propõe-se que o fenômeno da dependência e a colonialidade do poder bloqueiam a soberania dos Estados periféricos, o que coloca óbice a um desenvolvimento autônomo da região latino-americana, seja em sua acepção econômica, política, cultural ou social. Tal assertiva se verifica também no cenário atual de financeirização do capitalismo, momento em que a soberania dos Estados periféricos é bloqueada não somente por outros Estados, como na antiga sistemática de colônia-metrópole, mas também por outros atores, no plano nacional e internacional, como empresas transnacionais, e organismos financeiros como o FMI e o Banco Mundial. Esses organismos impõem agendas políticas e econômicas aos países, exercendo, desta forma, dominação fática.

Pablo González Casanova sustenta que “[...] na etapa histórica da transnacionalização a dependência se reformula de uma maneira institucional, através do fenômeno bem conhecido da dívida externa” (1995, p. 57), isto é, o fenômeno da dívida externa é a institucionalização da dependência, pois, junto com os empréstimos, os organismos como FMI ditam agendas, impõe sanções e dão continuidade ao nexos colonial de dependência.

Se o Fundo Monetário Internacional é dominado pelos países ricos e pela banca internacional, os empréstimos que outorga e a política econômica que impõe não servem apenas para aumentar a riqueza dos grupos privilegiados dos países prestamistas e da banca que os domina. Servem também para aumentar a dominação desses países e dessa banca sobre os países pobres e seus sistemas financeiros e bancários, produtivos e mercantis, de transportes e serviços. Se a dominação creditícia contribui para aumentar utilidades e transferências, e também para adquirir como pagamento novos ativos, propriedades, recursos naturais e territórios, não há dúvida de que também é útil para aumentar a dominação dos governos e dos empresários endividados. A dominação se torna regular e constante. [...] O vencimento periódico da dívida externa converte a dependência em um fenômeno articulado e permanente. Os credores organizam a dominação do conjunto das economias, dos governos, e das políticas sociais e culturais em torno do pagamento da dívida. Os períodos relativamente curtos para o acerto de contas, lhes permite uma articulação constante e institucional. De fato, a dívida externa corresponde a um complexo de mediação e dominação que aciona de forma regular as demais estruturas de dependência. (GONZÁLEZ CASANOVA, 1995, p. 59-60)

afluencia de dólares. Como los cimientos del subdesarrollo permanecieron intactos, el fin de las vacas gordas recreó la crisis.” (KATZ, 2018, p. 318, tradução de livre autoria).

A dependência também se vislumbra no cenário do século XXI, inclusive com a persistência da problemática da dívida pública em todo cenário latino-americano. No entanto, apesar de extremamente pertinente, pouco é debatido sobre a dívida pública e o peso que o pagamento de juros sobre os títulos da dívida pública tem no orçamento do Estado brasileiro⁵⁰, por exemplo. Tal discussão é convenientemente ocultada, “[...] isso sem contar o fato de que ninguém no Brasil sabe de onde efetivamente essa dívida pública provém. Jamais foi realizada uma auditoria na dívida pública.” (SOUZA, 2017, p. 164).

Finalmente, imprescindível para a temática do trabalho é a abordagem e reflexão sobre o capitalismo em sua forma financeirizada. Nesse sentido, Francisco de Oliveira descreve que a financeirização do capitalismo acarretou na transferência da lógica do desenvolvimento para o cenário externo (OLIVEIRA, 2018, p. 74). Sob outra perspectiva, para referir-se ao capitalismo financeirizado, o economista brasileiro Ladislau Dowbor utiliza a nomenclatura da “era do capital improdutivo” (2018). Nessa fase do capitalismo, a tendência é que a especulação financeira seja preponderante aos setores produtivos da economia (DOWBOR, 2018, p. 49) e que ocorra, inclusive, “[...] o desvio dos recursos das atividades produtivas para atividades especulativas” (DOWBOR, 2018, p. 229), prova disso é os bancos e intermediários financeiros aumentarem seus já exorbitantes lucros mesmo em momentos de crise e recessão econômica (DOWBOR, 2018, p. 154).

Dowbor descreve, ainda, que o setor financeiro atua em forma de oligopólio, em redes de empresas transnacionais, o que lhe confere gigantesco e concentrado poder político, econômico e cultural (DOWBOR, 2018, p. 39-46). O grande objetivo, mais do que nunca, é o do lucro pelo lucro, o de gerar rentabilidade financeira a qualquer que seja o custo (DOWBOR, 2018, p. 73).

Nesse sentido, o economista destaca a dimensão política que se vislumbra no sistema financeiro (DOWBOR, 2018, p. 79), uma vez que se verifica que “[...] os Estados, devido ao endividamento público com gigantes privados, viraram reféns e tornaram-se incapazes de regular este setor financeiro em favor dos interesses da sociedade” (DOWBOR, 2018, p. 78). A dificuldade de os governos

⁵⁰ A dívida pública bruta correspondia a 53,8% do PIB em 2012, caindo para 51,7% em 2013 e tornando a subir para 57,2% em 2014 (CARVALHO, 2018, p. 90-95). Além disso, a dívida líquida possui ainda mais volatilidade, pois “desconta as reservas internacionais acumuladas pelo Banco Central. [...] quando o dólar sobe, a dívida líquida cai. E quando o dólar cai, a dívida líquida sobe.” (CARVALHO, 2018, p. 91)

enfrentarem os interesses corporativos e dos oligopólios para elaborarem políticas monetárias e financeiras que visem e fomentem o desenvolvimento da sociedade como um todo se verifica em todos os Estados (DOWBOR, 2018, p. 128), contudo, impacta de forma ainda mais evidente as nações dependentes. Nesse sentido:

Os governos passam, assim, a enfrentar resistências poderosas e articuladas quando tentam fomentar a economia. Recuperar a "confiança" do "mercado" não significa mais gerar melhores condições de produção, mas melhores condições de rentabilidade das aplicações financeiras. A produção, o emprego, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das famílias não estão no horizonte das decisões. [...] cada vez mais, o governo tem de prestar contas ao "mercado", e virar as costas para a cidadania. Com isto, passa a prevalecer, para a sobrevivência de um governo, não quanto ele responde aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado, ou seja, essencialmente os interesses financeiros, se sentem suficientemente satisfeitos para declará-lo "confiável". (DOWBOR, 2018, p. 130-133).

Especificamente no caso brasileiro, a desregulação do sistema financeiro é inconteste, mormente quando se tem, no plano constitucional, a Emenda Constitucional de nº 40/2003, que alterou o artigo 192 da Constituição Federal de 1988 e revogou os parágrafos que regulavam o sistema financeiro nacional e limitavam a taxa de juros reais a 12% ao ano. Hoje, na prática, não há qualquer limitação às taxas de juros praticadas pelas agências bancárias e financeiras. A proposta de emenda constitucional data de 1999, mesmo ano em que foi revogada, nos Estados Unidos, a Lei Glass-Steagall, que regulava o sistema financeiro (DOWBOR, 2018, p. 176), o que demonstra que as distorções desse sistema não são exclusividade brasileira, ainda que aqui elas se vislumbrem com lente de aumento (DOWBOR, 2018, p. 153), ante a condição de dependência e subdesenvolvimento.

Em relatório publicado pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), datado de 2018, em estudo sobre as taxas de juros praticadas, a entidade explicita que “[...] as taxas de juros são livres e as mesmas são estipuladas pela própria instituição financeira não existindo assim qualquer controle de preços ou tetos pelos valores cobrados” (2018, p. 9). Essa total liberdade advém da revogação do artigo constitucional que regulava o sistema financeiro nacional. As taxas de juros praticadas no Brasil são altíssimas se comparadas às de outros países⁵¹, o que leva ao endividamento da população.

⁵¹ Dowbor compara as taxas de juro praticadas no Brasil pelo banco Santander com as praticadas pelo Santander na Espanha, matriz do banco. Por exemplo, um empréstimo que no Brasil tem juro de

No Brasil, consequência da desregulação do sistema financeiro é, na prática, que “[...] a liberdade dos bancos de cobrar o que querem no Brasil faz com que a lógica financeira absorva, numa dinâmica deformada especulativa, qualquer subsídio, isenção, transferência ou outro privilégio concedido às empresas produtivas” (DOWBOR, 2018, p. 178). Com altas taxas de juros, o rentismo e a especulação se tornam mais lucrativos do que qualquer atividade produtiva. Evidente que há muito mais custos envolvidos na produção – que é o que gera empregos e movimenta a economia de forma geral - do que em aplicações financeiras, que se traduzem em ganhos improdutivos, na medida em que trazem lucro somente para os acionistas. Assim prescreve Dowbor:

Não há como escapar de uma realidade simples: abrir uma empresa, contratar trabalhadores, produzir e pagar impostos é muito mais trabalhoso do que aplicar em papéis da dívida pública, mas é o que estimula a economia. Quando você compra papéis, eles podem render, mas você não produziu nada, apenas gerou rendimentos sem contrapartida e, a partir de certo nível, isso se torna um peso morto sobre as atividades econômicas em geral. (DOWBOR, 2018, p. 155)

No mesmo sentido, Dowbor pontua que o sistema financeiro, nos moldes de distorção que hoje vigoram, aprofunda a desigualdade, na medida em que drena os recursos do sistema produtivo para o especulativo. É dizer, “[...] o sistema financeiro gera a apropriação dos recursos não por quem produz, mas por quem maneja papéis, o que por sua vez aprofunda a desigualdade, pois os aplicadores financeiros estão na parte superior de riqueza” (DOWBOR, 2018, p. 172). O atual sistema financeiro, que funciona de maneira desregulada, acaba por realizar uma distribuição de renda para a parte mais rica da população, uma vez que, seja por meio dos juros sobre a dívida pública, seja por meio dos juros que encarecem o consumo e levam ao endividamento da população, ocorre a “[...] extração de uma parte do excedente socialmente produzido por quem se limitou a controlar e exigir o rendimento dos seus papéis” (DOWBOR, 2018, p. 183).

No entanto, ainda mais importante para este trabalho é abordar de que maneira o sistema financeiro exerce controle sobre as *commodities*. Na mesma linha, o economista afirma que “[...] produzir rende pouco. O que rende é intermediar a produção dos outros” (DOWBOR, 2018, p. 95) e que os intermediários da

125,02% ao ano, na Espanha teria juros na ordem de 3,5%. Os juros de cheque especial e cartão de crédito são ainda mais altos. (DOWBOR, 2018, p. 201-202). Para informações mais detalhadas sobre

produção são, de maneira cada vez mais evidente, oligopólios que funcionam em formato de rede e ditam os preços finais dos produtos (DOWBOR, 2018, p. 96). Ladislau Dowbor aborda a temática concernente à formação dos preços de cada produto, pontuando que vai muito além da mera medição da inflação (é preciso também investigar como ela é gerada e se há intencionalidade política – e de quem – nisso), expondo que não há informação apropriada sobre a formação da precificação dos produtos (DOWBOR, 2018, p. 99).

Neste cenário, em que são formados verdadeiros oligopólios corporativos financeiros, a volatilidade dos preços é ditada por este segmento, e torna-se estrutural; especialmente a oscilação do preço do petróleo possui conexão direta com o poder corporativo (DOWBOR, 2018, p. 47). Denomina-se de *commodity traders* o setor financeiro que possui ingerência nos mecanismos de precificação desta classe de produtos. Nesse ponto, cita-se o estudo realizado por Joshua Schneyer, que relaciona o período de *boom* das *commodities* com a rentabilidade do sistema financeiro, explicitando de que maneira formam-se os preços das *commodities* no contexto que vigora:

Para o pequeno clube de companhias que comercializam alimentos, combustíveis e metais que fazem o mundo funcionar, a última década tem sido sensacional. Estimulado pela ascensão do Brasil, da China e da Índia e outras economias em rápida expansão, o global *boom* de *commodities* turbinou os lucros nas maiores empresas de especulação. Elas formam um grupo exclusivo, cujos membros pouco regulados estão frequentemente baseados em paraísos fiscais como a Suíça. Juntos, valem mais de um trilhão de dólares em entradas anuais e controlam mais da metade das *commodities* livremente comercializadas. As cinco maiores renderam 629 bilhões de dólares no ano passado, logo abaixo das cinco maiores corporações financeiras e mais do que as vendas agregadas dos principais players de tecnologia ou telecomunicações. Muitas acumulam posições especulativas valendo bilhões em matérias primas, ou estocam *commodities* em depósitos ou supertanqueiros durante períodos de oferta fraca. [...] Com suas conexões e conhecimento interno - os mercados de *commodities* estão, na maior parte, livres de restrições de negociação com informações privilegiadas -, os traders tornaram-se agentes de poder, especialmente na Ásia, América Latina e África, economias em rápido desenvolvimento. (SCHNEYER, 2011)⁵²

as taxas de juros praticadas no Brasil, buscar o capítulo 12 do livro de Ladislau Dowbor: “A dimensão brasileira: os quatro motores da economia” (DOWBOR, 2018).

⁵² [texto original]: “For the small club of companies who trade the food, fuels and metals that keep the world running, the last decade has been sensational. Driven by the rise of Brazil, China, India and other fast-growing economies, the global commodities boom has turbocharged profits at the world’s biggest trading houses. They form an exclusive group, whose loosely regulated members are often based in such tax havens as Switzerland. Together, they are worth over a trillion dollars in annual revenue and control more than half the world’s freely traded commodities. The top five piled up \$629 billion in revenues last year, just below the global top five financial companies and more than the combined sales of leading players in tech or telecoms. Many amass speculative positions worth

A formação do preço das *commodities* hoje apoia-se muito mais na voluntariedade dos grupos que comandam o sistema (os *commodity traders*) do que na lógica de oferta e demanda. Um pequeno número de companhias (dezesesseis grupos) oligopolizam o comércio de *commodities* (DOWBOR, 2018, p. 189) e são capazes, devido ao poder econômico - possuem capital trilionário - e político que gozam, de ditar as oscilações nos preços das *commodities*, o que impacta de maneira muito direta e evidente a sociedade, especialmente os países que dependem da produção e exportação dessa classe de produtos. Esta é a perspectiva do economista Dowbor:

A visão que temos, em grande parte fruto dos comentários desinformados ou interessados na imprensa econômica, é que as flutuações de preços das *commodities* resultam das variações da oferta e da demanda. Ou seja, mecanismos de mercado. Na realidade não se pode imaginar que uma *commodity* com níveis tão amplos e equilibrados de produção e consumo como o petróleo sofra variações entre 17 e 148 dólares o barril em poucos anos, quando se trata sempre dos mesmos 95-100 milhões de barris diários, com variações mínimas. É um comércio que lida com bens vitais para a economia mundial, mas cujos preços e fluxos resultam essencialmente de mecanismos de especulação econômica e de poder político. [...] O fato é que um conjunto de produtos que constituem o "sangue" da economia, como alimentos, minérios e energia, não são regulados nem por regras, nem por mecanismos de mercado. E muito menos por qualquer sistema de planejamento que pensa os problemas de esgotamento de recursos ou de impactos ambientais. A regulação formal, por leis, acordos e semelhantes, não se dá antes de tudo porque se trata de um mercado mundial e não existe um governo mundial. Os países finalmente não tem como enfrentar o processo. (DOWBOR, 2018, p. 101)

A problemática reside no ponto em que países e populações inteiras são atingidas por mecanismos de corporações que não são democráticos, pois visam somente a lucratividade dos acionistas, sob o qual não exercem qualquer tipo de controle e que são convenientemente invisibilizados, ocultos e anônimos. Os intermediadores financeiros, via de regra, pouco estão interessados nos produtos em si sob o qual especulam, mas sim nas flutuações do mercado e no lucro que podem obter no menor espaço de tempo (DOWBOR, 2018, p. 108). A produção e o consumo das *commodities* tem se mantido bastante estável nos últimos anos, não

billions in raw goods, or hoard commodities in warehouses and super-tankers during periods of tight supply. [...] Their reach is expanding. Big trading firms now own a growing number of the mines that produce many of our commodities, the ships and pipelines that carry them, and the warehouses, silos and ports where they are stored. With their connections and inside knowledge — commodities markets are mostly free of insider-trading restrictions — trading houses have become power brokers, especially in fast-developing Asia, Latin America and Africa.” (SCHNEYER, 2011, tradução de livre autoria).

obstante a volatilidade dos preços seja altíssima, o que “[...] atinge diretamente tanto produtores quanto consumidores de *commodities*, ao gerar uma imensa instabilidade nos preços nas duas pontas. A especulação lucra justamente nesta instabilidade” (DOWBOR, 2018, p. 109).

Em outras palavras, uma vez que as exportações brasileiras são muito dependentes da classe de *commodities* e a produção é bastante estável, quando há baixa nos preços internacionais, o volume produzido segue constante, mas o produtor passa a ter rendimentos bem menores (DOWBOR, 2018, p. 188). O fato é que não há razões lógicas, para além da voluntariedade dos intermediários financeiros, para que o preço das *commodities* tenha tantas variações no mercado internacional (DOWBOR, 2018, p. 189). É dizer, toda a população sangra para que uma pequena parcela, em sua maioria grupos de intermediadores estrangeiros com sede em paraísos fiscais (DOWBOR, 2018, p. 103-103), obtenha lucros cada vez mais expressivos.

Dowbor define que o sistema de precificação passa a ser induzido por especulações e não pelos mecanismos tradicionais de oferta e demanda, o que gera distorções na economia mundial e impacta a capacidade que os países tem de organizar-se nos âmbitos internos (DOWBOR, 2018, p. 111), especialmente desorganizando planejamentos relativos à atividades de produção e de investimentos produtivos (DOWBOR, 2018, p. 288).

Ainda que a Teoria Marxista da Dependência, teoria que fundamenta este trabalho, entenda que a única maneira de superar as contradições do sistema capitalista é superando o sistema em si, compreende-se como importante realizar transformações no sistema que abram espaço para mudanças estruturantes posteriores, é dizer “[...] nos interessam medidas que ao introduzir transformações geram espaço para transformações ulteriores” (DOWBOR, 2018, p. 249). Nesse sentido, Dowbor assinala uma série de medidas que poderiam ser realizadas para diminuir as distorções que se verificam na atualidade. Retomar uma regulação sobre o sistema financeiro nacional e a realização de uma reforma tributária (DOWBOR, 2018, p. 258) se apresentam como propostas urgentes e necessárias, que auxiliariam no combate à desigualdade, mas que demandam um grande esforço e vontade política⁵³, justamente porque tocam em privilégios de setores que possuem

⁵³ Há de considerar, ainda, a discussão travada no capítulo deste trabalho sobre globalização, Estado e dependência, que demonstra que, na atual fase do capitalismo, os Estados possuem

gigantesco poder político e econômico. O economista também elenca como propostas a redução geral das taxas de juros, a construção de mecanismos que reduzam a evasão fiscal e a necessidade de se ter maior transparência nos fluxos financeiros, uma vez que toda a sociedade é impactada pelo sistema (DOWBOR, 2018, p. 258-268).

Ademais, pauta também a necessidade de que seja resgatado o poder regulador do Estado, a fim de que se reduza a possibilidade de que as corporações oligopólicas ditem as regras do jogo (DOWBOR, 2018, p. 281), o que não se traduz em nenhuma proposta revolucionária ou que demande transformação institucional *per se*, uma vez que é justamente o que apregoa o artigo 174 da Constituição Federal, ao estabelecer o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica. Finalmente, Dowbor pontua que momentos de crise, como o atualmente vivenciado, podem servir como precursores de mudanças, pois “[...] só o aprofundamento das tensões é que gerará força política capaz de reverter as tendências” (DOWBOR, 2018, p. 276).

4.2 A PETROBRAS E A QUESTÃO PETROLÍFERA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Cumpra, brevemente, tecer algumas considerações sobre os antecedentes da Petrobras e da indústria petrolífera no Brasil, para então ser possível estabelecer comparações com a política de preços adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016 e aferir as consequências da política atualmente praticada pela estatal.

Gilberto Bercovici leciona que somente a partir da Primeira Guerra Mundial é que se passou a ter atenção nos recursos minerais do Brasil (2012, p. 135). O Brasil dependia da importação do petróleo, o que, em contexto de crise e turbulência mundial torna-se dramático, uma vez que, para além da questão de um equilíbrio da balança comercial (razão entre importações e exportações), o petróleo era central para o desenvolvimento da indústria brasileira e para a defesa do país, e o Brasil era totalmente dependente nesse ponto (BERCOVICI, 2012, p. 136).

diminuído seu espaço de ação política ante o empoderamento de organismos privados, e que não bata somente a vontade os governantes para que mudanças estruturantes ocorram no plano interno dos países.

Em 1938 é publicado o Decreto-Lei nº 395 que declara tratar-se de questão de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo (art. 1º), sendo que o parágrafo único do artigo primeiro refere como abastecimento “[...] a produção, a importação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e seus derivados, e bem assim a refinação de petróleo importado ou de produção nacional, qualquer que seja neste caso a sua fonte de extração”. O Decreto-Lei também estabeleceu a nacionalização da refinação do petróleo importado ou de produção nacional (art. 3º), criou o Conselho Nacional do Petróleo (art. 4º) e declarou competência exclusiva do Governo Federal para atuar no setor, autorizando e controlando a importação e exportação do petróleo, autorizando a construção de oleodutos e a instalação de refinarias (art. 2º). Contudo, é somente com a criação da Petrobras, em 1953, por meio da promulgação da Lei nº 2.004 por Getúlio Vargas, que se formaliza o monopólio estatal do petróleo (BERCOVICI, 2012, p. 137).

O artigo 5º da Lei nº 2.004/53 estabelece que a Petrobras será constituída sob a forma de sociedade por ações e que terá como “[...] objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo” (art. 6º). O monopólio estatal do petróleo (pesquisa e lavra, refinação, transporte marítimo) é estabelecido no art. 1º da Lei.

Gilberto Bercovici conceitua monopólio estatal da seguinte forma:

O monopólio estatal é um instrumento da coletividade no moderno Estado intervencionista. Trata-se de uma técnica de atuação estatal, utilizada para realizar determinada tarefa a mando do interesse público. [...] O fundamento do exercício e realização do monopólio é a necessária condução estatal da política econômica. [...] O monopólio estatal implica subtrair da esfera da iniciativa privada a legitimação para o exercício de uma determinada atividade em virtude do interesse público. (BERCOVICI, 2012, p. 139)

Atualmente, foi extinto o monopólio sobre o exercício direto das atividades petrolíferas, contudo, o Estado ainda preserva o monopólio estatal sobre as atividades do setor petrolífero, o que significa que o monopólio sobre a atividade petrolífera ainda vigora no ordenamento jurídico brasileiro, mas a União é autorizada a contratar empresas (públicas ou privadas) para o exercício das atividades do setor.

[...] até a emenda nº 9/1995, essas atividades só poderiam ser exercidas diretamente ou por ente vinculado à União (a Petrobrás, no caso). A partir do final de 1995, foi aberta a possibilidade de a União explorar aquelas atividades, que continuam monopólio federal por determinação constitucional, diretamente ou mediante a contratação de empresas estatais ou privadas (atual redação do artigo 177, §1º da Constituição de 1988). (BERCOVICI, 2012, p. 140)

Por força constitucional, ainda pertence à União o monopólio sobre pesquisa, lavra, refinação, importação, exportação e transporte marítimo do petróleo (art. 177, I a V, Constituição Federal), mas empresas públicas ou privadas estão autorizadas, mediante contratação com a União, a explorar diretamente as atividades ligadas ao setor petrolífero (art. 177, §1º da Constituição Federal). Isto é, “[...] a União continua titular do monopólio na exploração e refino do petróleo, podendo atuar diretamente no setor, atuar mediante empresas estatais ou contratar com a iniciativa privada” (BERCOVICI, 2012, p. 140).

Historicamente, quanto à precificação do petróleo, derivados e combustíveis no país, tinha-se os preços administrados, é dizer, os preços eram fixados por mecanismos da Administração Pública, não diretamente pelo mercado (BERCOVICI, 2012, p. 142). No Brasil, os preços do petróleo e derivados eram determinados diretamente por meio da atuação estatal, verificando-se variáveis outras além da oscilação dos preços praticados no mercado. A partir da década de 1990 - digno de nota que foi a década da adoção das políticas liberalizantes fruto do Consenso de Washington – foi liberalizado os preços dos combustíveis, liberando-se também a importação de derivados (BERCOVICI, 2012, p. 143). Bercovici aponta que apesar da dita liberalização dos preços, o Estado continuou possuindo instrumentos para exercer controle sobre o setor petrolífero, e que a empresa que possui ingerência nesse controle indireto da precificação dos combustíveis, petróleo e derivados é a Petrobras (BERCOVICI, 2012, p. 144),

[...] cuja tarefa é facilitada pelo fato de ser monopolista legal na maior parte da indústria petrolífera (artigo 177 da Constituição de 1988) e, conseqüentemente, ser detentora de boa parte do mercado nacional de combustíveis. Apenas como exemplo desta situação, em 2010, segundo dados oficiais da ANP [Agência Nacional de Petróleo], a Petrobrás sozinha foi responsável por 98,1% da capacidade total do refino de petróleo no Brasil. A Petrobras, em virtude de sua posição institucional e econômica, consegue, assim, estabelecer níveis de preços que pressionam e limitam os preços praticados por seus concorrentes no setor de distribuição de combustíveis. (BERCOVICI, 2012, p. 144)

Isto é, ao possuir forte atuação no mercado interno, quase que monopólica, a Petrobras conseguia exercer controle na formação da precificação do petróleo, derivados e combustíveis, exercendo pressão, por exemplo, para que os concorrentes privados diminuíssem ou limitassem seus preços para não perder mercado, já que a estatal conseguia praticar preços mais baixos. Isso é bastante

importante, na medida em que a Petrobras foi criada com escopos como, por exemplo, o de alcançar a soberania energética do Brasil, isto é, com objetivos que em longo prazo visam o desenvolvimento nacional, com finalidades que vão além do lucro a curto ou médio prazo dos acionistas. Hoje, o cenário já se modificou de forma a afetar essa lógica, conforme se demonstrará no tópico 4.3.

Também é imprescindível, ao se tratar da questão petrolífera no Brasil hoje, abordar a descoberta do pré-sal em 2007, quando foram descobertos gigantescos reservatórios de petróleo no Brasil, em águas profundas, localizados abaixo de espessa camada de sal (SCHUTTE, 2013, p. 122).

A descoberta do pré-sal impacta de maneira acentuada as discussões em torno da Petrobras, do papel do Estado e da indústria petrolífera. Nesse contexto, Giordano Romano Schutte pontua que “[...] o desafio já não é mais criar um parque industrial de base para transformar uma realidade predominantemente agrária. A questão se concentra em gerar a inovação necessária para aumentar a qualidade e a produtividade” (2013, p. 124)⁵⁴ e que o que análises de diversos autores convergem ao apontar é a necessária reconstrução do papel do Estado, a fim de que este promova estratégias de desenvolvimento e seja capaz de promover a inserção do país no cenário internacional. Alguns caminhos convergentes, para tanto, é a criação de mecanismos que permitam o investimento em inovação e em setores industriais estratégicos, que especialmente se centrem nas necessidades internas e demandas locais; a necessidade de promoção de políticas que diminuam a vulnerabilidade externa do país e busquem a estabilidade da moeda local; a integração do país ao mercado internacional, mas com a promoção da defesa da indústria nacional, o que demanda negociações pragmáticas e embasadas na reciprocidade; e o planejamento a médio e longo prazo que vise o desenvolvimento nacional (SCHUTTE, 2013, p. 124-125).

O pré-sal se estende do sul do Espírito Santo ao norte de Santa Catarina, possuindo uma faixa territorial de mais 200 quilômetros de largura e 800 quilômetros de extensão (IBP, 2017, p. 5) e a extração dos hidrocarbonetos demanda alta tecnologia, constituindo-se, portanto, enquanto um grande desafio em termos tecnológicos, uma vez que “[...] a soma das rochas de água e sal equivale a uma

⁵⁴ [texto original]: “[...] el desafío ya no es constituir un parque de industria de base para transformar una realidad predominantemente agraria. La cuestión se centra en generar la innovación necesaria para aumentar la calidad y la productividad.” (SCHUTTE, 2013, p. 124, tradução de livre autoria).

montanha do tamanho do Everest” (SCHUTTE, 2013, p. 125)⁵⁵. A descoberta do pré-sal elevou o Brasil a um lugar destacado no cenário mundial enquanto produtor de Petróleo, sendo que as descobertas de reservas do pré-sal, ocorridas até 2012, que correspondem a somente 32% da área total do pré-sal, têm a mesma equivalência ao total de petróleo já produzido pela Petrobras desde sua criação, em 1953 (SCHUTTE, 2013, p. 125).

Giordano Romano Schutte, contudo, lança preocupações no sentido de que, embora a descoberta do pré-sal se constitua enquanto uma possibilidade de grande desenvolvimento para o país, em termos, inclusive, de soberania energética, há desafios a serem enfrentados para que a exploração do pré-sal não acabe se tornando apenas um ciclo de exportação de *commodities*, retroalimentando e reproduzindo o subdesenvolvimento brasileiro. É dizer:

Tudo indica que o pré-sal tem o potencial de abrir um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil, além de superar a dependência energética que sempre foi um fator de restrição externa. Mas surgem também muitos desafios que devem ser enfrentados para garantir que, em uma perspectiva histórica, o ciclo pré-sal não termine como os ciclos de exportação de *commodities* que marcaram a formação do subdesenvolvimento brasileiro nos séculos anteriores. (SCHUTTE, 2013, p. 126)⁵⁶.

Ademais, a questão ambiental e da sustentabilidade sempre atravessa as discussões sobre fontes energéticas, e não poderia sê-lo diferente, uma vez que se compreende o alto custo ambiental que acarreta a dependência dos hidrocarbonetos. Embora mais do que nunca esteja ascendente a pauta da mudança da fonte mundial de energia, inegável é que os hidrocarbonetos - o petróleo, o carbono e o gás - ainda são a principal matriz de energia da economia global (SCHUTTE, 2013, p. 126). Schutte defende que se demanda uma transição para uma economia mundial com baixa emissão de carbono, cenário difícil de vislumbrar no contexto de exploração do pré-sal e da crescente demanda chinesa e indiana por *commodities* (SCHUTTE, 2013, p. 126).

Num horizonte mais pragmático, Schutte analisa a modificação dos marcos regulatórios da questão petrolífera no Brasil, pontuando a perda do

⁵⁵ [texto original]: “[...] la suma de agua y rocas de sal equivale a una montaña del tamaño del Everest.” (SCHUTTE, 2013, p. 125, tradução de livre autoria).

⁵⁶ [texto original]: “Todo indica que el presal tiene potencial para abrir un nuevo ciclo de desarrollo en Brasil, además de superar la dependencia energética que siempre fue un factor de restricción externa. Pero surgen también muchos desafíos que deberán enfrentarse para garantizar que, en una perspectiva histórica, el ciclo del presal no termine como los ciclos de exportación de commodities

monopólio da Petrobras em 1997 e a grande venda de ações ao capital privado nacional e internacional, ainda que o governo tenha mantido o controle acionário da estatal (mínimo de 50% mais uma ação com direito a voto) (SCHUTTE, 2013, p. 127).

Em dezembro de 2010, último mês do mandato o governo Lula, foi aprovado um novo marco regulatório da exploração de petróleo e gás (Lei nº 12.351/2010), sendo que Schutte assinala como principais mudanças da legislação então aprovada o aumento da renda cabida ao Estado, bem como o aumento do controle estatal sobre a Petrobras, o que redundou em uma capitalização bilionária da estatal⁵⁷, não obstante mais de 50% do capital tenha continuado pertencente à propriedade privada (SCHUTTE, 2013, p. 2013, p. 127-128). Ainda, a legislação dispunha que, em cada consórcio, ao menos 30% da exploração do petróleo e do gás cabia à Petrobras e que a estatal seria a operadora do pré-sal, em todos os casos (art. 4º, §2º da Lei 12.351/2010), o que aumentava o controle da empresa sobre a produção nacional (SCHUTTE, 2013, p. 128-129), podendo-se assinalar, portanto, que esse marco regulatório tinha um viés reestatizador.

Em novembro de 2016, contudo, sob o governo de Michel Temer, foi sancionado novo marco regulatório do pré-sal (Lei nº 13.365/2016), que colocou fim na participação obrigatória da Petrobras nas explorações do pré-sal, sendo que, agora, cabe à estatal escolher em quais contratos do pré-sal deseja atuar, possuindo apenas direito de preferência (art. 4º da Lei 13.365/2016); o presidente da estatal à época, Pedro Parente, apoiou e defendeu a medida (LIS; AMARAL, 2016, *on-line*). Tal modificação, contudo, não foi aprovada sem críticas, sendo que especialmente os setores de oposição ao governo Temer criticaram a mudança no marco regulatório, pautando suas críticas na ideia de que o novo marco regulatório é um ataque à soberania nacional e visa o desmonte da Petrobras⁵⁸.

que marcaron la formación del subdesarrollo brasileño en los siglos anteriores.” (SCHUTTE, 2013, p. 126, tradução de livre autoria).

⁵⁷ Em 2010 foi anunciada a maior operação de captação do mundo, em que redundou na arrecadação de R\$120 bilhões para os cofres da Petrobrás. Na ocasião, a União passou de 40% para quase 48% da participação acionária da estatal. A operação fez com que a Petrobrás se tornasse a segunda maior petrolífera do mundo, ficando atrás apenas da norte-americana Exxon. Ver MINISTÉRIO DA FAZENDA, **Petrobras arrecada cerca de R\$ 120 bilhões em maior operação de captação do mundo**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2010/setembro/petrobras-arrecada-cerca-de-r-120-bilhoes-em-maior-operacao-de-captacao-do-mundo>>. Acesso em 04 jun. 2019.

⁵⁸ Ver: SENADO NOTÍCIAS, **Fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal é aprovado no Senado**. Brasília, 24 fev. 2016. Disponível em:

Não obstante o governo mantenha o controle acionário da estatal (ações ordinárias), o capital social é majoritariamente formado por acionistas privados. Schutte traz dados da formação do capital social da Petrobras que datam 2011 que demonstram que 47,60% do capital social pertencia ao Governo Federal, 18,50% à acionistas privados nacionais e 33,9% à acionistas privados estrangeiros (SCHUTTE, 2013, p. 129). O Relatório de Atividades da Petrobras de 2011 também demonstra que, em termos de capital votante, o Governo Federal possuía 63,2% das ações ordinárias, enquanto o capital privado estrangeiro correspondia a 27,1% e o capital privado nacional a 9,7% das ações (PETROBRAS, 2011, *on-line*).

Contrastando-se com dados de 2018, publicados no Relatório Anual de 2018 da Petrobras, tem-se que o Governo Federal possuía 63,52% das ações com direito a voto (PETROBRAS, 2019a, p. 55). Em dados de abril de 2019, o governo possui 63,7% das ações ordinárias, ao passo que 30,1% pertencem ao capital estrangeiro privado e 6,2% ao capital privado nacional (PETROBRAS, 2019b, *on-line*). Já no que concerne ao capital social, em dados de abril de 2019, tem-se que o Governo Federal possui 44,7% do capital social (soma-se o capital da União Federal, do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDESPar - BNDES Participações S.A, Caixa Econômica Federal e Fundo de Participação Social), 36,6% pertence ao capital privado estrangeiro e 18,6% do capital social pertence à acionistas privados nacionais (PETROBRAS, 2019b, *on-line*).

Pode-se fazer um balanço comparativo no sentido de que houve o aumento da participação do capital estrangeiro privado (de 27,1% para 30,1%), a diminuição do capital nacional privado (9,7% para 6,2%) e o aumento da participação estatal (de 63,2% para 63,7%) no capital votante da estatal. Em termos de capital social, houve a diminuição da participação estatal (de 47,6% para 44,7%), o aumento da participação de acionistas privados estrangeiros (33,9% para 36,6%) e basicamente manteve-se a mesma participação dos acionistas privados nacionais (de 18,5% para 18,6%).

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/sancionada-lei-que-revoga-obrigatoriedade-de-exploracao-do-pre-sal-pela-petrobras>>. Acesso em 04 jun. 2019. e SENADO NOTÍCIAS, **Sancionada lei que revoga obrigatoriedade de exploração do pré-sal pela Petrobrás**. Brasília, 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/24/fim-da-participacao-obrigatoria-da-petrobras-na-exploracao-do-pre-sal-e-aprovado-no-senado>>. Acesso em 04 jun. 2019.

A Petrobras historicamente é alvo de críticas desde uma ótica mercadológica, por manter o controle acionário estatal, no sentido de que o governo limita a ação das empresas privadas. No entanto, desde a perspectiva governamental, a centralização do controle se justifica, na medida em que ela “[...] seria desejável para promover uma política industrial em torno da exploração do pré-sal e enfrentar a complexidade da volatilidade dos rendimentos” (SCHUTTE, 2013, p. 129)⁵⁹.

Conforme se verifica nos dados explicitados acima, há uma forte participação do capital estrangeiro no capital social da Petrobras e também nas ações com direito a voto, o que traz à tona a discussão sobre a presença do capital estrangeiro, bem como o debate sobre controle/regulação deste. O art. 172 da Constituição Federal de 1988 pontua que se disciplinará, em forma de lei, os investimentos do capital estrangeiro, bem como a remessa de lucros será regulada, tudo com base no interesse nacional. Gilberto Bercovici assinala que a discussão sobre o controle do capital estrangeiro relaciona-se com o debate sobre a soberania econômica do país. Nesse sentido, Bercovici aponta:

O poder econômico (e conseqüentemente político) exercido pelas empresas de capital estrangeiro no Brasil, sua influência na formação da opinião pública e sua capacidade de pressionar o Poder Público em várias questões de política econômica sempre gerou discussões sobre como limitar e fiscalizar esse poder, cuja fonte é externa ao país. A questão do controle sobre o capital estrangeiro, portanto, está vinculado à transferência, ou não, do centro de decisão sobre a atividade econômica para o exterior. É neste contexto que devem ser compreendidas as tentativas de controle do capital estrangeiro. (BERCOVICI, 2011, p. 99-100)

Assim, longe de ser infundado, o debate sobre regular ou não o capital estrangeiro presente no país diz respeito à ideia de superar-se a dependência para com fatores externos e pautar-se uma política econômica que vise um desenvolvimento autônomo do país. Uma das grandes preocupações em relação à presença do capital estrangeiro tangencia a remessa de lucros e dividendos para o exterior (BERCOVICI, 2010, p. 100), é dizer, empresas estrangeiras se instalam em solo nacional, obtêm taxas de lucro com base nas atividades que aqui desempenham e, em vez de reinvestirem tais valores no país, os enviam para o

⁵⁹ [texto original]: “[...] aumentar la centralización sería deseable para promover una política industrial en torno de la explotación del presal y enfrentar la complejidad sobre la volatilidad del ingreso.” (SCHUTTE, 2013, p. 129, tradução de livre autoria).

exterior, o que pode ser lido como prejudicial, uma vez que, via de regra, a lógica do capital nacional é o de reinvestimento dos lucros no país.

Ademais, a lógica de manter internalizados os centros decisórios no tocante à economia (que possui respaldo na Constituição Federal de 1988) visa reduzir a vulnerabilidade externa do país, uma vez que, quanto mais vulnerável for o país no que diz respeito à economia externa, menor será a capacidade de resistir às oscilações e volatilidades externas, bem como maior será o impacto que terão os choques externos na economia nacional (BERCOVICI, 2010, p. 102). Pauta-se, portanto, na ideia de gerir a política econômica de forma autônoma, o que intrinsecamente se relaciona com a soberania econômica nacional (BERCOVICI, 2010, p. 102). É nesse sentido que complementa Bercovici, ao pontuar que “[...] o processo de desenvolvimento econômico deve ser liderado, assim, pela demanda interna do país, não apenas pelas exportações” (BERCOVICI, 2010, p. 102).

Bercovici desenvolve uma categoria que chama de “blindagem da constituição financeira”, que significa, em linhas gerais, a preponderância, que hoje se vislumbra, de políticas econômicas ortodoxas e que pautam a necessidade de um ajuste fiscal, em detrimento da ordem constitucional econômica, o que beneficia interesses privados. Para o autor, isso ocorre, pois, o atual cenário vivenciado é o de um Estado de exceção econômico de caráter permanente, que se traduz na submissão do Estado ao mercado, que compreende a democracia apenas de maneira restrita e resumida à sua acepção formal, que demanda que continuamente o direito interno se adeque ao que demanda o capital financeiro, etc. (BERCOVICI, 2010, p. 103). É dizer:

A adoção das políticas ortodoxas de ajuste fiscal e a implementação das medidas de redução do papel do Estado na economia e de atração de investimentos estrangeiros fez com que se tornasse necessário garantir determinadas medidas de política econômica mesmo contra as maiorias políticas [...] Com a garantia dos investimentos constitucionalizada e a retórica sobre “segurança jurídica”, “regras claras”, “respeito aos contratos”, “Estado de direito” (ou *rule of law*) sendo utilizadas contra qualquer atuação estatal que contrarie interesses econômicos dominantes, instituiu-se um fenômeno que denominei “blindagem da constituição financeira”, ou seja, a preponderância das regras vinculadas ao ajuste fiscal e à manutenção da política monetária ortodoxa que privilegia os interesses econômicos privados sobre a ordem constitucional econômica e as políticas distributivas e desenvolvimentistas. Este fenômeno ocorre em um contexto de estado de exceção econômico permanente, em que se utilizam as medidas emergenciais a todo momento para salvar os mercados, caracterizando uma subordinação do Estado ao mercado, com a exigência constante de adaptação do direito interno às necessidades do capital financeiro, que

busca reduzir a deliberação democrática ao mínimo necessário, como se essa fosse uma mera formalidade. (BERCOVICI, 2010, p. 103)

Tratando-se especificamente do setor petrolífero nacional, não se verifica restrições diretas à atuação de empresas estrangeiras, muito embora as pautas do interesse nacional, da segurança do país e da própria soberania do Estado sempre circundem a questão (FERREIRA, 2011, p. 175).

Em vias de concluir este tópico que visa introduzir e contextualizar sobre a questão petrolífera no Brasil, é importante pontuar que, com a descoberta do pré-sal, o Brasil tornou-se um dos principais possuidores de reservas de petróleo do mundo e transformou-se em uma das grandes indústrias petrolíferas mundiais (FERREIRA, 2011, p. 195). No que tange a este dado, Lier Pires Ferreira pontua que o Brasil ocupa um local privilegiado na sistemática petrolífera mundial, já que outros grandes produtores e possuidores de petróleo, como Irã, Iraque, Líbia e Venezuela, são países com alta instabilidade política e institucional, baixa diversificação industrial e tecnológica, mercado consumidor enfraquecido, ao passo que os países que são grandes consumidores e possuem baixas reservas, como Japão, Alemanha, China e Estados Unidos, possuem alta tecnologia, base industrial diversificada, forte mercado consumidor e gozam de satisfatória estabilidade institucional e política (FERREIRA, 2011, p. 196).

Para Ferreira, “[...] a posição do Brasil parece privilegiada, pois o país possui grandes reservas, alta tecnologia em petróleo, base industrial diversificada, mercado consumidor em expansão e adequada estabilidade institucional” (FERRERIA, 2011, p. 196), é dizer, ou ao menos este era o cenário que o país vivenciava na época em que o artigo referenciado foi escrito, uma vez que, em que pese o curto lapso temporal transcorrido entre o que prescreve Lier Pires Ferreira (2011) e a redação deste trabalho (2019), o cenário político, econômico e institucional que o Brasil enfrentou – e ainda enfrenta – é de grande instabilidade, cujos desdobramentos ainda são incertos.

Finalmente, depois de feita toda a contextualização teórica e geopolítica da temática, cumpre agora enfrentar a análise de política de precificação que vigora na Petrobras desde outubro de 2016, bem como realizar-se um balanço entre a adoção desta política, suas implicações diretas e a reprodução do fenômeno da dependência.

4.3 A POLÍTICA DE PREÇOS DE PETROBRAS, A PARIDADE DOS PREÇOS NAS REFINARIAS COM O MERCADO INTERNACIONAL E A VOLATILIDADE ECONÔMICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA DESDE A PRECIFICAÇÃO DA ESTATAL ADOTADA A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016

Em outubro de 2016, a Petrobras anuncia nova política de preços de diesel e gasolina. No site da estatal, é divulgado que a nova política terá dois pilares: a paridade com o mercado internacional, além de uma margem para proteger a empresa de riscos intrínsecos à operação, como a volatilidade que as taxas de câmbio possuem. Na ocasião, a diretoria da companhia estabeleceu que não seriam praticados preços abaixo da paridade internacional (PETROBRAS, 2016, *on-line*), o que, na prática, significa que os preços praticados pela estatal estariam acima do mercado internacional (AEPET, 2018a, *on-line*), uma vez que, além da paridade, observa-se também a margem anunciada para proteger a empresa de riscos.

A diferença na política de precificação adotada da que vigorava até então diz respeito aos ajustes nos preços corresponderem ao mercado internacional. Quando da adoção, a empresa anunciou que, uma vez que os preços acompanhariam o mercado internacional, os combustíveis poderiam aumentar, reduzir ou ter os valores mantidos (PETROBRAS, 2016, *on-line*). Ademais, a Petrobras anunciou que os ajustes dos preços dos combustíveis nas refinarias seriam avaliados e decididos “[...] pelo Grupo Executivo de Mercados e Preços, formado pelo presidente da empresa, o diretor de Refino e Gás Natural e o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores” (PETROBRAS, 2016, *on-line*).

Segundo o anúncio da companhia, a decisão da Petrobras considerou “[...] o crescente volume de importações, o que reduz a participação da Petrobras, e também a sazonalidade do mercado mundial de petróleo” (PETROBRAS, 2016, *on-line*). Além disso, a empresa fez questão de assinalar que as revisões no preço dos combustíveis nas refinarias poderiam ou não ser repassadas ao consumidor final, uma vez que o preço final praticado é formado também por outros fatores. Vale dizer que o mercado internacional é precificado em dólar e que, portanto, os preços praticados no mercado interno passaram a ser diretamente influenciados pela cotação do dólar. À época, a Petrobras era presidida por Pedro Parente, nomeado

por Michel Temer, que assumiu a presidência do país após o afastamento de Dilma Rousseff do cargo para qual foi eleita. Atualmente, a Petrobras está sob direção do Roberto Castello Branco, nomeado por Jair Bolsonaro (PETROBRAS, 2019e, *on-line*).

Em material divulgado online pela Petrobras, a companhia afirma que o preço da gasolina que chega ao consumidor final é formado por quatro fatores, sendo eles: o preço do produtor/importador do combustível (aqui entra a parte que a Petrobras possui ingerência); tributação (ICMS, CIDE, PIS/PASEP, COFINS⁶⁰), custo obrigatório do etanol e as margens de distribuição e revenda praticadas pelos comerciantes (PETROBRAS, 2019c, *on-line*). No mesmo sentido, afirma a companhia em relação ao preço do diesel, apenas que, no caso do diesel, em vez do custo do etanol, há o custo do biodiesel (PETROBRAS, 2018a, *on-line*). Assim, não seria a Petrobras sozinha que define o preço que o combustível chegará ao consumidor final, contudo, evidente que o preço praticado nas refinarias corresponde a uma fatia importante da formação do preço final, motivo pelo qual o valor praticado pela estatal reflete no preço pago pelo consumidor final.

No mesmo material, a Petrobras justifica a política que pratica, de paridade internacional dos preços, argumentando que “[...] a variação dos preços nas refinarias é importante para que possamos competir de forma eficiente no mercado brasileiro” (PETROBRAS, 2019c, *on-line*), uma vez que os combustíveis são *commodities* e possuem sua cotação atrelada ao mercado exterior. Assim, justifica a companhia que “[...] é importante acompanharmos o mercado para que possamos competir de forma eficiente no mercado brasileiro com os nossos concorrentes, principalmente os importadores” (PETROBRAS, 2019c, *on-line*). Ademais, a companhia alega que a paridade internacional é necessária, uma vez que, com base na Lei nº 9.478/97, não há mais monopólio no setor petrolífero e no mercado de combustíveis, estando este aberto à livre concorrência, assim, as distribuidoras poderiam importar os combustíveis (PETROBRAS, 2019d, *on-line*). A

⁶⁰ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), imposto estadual (artigo 155, II da Constituição Federal); Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), contribuição especial de competência exclusiva da União (artigo 149 da Constituição Federal); Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), contribuições sociais de competência exclusiva da União (artigo 239 da Constituição Federal), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), contribuição social (artigo 195, I, “b” da Constituição Federal).

tônica do discurso por trás da política adotada é, portanto, o de estimular a competitividade da estatal.

Desde sua adoção, a política de precificação vem sendo alvo de crítica por diversos setores. A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) vem produzindo extenso material e tecendo fortes críticas à política de preços desde que foi anunciada, defendendo que essa política observa interesses externos antes dos interesses dos consumidores, da própria empresa e do país, denominando a política de “*American first!*”⁶¹ (AEPET, 2017a, *on-line*).

No final de junho de 2017, a Petrobras anunciou que os reajustes nos preços de diesel e gasolina poderiam ser até diários, a depender da forma que os preços oscilassem no mercado externo (OLIVEIRA, 2017, *on-line*). Até então, a política pautava alterações nos preços ao menos mensalmente, momento em que a política foi radicalizada e passou a ser admitido reajustes diários (LOBO, 2018, *on-line*). À época, anunciou-se a mudança, pois, no entender da direção executiva da companhia, os ajustes praticados desde a adoção da nova política, em outubro de 2016, não vinham sendo capazes de acompanhar a volatilidade dos preços do mercado internacional. Ademais, tal permissividade foi anunciada como *um novo marco* na estatal, pois permitiria maior liberdade e possibilitaria que a Petrobras competisse de forma mais eficiente, a fim de que a companhia fosse capaz de recuperar parte do mercado que estava perdendo devido o aumento da importação de derivados (OLIVEIRA, 2017, *on-line*).

Desde então, a política de preços tem sofrido inúmeras revisões e modificações, mas a lógica de manutenção da paridade com o mercado internacional se mantém intacta; o que é continuamente mudado é a periodicidade com que é permitida a variação dos preços praticados nas refinarias, uma vez que a permissividade de oscilação diária gerou tamanha instabilidade, ao ponto que diversos analistas atribuem a Greve dos Caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, como uma consequência da política de preços praticada pela Petrobras.

É nesse sentido que vai a análise da economista Laura Carvalho, que em artigo de opinião titulado “10 problemas evidenciados pela greve dos caminhoneiros” assinala como número um a política de preços equivocada que a companhia adotou (CARVALHO, 2018c, *on-line*). Carvalho destaca que o governo, no intento de corrigir

⁶¹ “Os Estados Unidos primeiro!”, em tradução livre.

a política praticada pelo governo anterior, que define como de subsídio excessivo, “[...] passou a adotar o extremismo de mercado, deixando os preços absorverem toda a volatilidade dos mercados internacionais” (CARVALHO, 2018c, *on-line*). Com isso, tornou a economia excessivamente vulnerável a choques externos.

Em dezembro de 2018, no que concerne à política de preços do diesel, a Petrobras aprovou um mecanismo financeiro adicional, consistente na opção “[...] de, em épocas de forte oscilação nas cotações internacionais do derivado e do câmbio, adotar períodos de estabilidade no preço do diesel por prazos curtos” (PETROBRAS, 2018a, *on-line*). Assinala-se que tal mecanismo já existia para a gasolina. A companhia fundamentou essa modificação argumentando que é necessário conciliar os interesses da empresa com o dos consumidores e do mercado em geral, a fim de evitar uma volatilidade demasiada em curto espaço de tempo. No entanto, o anúncio da companhia deixa claro que a paridade internacional dos preços se mantém intacta, e o mecanismo adotado não poderia ser utilizado por mais de sete dias consecutivos (PETROBRAS, 2018a, *on-line*). É dizer, não houve mudança substancial na política praticada.

Na mesma linha, em março deste ano, a Petrobras anunciou nova alteração na política de preços do diesel. A mudança consistiu no fato que “[...] os preços do óleo diesel em suas refinarias passarão a ser reajustados, para cima ou para baixo, em períodos não inferiores a 15 dias” (ORDOÑEZ; MARTINS, 2019, *on-line*), sendo que até então, a companhia estava adotando o prazo de sete dias para reajustes. Novamente, contudo, a paridade com o mercado internacional foi mantida. Importa pontuar que o tema é bastante polêmico e controverso, sendo que a cada anúncio de alteração na política surgem críticos e entusiastas com a mudança. Na ocasião, analistas apontaram que a medida adotada pela estatal foi com o intuito de evitar que houvesse nova greve dos caminhoneiros (ORDOÑEZ; MARTINS, 2019, *on-line*), pois a deliberação diminui a volatilidade que é repassada aos consumidores.

Mais uma vez, em junho de 2019, a Petrobras anuncia nova modificação na política de preços dos combustíveis (assinala-se que esta foi a última alteração analisada neste trabalho). A nova política dita que os valores dos combustíveis nas refinarias poderão ser ajustados sem que a periodicidade seja definida (ORDOÑEZ; ROSA, 2019, *on-line*). Segundo informações da Petrobras, os critérios para modificação serão a análise do cenário externo, as condições do mercado, e a

possibilidade da empresa competir de forma flexível e eficiente (ORDOÑEZ; ROSA, 2019, *on-line*). Em relação à periodicidade anteriormente praticada, verifica-se que a nova medida anunciada é menos objetiva e permite maior discricionariedade por parte da direção da companhia. Ademais, verifica-se certa instabilidade nas diretivas da Petrobras, já que “[...] a nova política é anunciada menos de três meses depois da última mudança. Desde março o diesel só era reajustado a um período não inferior a 15 dias. Já o preço da gasolina não poderia ter o preço mantido por mais de 15 dias” (ORDOÑEZ; ROSA, 2019, *on-line*).

É dizer, desde que foi adotada, em outubro de 2016, a política de preços vem sofrendo modificações constantes, que se traduzem em inúmeras revisões da mesma política (AEPET, 2017a, *on-line*), sendo desnecessário abordar individualmente cada uma das alterações, para evitar-se repetições tautológicas, uma vez que a mudança sempre se refere à periodicidade com que é permitido o acompanhamento da volatilidade internacional. Repisa-se, contudo que, em que pese às diversas revisões, o núcleo central da política é mantido, isto é, a paridade internacional permanece intocável.

Superando-se uma etapa mais explicativa sobre a atual política e passando-se à análise em si das consequências e tensões geradas pela política de precificação que vigora na companhia, importante referir-se às contribuições do economista Rodrigo Leão. O economista e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP) pontua que, muito da apreensão constante do mercado, se refere à política praticada pelo governo anterior, que, especialmente entre os anos de 2012 e 2014, conteve por um período bastante longo os preços da Petrobras, o que fez com que a companhia deixasse de arrecadar bilhões de dólares no período (LEÃO, 2019, *on-line*) e posteriormente gerou efeitos inflacionários. Quanto à política praticada entre 2012 e 2014, pontua:

Entre 2012 e 2014, a Petrobras estabeleceu uma política de preços que considerava como parâmetros para o reajuste dos preços o crescimento da produção de petróleo, a capacidade de processamento do parque de refino nacional e a convergência no médio prazo dos preços no Brasil com as referências internacionais. Além disso, sobre a periodicidade do ajuste a estatal era explícita em “não repassar a volatilidade dos preços internacionais ao consumidor doméstico”. A equivocada ingerência do governo federal à época se situava numa política de preços que considerava um conjunto importante de variáveis do mercado nacional de combustíveis e, principalmente, o protegia das oscilações abruptas do mercado global de commodities. (LEÃO, 2019, *on-line*)

Atualmente, o cenário é justamente oposto, ou seja, passou-se de uma fase de grande intervenção estatal e contenção dos preços, para uma de paridade internacional e basicamente nenhuma ingerência estatal, já que a atual política observa apenas “[...] o preço internacional do barril de petróleo em dólares, a taxa de câmbio e os custos logísticos de transporte” (LEÃO, 2019, *on-line*).

Importa assinalar que uma das mais marcantes consequências da adoção da política que atualmente vigora é a diminuição da utilização do parque de refino da Petrobras, o que significa que a ociosidade das refinarias aumentou de forma exponencial, e a consequência imediata foi o aumento da importação dos derivados. Rodrigo Leão nos traz os dados de que durante o “[...] biênio 2017-2018, a taxa de utilização das refinarias foi de 74,2%, enquanto que no biênio 2012-2013 foi de 96%. Com isso, as importações de combustíveis cresceram, entre esses dois períodos, de 458,9 mil barris/dia para 539,9 barris/dia” (LEÃO, 2019, *on-line*).

Ademais, assinala-se que, entre os anos de 2010 a 2016, a Petrobras correspondia a 98,1% de toda a capacidade nacional de refino (AEPET, 2017a, *on-line*), e que foi observado que “[...] em 2016, 24% da capacidade de refino nacional ficou ociosa. Nos nove primeiros meses de 2017, a ociosidade das refinarias da Petrobras foi de 22%” (AEPET, 2017a, *on-line*). Concomitantemente a isso, os preços relativos praticados pela companhia se elevaram, o que acabou por propiciar o aumento da importação de derivados pelos concorrentes da Petrobras, que passaram a ocupar, no mercado interno, o espaço deixado pela companhia com o aumento da ociosidade de seu parque de refino (AEPET, 2017a, *on-line*).

O aumento da importação de derivados e da exportação de petróleo cru deu-se no mesmo período. Nesse sentido, pondera a AEPET que a política de preços praticada resulta que “[...] encalha os derivados produzidos pela Petrobras, na medida em que viabiliza a importação por terceiros que ocupam o seu mercado. As refinarias se tornam ociosas e a exportação de petróleo cru dispara” (AEPET, 2017a, *on-line*).

O economista Rodrigo Leão também assinala que o aumento das importações aconteceu no mesmo momento em que houve uma diminuição no consumo nacional de derivados, comparando-se os biênios 2017-2018 e 2012-2013 (LEÃO, 2019, *on-line*).

Em editorial lançado pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), em dezembro de 2017, avaliam-se os resultados da adoção e vigência da política de preços. Nesse sentido, pondera a AEPET:

Para avaliar os resultados da nova política de preços é preciso observar a variação dos preços nos mercados nacional e internacional, a ociosidade das refinarias brasileiras, a importação dos combustíveis e sua origem, a exportação do petróleo cru e assim ponderar quem ganha e quem perde em consequência da política adotada. (AEPET, 2017a, *on-line*)

Para a associação, as consequências diretas foram que

Ganharam os produtores norte-americanos, os “traders” multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores brasileiros, a Petrobras, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação. (AEPET, 2017a, *on-line*)

O cenário que se vislumbra é que cada vez mais as importações possuem um peso maior no abastecimento do mercado nacional e, uma vez que os combustíveis importados necessariamente acompanham os preços internacionais, os preços dos combustíveis nacionais acabam estando cada vez mais vinculados aos preços externos (LEÃO, 2019, *on-line*). Pode-se dizer, portanto, que é uma lógica cíclica: a adoção da política de paridade internacional levou ao aumento da ociosidade das refinarias, o que fez com que fosse necessário aumentar as importações; aumentando-se as importações, cada vez mais vinculam-se os preços nacionais com os importados, realimentando a lógica cíclica e tornando-se paulatinamente mais complexo romper com a política vigente.

O economista Rodrigo Leão aponta que pode haver uma intencionalidade política nisso, no sentido de que o aumento da ociosidade das refinarias acende a discussão sobre a venda de ativos e de refinarias da Petrobras:

É impossível não associar nesse contexto a discussão sobre as vendas das refinarias da Petrobras, uma vez que a política de subutilização do parque de refino da estatal brasileira gera capacidade ociosa, criando um incentivo adicional à entrada de novos atores no mercado de derivados brasileiro. (LEÃO, 2019, *on-line*)

No que tange à greve dos caminhoneiros, Leão assinala que o cenário que combinou a política de preços da Petrobras, a abertura para importações e a alta do barril do petróleo no mercado internacional, levou a um aumento de mais de 20% no preço do diesel, em um curto período de tempo (seis meses) (LEÃO, 2019, *on-line*). Assim, a greve foi “[...] a materialização de que os preços ficaram reféns da

volatilidade do mercado de *commodities* e que houve uma espécie de ‘internacionalização dos preços’” (LEÃO, 2019, *on-line*), o que levou a produção nacional de derivados do petróleo a perder espaço decisório nos reajustes.

Em sentido similar, em entrevista concedida ao Jornal da Cultura, em maio de 2018, no contexto da greve dos caminhoneiros, a economista Laura Carvalho assinala que Pedro Parente errou profundamente ao radicalizar a política de preços da companhia, apontando que a adoção de uma política de alta volatilidade nos preços praticados redundou na perda de espaço da Petrobras no mercado interno e na abertura de espaço para outras empresas importadoras. Laura Carvalho considera esse o primeiro problema, porque torna o cenário econômico interno extremamente vulnerável aos choques externos (CARVALHO, 2018b, *on-line*). Quando questionada sobre saídas possíveis para a crise, Carvalho responde opinando que:

A armadilha é a seguinte, a Petrobras no que perdeu a capacidade de formar preço, porque ela quando dominava, ela chegou a ter mais de 90% do mercado no refino de petróleo, em 2013. De 2013 pra cá, se passou pra 70 e poucos por cento. Então as empresas estrangeiras que ocupam parte desse mercado fazem com que seja difícil para a Petrobras agora reduzir os preços, porque de alguma maneira ela arca com os custos sozinha, da diferença do preço da fora e o preço aqui dentro. Ainda assim, eu acho que a solução de não fazer com que os preços fiquem oscilando junto com o mercado internacional, porque veja, se tem um choque um dia e dali a pouco pode ser que a pressão não seja mais por aumento do preço do diesel, que o dólar pare de subir, certo, então acho que é melhor a Petrobras reduzir, é óbvio que ela não pode manter a distorção como fazia no passado, durante o governo Dilma, de ficar controlando artificialmente os preços de combustível para controlar inflação de forma muito duradoura, mas também não quer dizer que ela tem que ficar com o preço do diesel oscilando todo dia [...]. (CARVALHO, 2018b, *on-line*).

Ademais, a economista assinalou que a manutenção da mesma política de preços leva à possibilidade gritante de futuramente ter-se que lidar novamente com o problema da paralisação dos caminhoneiros, o desabastecimento de alimentos e combustíveis, etc. (CARVALHO, 2018b, *on-line*). Para Laura Carvalho, a questão chave é evitar que os choques externos impactem o cenário interno tão rapidamente e de forma tão profunda, que é a origem da problemática que o governo teve que enfrentar ao lidar com a greve dos caminhoneiros (CARVALHO, 2018b, *on-line*).

Em sentido similar, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) também reconhece que, durante os anos de 2011 a 2014, a política de preços praticada pela companhia cometeu excessos, ao conter demasiada e artificialmente

os preços dos combustíveis, o que não justifica a radicalização para adoção de uma nova política onde impere a volatilidade, e a tônica por trás seja o suposto aumento da competitividade da Petrobras e o incremento de lucros no curto prazo. É dizer, erros passados não devem servir de justificativa e legitimação para o cometimento de novos equívocos (AEPET, 2017a, *on-line*).

Entendemos que uma empresa estatal pode, e deve ter outros objetivos, além de maximizar seus lucros no curto prazo, postura típica das multinacionais privadas controladas por agentes do sistema financeiro. O desenvolvimento e a segurança energética nacionais estão entre os objetivos típicos das estatais do setor. [...] A política de preços [...] está viabilizando interesses privados e estrangeiros com aliados nacionais, em detrimento da Petrobras e da maioria dos brasileiros que consome, direta e indiretamente, os combustíveis com preços desproporcionalmente altos em relação ao mercado mundial. (AEPET, 2017a, *on-line*)

Em editorial lançado pela AEPET, respondendo a pergunta “Quem ganha e quem perde com a nova política de preços da Petrobras?”⁶², a associação opina que a política adotada beneficia os acionistas estrangeiros, as refinarias norte-americanas, importadores e distribuidoras privadas, em detrimento dos consumidores brasileiros, da própria companhia, da União e dos estados da federação, devido ao caráter recessivo na tributação que a política adota (AEPET, 2017a, *on-line*).

Ademais, o editorial aponta para a manutenção e reprodução do fenômeno da dependência e traça uma relação entre as consequências da adoção da política de precificação e a continuidade do nexos de colonialidade, pontuando que “[...] precisamos superar a sina colonial da exportação de produtos primários, é necessário evitar o ciclo neocolonial da exportação de petróleo cru, enquanto se importa derivados com maior valor agregado” (AEPET, 2017a, *on-line*). Isto é, verifica-se nas consequências assinaladas, bem como no próprio editorial elaborado pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) que a política de preços parece confirmar a previsão dependentista, da nova divisão internacional do

⁶² Recomenda-se acesso ao material audiovisual produzido pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), titulado de “Quem ganha e quem perde com a política de preços da Petrobras”, que condensa de forma didática e elucidativa as consequências e dados transcritos neste trabalho. Ver: AEPET, **Quem ganha e quem perde com a política de preços da Petrobras**. Youtube. 18 dez. 2018b (8min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w8ZqdkvVBq0&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 jun. 2019. Igualmente, acessar também o material “AEPET critica a atual estratégia da Petrobras”. Ver: AEPET, **AEPET critica a atual estratégia da Petrobras**. Youtube. 26 fev. 2019c (16m). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rKvS9KJqQ2g&feature=youtu.be>>. Acesso em 18 jun. 2019.

trabalho, de reprimarização e desindustrialização das economias periféricas e semiperiféricas.

Salienta-se que, em agosto de 2018, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) lançou a “Nota sobre a subvenção aos produtores e importadores de diesel”. Nela, além de assinalar as consequências da política de preço já apontadas neste trabalho – perda de mercado interno, aumento da importação de derivados e da exportação do óleo bruto, elevação da ociosidade das refinarias -, a associação aponta que a política de precificação adotada afeta e prejudica, sobretudo, os consumidores, que na prática pagam preços acima do mercado externo, ao passo em que beneficia as refinarias norte-americanas, empresas estrangeiras e concorrentes da Petrobras (AEPET, 2018a, *on-line*). Opina a associação que:

Somente a Petrobrás consegue suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do mercado internacional e, ainda assim, obter níveis de lucro compatíveis com a indústria, para sustentar uma elevada curva de investimentos, que contribuem diretamente com aumento da renda e dos empregos no país. (AEPET, 2018a, *on-line*)

Referida nota foi lançada após o contexto da greve dos caminhoneiros, para qual a solução encontrada pelo então governo foi anunciar subvenções a produtores e importadores de diesel, em programa de cifra bilionária. A AEPET aponta, contudo, que a saída encontrada pela União não seria necessária, desde que a Petrobras modificasse a política de preços que adota (AEPET, 2018a, *on-line*). Importante apontar, também, que o *remédio* que o governo encontrou para combater a crise é altamente questionável, além de ser incapaz de produzir resultados estruturantes e duradouros, pois aposta na concessão de mais isenções fiscais e subvenções às categorias dos produtores e importadores, o que na prática significa renúncia de receita, cujos “[...] custos recaem sobre toda a sociedade, de maneira ponderada com a carga tributária que é regressiva, carga na qual os assalariados de menor renda pagam mais em termos proporcionais” (AEPET, 2018a, *on-line*).

Especificamente, o aumento da subvenção aos distribuidores de diesel e a diminuição da tributação afetou diretamente a prestação de serviços públicos direcionados a toda a sociedade, sendo que foram retirados recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), da reforma agrária, de programas de bolsas de estudo, entre outros, tudo para compensar e viabilizar a diminuição do preço do diesel (VIELA, 2018, *on-line*). É dizer, a política de preços que vigora onera a sociedade,

especialmente os consumidores mais pobres, e a crise – paralisação dos caminhoneiros - gerada como consequência da adoção desta política teve como solução a aplicação de um programa cujos ônus recaem sobre toda a sociedade e onera ainda mais os setores economicamente mais frágeis.

É possível afirmar que a política de preços beneficia os investidores e prejudica os consumidores, na medida em que, ao acompanhar a volatilidade internacional dos valores dos combustíveis, precificados em dólar no mercado externo, sempre que ocorre uma alta do dólar, há um reflexo direto no preço dos combustíveis, o que faz com que o lucro imediato da Petrobras aumente (CASTRO, 2018, *on-line*), mas que o combustível se torne mais caro para os consumidores. Esse cenário propicia o aumento da participação das importadoras de derivados no mercado interno, o que acaba levando à diminuição da participação da Petrobras no mercado nacional, à sua menor capacidade de influenciar na formação dos preços dos combustíveis, uma vez que não é monopólica, processo este acompanhado da elevação da taxa de exportação da matéria-prima (óleo bruto), sendo a lógica retroalimentada continuamente com a manutenção de dita política. Além disso, é importante pontuar que a adoção da política de preços não redundou na maximização de lucros das Petrobras (AEPET, 2018c, *on-line*).

Ademais, no que tange aos preços que chegam ao consumidor, grande prejudicado da política, tem-se que o preço médio do diesel aumentou 39% entre 2014 e 2018, ao passo que, no mesmo período, o preço do barril do petróleo teve aumento de apenas 4,4% (AEPET, 2019d, *on-line*). É dizer, com a política adotada, a Petrobras passou a praticar preços acima do mercado internacional (LOBO, 2018, *on-line*).

Exemplificando a tamanha volatilidade nos preços praticados pela estatal a partir da adoção desta política de precificação, tem-se que entre junho de 2017 e agosto de 2018, os preços dos combustíveis sofreram 466 reajustes nas refinarias da Petrobras, sendo que, num período de 14 anos, entre início de 2002 a agosto de 2016, foram somente 28 alterações (LOBO, 2018, *on-line*). Exacerbada volatilidade leva, indubitavelmente, à instabilidade econômica, que se traduz também em instabilidade política e institucional.

O economista Rodrigo Leão aponta que é necessário repensar a política de preços atualmente adotada pela companhia, sugerindo que devem ser incorporadas outras variáveis além da cotação internacional do barril de petróleo, e

deve ser buscado um meio de diminuir a volatilidade da precificação, uma vez que o cenário atual é demasiadamente incerto (LEÃO, 2019, *on-line*). Ademais, Leão assinala como efeitos adversos da adoção da política de precificação uma tensão constante, especialmente, pois, o Brasil é altamente dependente do transporte rodoviário, o que se traduz no grande impacto acarretado por variações em preços de combustíveis:

[...] os rumos da atual política de preços e o futuro do parque de refino nacional levam a uma tensão contínua dos atores do mercado nacional de derivados, uma vez que qualquer mudança da cotação internacional do preço do petróleo gera impactos quase que imediatos internamente. E, num país com dimensões geográficas como a brasileira e com um peso imenso do transporte rodoviário, tais impactos afetam os custos de uma gigantesca cadeia de bens e serviços relacionados ao setor logístico. (LEÃO, 2019, *on-line*)

Pode-se acrescentar, ainda, que o aumento da ociosidade nas refinarias relaciona-se com a tendência geral latino-americana de desindustrialização e reprimarização, pois, no mesmo período em que aumentou-se a importação de derivados, o Brasil também aumentou a exportação de petróleo cru (MELLIS, 2019, *on-line*), isto é, o país deixou de refinar para exportar mais matéria-prima bruta (que é muito mais barata), ao passo em que houve a necessidade de aumentar as importações do produto refinado, para conseguir suprir as necessidades do mercado interno. Vejamos os dados trazidos pelo jornalista Fernando Mellis em relação ao ano de 2018:

O Brasil nunca exportou tanto petróleo bruto quanto em 2018. Foram vendidos ao exterior 1,12 milhões de barris por dia, o que corresponde a uma alta de 13,3% em relação a 2017, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior). O número representa cerca de 40% de toda a produção do ano. [...] Na contramão do crescimento das exportações, o Brasil aumentou as importações de derivados de petróleo (gasolina, diesel, querosene de aviação, GLP e lubrificantes) nos últimos dois anos. (MELLIS, 2019, *on-line*)

Em volume, durante o ano de 2018, Brasil logrou exportar quase meio bilhão de barris de petróleo (precisamente, 412 milhões) (AEPET, 2019, *on-line*). Assinala-se que, em 2018, os principais países compradores do petróleo nacional (o óleo bruto) foram a China, com 56,5%, seguida dos Estados Unidos, com 11,9%, e do Chile, com 8,43% (MELLIS, 2019, *on-line*).

Em termos numéricos e de rentabilidade, aumentar a exportação do óleo bruto, ao passo em que se aumenta a ociosidade das refinarias e se torna

necessário aumentar as importações de derivados, não se demonstra lucrativo. A referida reportagem traz o dado de que se estima que, em 2017, gastava-se cerca de R\$ 45,00 (ou US\$12,00) a mais a cada barril importado de derivado, em comparação à exportação de um barril com óleo bruto (MELLIS, 2019, *on-line*). Tal conta faz sentido, na medida em que se exporta um produto de baixo valor agregado e se importa um produto de maior valor agregado.

Nesse ponto, importa assinalar que esses dados, relativos à produção, exportação e importação, não correspondem somente à Petrobras, mas também às petroleiras estrangeiras que progressivamente aumentam sua atuação e produção no Brasil. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), reproduzidos pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), a produção das petroleiras estrangeiras corresponde a 22% da produção total do país, sendo que a que possui produção mais expressiva é a anglo-holandesa Shell (AEPET, 2019a, *on-line*).

Para além disso, a previsão é que nos próximos anos o Brasil se torne um dos cinco países do mundo que mais exportam petróleo cru, sendo que atualmente o país figura entre os dez (AEPET, 2019a, *on-line*). Nessa perspectiva, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) tem ocupado lugar de destaque no que concerne à denúncia das consequências negativas para a autonomia do país, para os consumidores e para a própria companhia que a adoção e manutenção da atual política de precificação tem trazido. A associação tem apontado a contradição entre exportar quase metade da produção nacional de petróleo (em 2018, 40% do total produzido), ao passo em que se faz necessário importar derivados de refinarias estrangeiras (AEPET, 2019a, *on-line*).

No mesmo sentido, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) traz o dado de que, em dois anos (2017 e 2018), refinarias norte-americanas lucraram aproximadamente R\$37 bilhões com a exportação de óleo diesel para o Brasil e que, durante o ano de 2018, 84,3%, isto é, quase a totalidade de todo o diesel importado pelo país veio dos Estados Unidos. Em dados estatísticos, tal cifra corresponde a um aumento de 195% das exportações do diesel estadunidense para o Brasil desde 2010 (AEPET, 2019b, *on-line*). A título de comparação, no ano de 2015, apenas 41% do diesel importado pelo Brasil adveio dos Estados Unidos (AEPET, 2017a, *on-line*), é dizer, em três anos, a participação do diesel americano no Brasil dobrou.

Atualmente, o Brasil é o segundo maior comprador do diesel norte-americano, com 15% de toda a exportação estadunidense, ficando atrás somente do México, que adquire 18%. Foi em 2016 que o Brasil passou a aumentar exponencialmente a quantidade de diesel que importa dos Estados Unidos, sendo que em 2017 e 2018 a importação de diesel e gasolina atingiram volumes recordes (AEPET, 2019b, *on-line*). Por outro lado, a produção brasileira de derivados não apresenta crescimento, senão vejamos:

Ao mesmo tempo, a produção nacional de derivados está estagnada há mais de 10 anos. Em 2018, o Brasil produziu 631 milhões de barris de petróleo em derivados. Como a demanda tem subido de maneira consistente no mesmo período, apesar da estagnação e declínio desde 2013, a produção nacional de derivados tem ficado cada vez mais deficitária, o que explica o aumento das importações. Enquanto tínhamos um superávit de 114 milhões de barris em 2006, ou seja, produzíamos mais derivados do que a demanda, a partir de 2010 começamos a perder terreno, e a demanda foi ficando cada vez maior que a nossa produção. Em 2018, o déficit entre produção e demanda é de 111 milhões de barris. (AEPET, 2019b, *on-line*)

Isto é, com a produção nacional estagnada e o aumento da demanda, faz-se necessário aumentar as importações, a fim de suprir o déficit e ser capaz de abastecer o consumo interno. No mesmo período, entretanto, “[...] as refinarias americanas nunca produziram tanto derivado como nos últimos anos, e precisavam escoar o produto para algum lugar” (AEPET, 2019b, *on-line*).

Na análise do economista Rodrigo Leão, a Petrobras tornou-se refém dos importadores que a própria companhia estimulou, ao passar a exportar petróleo cru e importar os derivados (LEÃO, 2018, *on-line*), pois isso fez com quem a empresa perdesse participação no mercado interno. Leão aponta que se estima que custe cerca de R\$0,92/litro para produzir derivados nas refinarias da Petrobras, ao passo que para importar um litro de derivados o custo é de R\$1,47 (LEÃO, 2018, *on-line*). O economista segue pontuando que países que não possuem petróleo se vêem obrigados a importá-lo, uma vez que esta é a matriz energética que prepondera mundialmente, e necessariamente, ao se importar derivados, obrigatoriamente se observa os preços internacionais, senão as empresas que importam sofrem prejuízo. No entanto, este não é o caso do Brasil, que é um país que possui petróleo e parques de refino.

Observando-se o preço estimado para produção de derivado na Petrobras (cerca de R\$0,92/litro), Rodrigo Leão questiona sobre a necessidade de serem

colocados preços paritários ao mercado internacional (cerca de R\$1,47/litro), que são bem mais altos que os que podem ser praticados pela companhia. Atualmente, a Petrobras subutiliza a capacidade de refino que possui. Refinando abaixo da sua capacidade, a Petrobras abre espaço para que empresas importadoras estrangeiras criem mercado no cenário brasileiro e, segundo Leão, o que está por trás desse agir é a intenção de venda de participação em refinarias brasileiras (LEÃO, 2018, *on-line*).

Com a venda de ativos e consequente perda de espaço no mercado interno, a Petrobras vê diminuída sua capacidade de prescrever a formação dos preços internos da gasolina e do diesel (LEÃO, 2018, *on-line*). Nesse ponto, pode-se remontar à técnica de desregulamentação por intervenção, abordada no tópico 3.2, na qual a própria Petrobras estaria agenciando sua perda de espaço e paulatina venda, o que se relaciona com a agenda de liberalização imposta aos países periféricos e semiperiféricos, cujos ditames envolvem a diminuição da participação estatal nas atividades econômicas.

Em artigo de opinião publicado por Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), e Gilberto Bercovici, os autores assinalam que o modelo de precificação que a Petrobras vem adotando desde 2016, em termos de projeto de país, consiste e conduz a um “[...] modelo dependente ou associado, com preponderância das empresas multinacionais e do sistema financeiro internacional, dependente financeira e tecnologicamente e vinculado às oscilações externas da economia mundial” (COUTINHO, BERCOVICI, 2018, *on-line*), no qual só cabe ao país a posição de subordinação ao mercado internacional, afastando-se dos planos de desenvolver um sistema política e economicamente autônomo.

No referido artigo, ao analisarem as consequências da atual gestão da companhia, Coutinho e Bercovici referem-se à categoria da superexploração, desenvolvida por Ruy Mauro Marini (2005) - e já esmiuçada neste trabalho, ver tópico 2.1 -, e demonstram o temor de que ao Brasil seja relegado, dentro da divisão internacional do trabalho, apenas o papel de exportador de *commodities*:

Caso se confirme a tomada do pré-sal pelas multinacionais petroleiras e o esvaziamento da Petrobrás, estaremos com grandes riscos de sermos apenas mais um fornecedor de óleo cru e de matérias primas, sem qualquer perspectiva de desenvolvimento e de integração social. Seremos apenas mais um Estado rentista, cuja oligarquia vive de parasitar as rendas obtidas

com a venda de produtos primários e da superexploração da nossa mão-de-obra. (COUTINHO; BERCOVICI, 2018, *on-line*)

Essa é, justamente, a previsão que os autores dependentistas fazem dentro da lógica de reprodução de dependência de forma sistêmica, no contexto de uma globalização financeira que opera sob a égide mercadológica e financeirizada. Nesse sentido, torna-se possível propor que a atual política de preços da Petrobras, ao atrelar-se diretamente à volatilidade dos preços do mercado internacional, reproduz a dependência socioeconômica brasileira, sobretudo porque beneficia interesses privados, de uma minoria que é acionária do capital financeiro internacional, em detrimento da maioria da população brasileira, dos consumidores, da própria companhia (que perdeu espaço no mercado interno e não viu seus lucros maximizados, ainda que os objetivos de uma empresa estatal estejam muito além da simples geração de rentabilidade no curto prazo) e da utopia propositiva de ter-se um país capaz de ditar o próprio destino.

Imperioso destacar que a Petrobras não é uma empresa como qualquer outra, assim, seu pilar central não é o de simplesmente buscar lucratividade para os acionistas. Primeiro, porque se trata de uma empresa estatal (economia mista); segundo, porque a pesquisa e a lavra do petróleo e gás natural é monopólio da União (artigo 177 da Constituição Federal de 1988); terceiro, porque a Lei 9.847/99 considera o abastecimento nacional de combustíveis uma atividade de utilidade pública. Esses elementos, por si, já elevam a companhia a um patamar diferenciado no que diz respeito ao interesse nacional envolvido em suas atividades. Nesse sentido é que afirma, em nota, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), dizendo que “[...] a Petrobras é uma empresa estatal e existe para contribuir com o desenvolvimento do país e para abastecer nosso mercado aos menores custos possíveis” (AEPET, 2018d, *on-line*).

Cabe referir que, desde a sua criação, a Petrobras tem sido um forte símbolo nacionalista, uma representação dos ideários da possibilidade de um país soberano, que rompesse com a dependência externa e a reprodução de desigualdades. Quando criada, uma das diretrizes era o “[...] redirecionamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno e a redução da dependência do país em relação aos mercados internacionais de produtos primários” (BERCOVICI, 2015, *on-line*).

Além disso, Gilberto Bercovici assinala que a defesa das empresas estatais petrolíferas diz respeito à autonomia dos países quanto à gestão de seus recursos naturais, especialmente inserindo-se num recorte geopolítico dentro do contexto de dependência e subdesenvolvimento, como é o caso brasileiro. Assim:

O contexto histórico da luta dos países em desenvolvimento por independência política e emancipação econômica tornou as empresas petrolíferas estatais entidades que personificam o controle soberano sobre os recursos naturais. As empresas estatais são instrumentos da política econômica nacional dos seus Estados, atuando de acordo com os objetivos estratégicos e de bem-estar social do Estado, indo muito além da mera busca de rentabilidade. (BERCOVICI, 2015, *on-line*)

Algumas análises avaliam que o pano de fundo da política de preços que vigora é a paulatina venda e privatização da Petrobras, com a venda de ativos que baixo risco, de refinarias, etc. Isso porque, vendendo-se combustível com preço acima do mercado internacional, a companhia perde mercado e, conseqüentemente, a capacidade de influenciar a formação dos preços (LOBO, 2018, *on-line*). A própria Petrobras anuncia em seu site a estratégia de desinvestimento, em anúncio titulado de “Por que parcerias e desinvestimentos são importantes para a Petrobras?” (2018b, *on-line*), com o argumento de que parcerias – com empresas privadas - e desinvestimentos seriam cruciais para melhorar o desempenho financeiro da companhia, e que a venda de ativos é justificável para reduzir dívidas (PETROBRAS, 2018b, *on-line*).

O que é convenientemente ocultado no anúncio, é que, evidente que vendas geram entrada de recurso em caixa, contudo, os recursos entram apenas uma vez (como em todo processo de privatização), ao passo em que a retomada de refinarias ociosas possibilitaria maior lucratividade a longo prazo, além de colaborar para a persecução dos fins que inspiraram a criação da Petrobras (ideia de soberania nacional, autossuficiência energética, etc.). Analisando um caso recente, em que a Petrobras vendeu ativos (gasodutos agrupados na malha do sudeste), a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), avaliou que “[...] sob a desculpa de arrecadar recursos hoje para reduzir o endividamento, compromete-se o fluxo de caixa futuro e não há atratividade do ponto de vista financeiro” (AEPET, 2017b, *on-line*).

Matheus Lobo pontua, quanto à correlação entre a privatização da companhia e a política de preços que vigora:

A relação entre política de preços e o projeto de privatização das refinarias expõe o quadro geral da política de “desinvestimento e parcerias” da Petrobras, que incluem outras medidas de fragmentação e gradual perda de centralidade da empresa na economia nacional. Destacam-se: alteração do marco regulatório do pré-sal, venda de gasodutos, indenização bilionária de acionistas estadunidenses, fim dos incentivos à indústria local, leilões em ritmo acelerado, mudanças no regime da cessão onerosa. (LOBO, 2018, *on-line*)

A diminuição da participação da Petrobras no mercado interno significa necessariamente o aumento da atuação do capital estrangeiro no setor, por meio de empresas transnacionais (LOBO, 2018, *on-line*). Fato é que a política de preços, que se pauta quase que exclusivamente na oscilação dos preços internacionais, subordina-se diretamente ao capital financeiro, vez que “[...] o valor de mercado oscila conforme a avaliação (e a especulação) dos agentes financeiros” (LOBO, 2018, *on-line*), valor este que não se vincula ao que de fato a companhia produz. A tônica do mercado financeiro é obter o maior lucro possível no menor espaço de tempo, o que é incompatível com o setor petrolífero, que demanda investimentos estruturais (LOBO, 2018, *on-line*), e opera visando objetivos duradouros. Assinala-se, ademais, que a Petrobras é hoje a maior empresa brasileira (LOBO, 2018, *on-line*).

No que tange à discussão quanto à privatização da Petrobras, tem-se que esse debate é longínquo. As maiores aberturas da companhia ao capital privado internacional ocorreram durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com o fim do monopólio das operações petrolíferas da Petrobras em 1997 e com a abertura do capital da companhia para ações na bolsa de valores de Nova York (LOBO, 2018, *on-line*). Com a permanência de ações da empresa na bolsa de valores estadunidense, tem-se que a companhia se sujeita à legislação e normas do país, o que também evidencia direta dependência. À época, ademais, acendeu-se a discussão da mudança do nome da estatal para PetroBrax, com a justificativa de que a alteração do nome ajudaria a internacionalizar a companhia, contudo, ante a reação de rechaço da população, a ideia não teve seguimento (LOBO, 2018, *on-line*).

Na ocasião, a Petrobras era presidida por Henry Philippe Reichstul, um banqueiro francês, que declarou, em entrevista concedida ao programa Roda Viva, em 2000, que a ideia era “[...] promover uma abertura, uma globalização, uma maior inserção do Brasil na economia internacional” (REICHSTUL, 2000, *on-line*) e “[...] transformá-la em uma corporação transnacional, em uma grande corporação”

(REICHSTUL, 2000, *on-line*). Facilmente detectável, pois, o discurso neoliberal e condizente com o que pautam as diretrizes do Consenso de Washington, de liberalização irrestrita da economia e diminuição da participação do Estado na economia.

Não obstante, é importante acrescentar que, mundialmente, entre as cinco petroleiras que mais produzem óleo e gás, quatro são estatais, sendo estas a Saudi Aramco, da Arábia Saudita, a Gazprom e a Rosneft, da Rússia, e a National Iranian Oil Company do Irã. A empresa privada que compõe a lista é a norte-americana Exxon Mobil (LOBO, 2018, *on-line*). Com isso, pode-se concluir que a tendência mundial é a manutenção de petroleiras no âmbito estatal, por tratar-se de um setor extremamente estratégico, com potencial para colaborar para a autonomia e o rompimento da dependência dos países.

Em vias de concluir, também é relevante assinalar que, apesar do discurso liberalizante que o país emprega e impõe para seus parceiros comerciais, os Estados Unidos subsidiam combustíveis, em cifra bilionária. É dizer, o país que vende a imagem de ser a “terra da liberdade” e que em teoria enuncia a ampla liberdade econômica e competitividade internacional irrestrita, estimula esse comportamento em outros países, mas não adota. É o que aponta uma reportagem do jornal estadunidense Washington Post, escrita por Tim McDonnell, que noticia que “[...] sem subsídios federais e estaduais, quase metade da produção de petróleo dos EUA - cerca de 45% - não seria rentável a preços correntes, segundo os pesquisadores⁶³” (MCDONNELL, 2017, *on-line*).

Segundo o Washington Post, os subsídios estatais à indústria petroleira estadunidense seriam no montante de cerca de 4,6 bilhões de dólares por ano (MCDONNELL, 2017, *on-line*). No mesmo sentido, é o que denuncia o jornal britânico The Guardian, em reportagem escrita por Damian Carrington e Harry Davies. Nessa reportagem, no entanto, o dado trazido é que os subsídios às empresas atingiram o patamar de 21 bilhões de dólares, no ano de 2014 (CARRINGTON, DAVIES, 2015, *on-line*).

Trazer à tona tais dados importa na medida em que foi demonstrado que um dos grandes beneficiários da política de preços que atualmente vigora na

⁶³ [texto original]: “[...] without federal and state subsidies, nearly half of U.S. oil production — about 45 percent — would be unprofitable at current prices, the researchers found.” (MCDONNELL, 2017, em tradução livre).

Petrobras foram as empresas petrolíferas estadunidenses, que passaram a ocupar o espaço perdido no mercado brasileiro pela estatal brasileira, que passou a praticar preços acima da média internacional.

Em conclusão, Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), esclarece que os preços praticados hoje pela companhia não se pautam nos custos de produção da Petrobras, e que seria possível praticar preços que garantiriam rentabilidade à empresa e seriam compatíveis com os custos. Hoje, os preços se embasam em fatores que não dependem da Petrobras, da economia nacional ou do governo brasileiro, mas sim baseados em aspectos geopolíticos, como a política do Banco Central estadunidense (COUTINHO, 2019, *on-line*). Por outro lado, Coutinho assinala que boa parte dos custos de produção da Petrobras não depende destes fatores externos, uma vez que a maior parte dos custos está precificada em real (quando a refinação ocorrida no Brasil) (COUTINHO, 2019, *on-line*).

Por fim, Felipe Coutinho prescreve que:

[...] nós hoje estamos entrando num ciclo do tipo colonial, mais um ciclo de tipo colonial, exportação de matéria-prima, petróleo cru, e pior, por multinacionais estrangeiras. [...] Esse modelo de desenvolvimento é um modelo que a gente já conhece, é mais um ciclo do tipo colonial que vai exaurir mais essa riqueza finita, assim como tantas outras que foram exauridas na história do Brasil. (COUTINHO, 2019, *on-line*)

É dizer, a atual política de precificação adotada pela Petrobras reforça a dependência, reproduz o nexo de colonialidade – em termos econômicos, políticos, sociais e ambientais - e prejudica a companhia, a União e os consumidores brasileiros, tudo isso em benefício de interesses privados de uma minoria ligada ao capital financeiro internacional e às importadoras estrangeiras, especialmente as estadunidenses.

5 CONCLUSÃO

A título de conclusão deste trabalho, cumpre apontar a confirmação da hipótese de pesquisa, isto é, que a política de preços adotada pela Petrobras em outubro de 2016 e que segue em vigor, reproduz a dependência e o nexos de colonialidade na sociedade brasileira. Isso porque atrela diretamente a economia à volatilidade que há no mercado internacional (volatilidade esta intencionada pelo capital internacional financeiro que lucra justamente com essa instabilidade), e repassa combustíveis aos consumidores brasileiros em preços acima dos praticados internacionalmente, uma vez que, além de observar a cotação internacional do barril de petróleo, também agrega uma margem de custo para proteger o que a Petrobras chama de riscos inerentes às operações.

Isto é, a política de precificação atrela fatia importante da economia brasileira ao vai e vem instável do mercado internacional, que é oligopolizado por instituições financeiras ocidentais – estadunidenses e norte-europeias, especialmente -, tornando-a diretamente dependente deste, que se traduz em um espaço absolutamente não-democrático, cujos interesses de pequenas elites prevalecem.

Igualmente, diz-se que a política reproduz a dependência, na medida em que uma de suas consequências mais evidentes foi que a Petrobras perdeu espaço no mercado interno para importadoras estrangeiras, e com isso viu diminuída sua capacidade de ditar os preços dos combustíveis. É dizer, a lógica da dependência se vislumbra nesse sentido, já que houve a perda de espaço de uma empresa brasileira e estatal, que foi criada com o escopo (dentre outros) de alcançar a soberania energética nacional, em detrimento de empresas privadas estrangeiras, com sede em países que são justamente os centros de poder mundial, o que tornam ainda mais distantes os anseios de ter-se um desenvolvimento autônomo no cenário brasileiro.

Não obstante, também diz respeito aos estudos desenvolvidos quanto ao papel do Estado no cenário de globalização, da concretização da progressiva perda do espaço decisório estatal, ao passo em que organismos e instituições privadas vêm seu poder se expandindo e ocupando áreas que até então eram regulamentadas por entes estatais. No caso analisado, o espaço perdido pela Petrobras foi ocupado por importadoras estrangeiras.

Além disso, desde que foi adotada a política de paridade internacional dos preços, o Brasil aumentou a importação de derivados e disparou a exportação de petróleo cru, e acrescenta-se ainda o aumento da ociosidade do parque de refino brasileiro.

Pode-se fazer um paralelo, também, no que diz respeito ao aumento de exportação de matéria-prima pelo Brasil, uma vez que, dentro do sistema-mundo, este historicamente é o lugar ocupado pelo país e seus pares latino-americanos, de exportarem matéria-prima barata aos centros de poder, ao passo em que necessitam importar produtos manufaturados e de maior valor agregado, que muitas vezes são produzidos justamente com a matéria-prima que advém dos países dependentes. Nesse ponto, a manutenção e reprodução da colonialidade e da lógica colonial que impera desde os primórdios da conquista pode ser constatada.

Além do mais, se estabelece um vínculo bastante evidente com as preocupações e previsões dos autores dependentistas no que concerne à reprimarização das economias periféricas e semiperiféricas no contexto de globalização, que é justamente o que se vislumbra com o aumento da exportação do óleo bruto, ao mesmo tempo em que cresce a importação de derivados.

Não apenas isso, senão que também se verificam elementos do capitalismo em sua fase financeirizada, uma vez que a política de precificação que vigora beneficia, sobretudo, os acionistas e investidores da companhia, que visam a lucratividade no curto prazo, à custa da própria produtividade da Petrobras. Também se assinala, nesse sentido, a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, conforme problematizam os autores referenciados neste trabalho.

O mercado financeiro é extremamente poderoso e incontrolável desde os âmbitos nacionais, e por isso se sugere que a dependência, no contexto global, assume uma faceta mais ampla: não só de outros Estados-nação e sociedades é que as sociedades periféricas e semiperiféricas dependem, senão que também circundem à lógicas privadas, do capital financeiro, empresas transnacionais e organismos internacionais privados, cujas instâncias decisórias se encontram distantes das populações que são diretamente afetadas pelas decisões.

Em outro sentido, ainda que não tenha se desenvolvido propriamente o tema neste trabalho, também se lança preocupações quanto ao futuro da maior empresa brasileira, já que se verifica pujante a discussão quanto à privatização paulatina da Petrobras, por meio da venda de ativos da companhia e realização de

leilões do pré-sal. Aponta-se também para uma intencionalidade política nestes processos, vez que a agenda liberalizante, imposta aos países latino-americanos desde pelo menos o contexto do Consenso de Washington, pauta justamente a diminuição da ingerência estatal nas atividades econômicas, bem como a livre concorrência de forma plena.

É importante assinalar, contudo, que não se trata de uma defesa irrestrita do setor petrolífero, que, em que pese seja um campo altamente estratégico para o país, há de ser levado em consideração que é também um setor cujas atividades possuem alto custo ambiental. É preciso ser continuamente repensadas políticas econômicas que se pautem no extrativismo, no desenvolvimentismo em sua acepção preponderantemente hegemônica e em uma política exportadora de *commodities*.

Tem-se, hoje, uma economia mundial completamente dependente de fontes de combustíveis fósseis e hidrocarbonetos, que levam a altíssimas emissões de gases poluentes, o que demanda a necessidade de serem pensadas novas fontes energéticas para a economia mundial, para que seja viabilizada a transição para uma economia de baixa emissão de carbono, e cuja fonte energética seja menos prejudicial para o meio ambiente.

No entanto, o que se está em discussão, é dizer, o enfraquecimento da Petrobras e a reprodução da dependência socioeconômica brasileira, não opera no horizonte de gerar fontes energéticas mais limpas, mas sim de ser o setor petrolífero brasileiro cada vez mais comandado por petrolíferas privadas estrangeiras (especialmente estadunidenses), e de se ter de forma cada vez mais evidente a participação do capital estrangeiro no setor. Diferentemente da Petrobras, que por ser uma companhia estatal, possui maior compromisso social com o Brasil, essas empresas privadas estrangeiras operam com base na lucratividade a curto e médio prazo, e não possuem o mesmo comprometimento com a soberania energética nacional, a superação da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro, que cabem à Petrobras. É dizer, diferentemente da Petrobras, não precisam prestar contas diretamente ao governo e à sociedade – especialmente em um contexto em que impera o discurso da liberdade econômica e competição irrestrita -, e podem conduzir suas atividades mirando a lucratividade de seus acionistas, seja qual for o custo social e ambiental.

Insta consignar que, ao se problematizar o papel que o Estado possui no contexto de globalização econômica, de ter seu espaço de ação diminuído em detrimento de organismos privados internacionais (financeiros, principalmente), não se pretende propor, como saída, um retorno ao modelo de Estado-nação, com centralização política decisória. Isso porque se entende que esse modelo de organização política e social, especialmente em latitudes periféricas e semi-periféricas, como é o caso brasileiro e de toda a América Latina, foi – e é – um dos agentes responsáveis por toda sorte de exclusões, ocultações de alteridades, e historicamente serviu como braço direito das elites nacionais, em detrimento dos interesses das maiorias populares, que são afastadas dos espaços de decisão.

O Estado-nação nunca foi faticamente democrático em *Nuestramerica*, contudo, ainda que de forma extremamente limitada e reduzida à espaços formais, possui mecanismos democráticos e que possibilitam uma maior ingerência da sociedade na tomada de decisões, ao passo em que os organismos privados internacionais, que se empoderaram no contexto de globalização, não são acessíveis nem ficticiamente pela sociedade em geral, suas decisões, que são impostas a todos nós, realizam-se de forma privada, entre minorias com poder econômico e político.

Com isso, o trabalho objetivou diagnosticar as mudanças ocorridas no cenário globalizado que se vivencia hoje, de modo que seja possível, a partir da realidade concreta de nossa sociedade, buscar delinear como enfrentar tais processos. Trata-se de traçar um horizonte utópico, mas que parta do real, e a partir daí seja palpável pensar em estratégias que possibilitem construir uma nova realidade possível, que passe pela superação da dependência e o rompimento da colonialidade. O que *suleou*, portanto, toda a investigação foi a preocupação com as condições de vida da população brasileira, que é atravessada por todos os elementos que foram objeto desta investigação: o Estado, a dependência, os preços dos combustíveis, a globalização financeira, etc.

Por isso, utilizou-se a Teoria Marxista da Dependência como marco teórico da investigação, pois esta se traduz em um marco de compreensão (e proposição) da sociedade brasileira e latino-americana desde a nossa própria realidade, levando em consideração, na elaboração de suas categorias, proposições e análises, a materialidade e a corporalidade viva dos sujeitos imbricados nos processos históricos.

Pela relevância que o tema avoca, os estudos terão continuidade devido à sua atualidade e pela imperiosidade de se avançar no assunto abordado. Por tratar-se de processos vivos, em efervescência, cujos desdobramentos são incertos, torna-se importante que investigações científicas continuem a acompanhar as repercussões destas decisões, a fim de verificar como os fenômenos da dependência e da colonialidade repercutem no cenário de globalização. É dizer, a instabilidade que se traduz na constante revisão da política de preços da Petrobras aponta para esta ebulição.

A confluência do problema de pesquisa com a hipótese apresentada e os marcos teóricos utilizados na investigação indicam a reprodução da dependência brasileira por meio da política de preços da Petrobras, em vigência desde outubro de 2016, bem como sinalizam para a manutenção da hegemonia da colonialidade na atual conjuntura de globalização financeira. Desta forma, torna-se possível sugerir que a globalização que hoje vigora traduz a colonialidade do poder e a dependência a nível global, o que se pretendeu demonstrar utilizando-se a política de precificação da Petrobras.

REFERÊNCIAS

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Editorial: Política de preços de Temer e Parente é “America First!”**. 11 dez. 2017a. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1125-editorial-politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first>>. Acesso em 14 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **NTS: Crônica de um prejuízo anunciado**. 12 set. 2017b. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/item/720-nts-cronica-de-um-prejuizo-anunciado>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Nota sobre a subvenção aos produtores e importadores de diesel**. 13 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.sengers.org.br/site/noticias/4130/nota-da-aepet-sobre-subvencao-aos-produtores-e-importadores-de-diesel>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Quem ganha e quem perde com a política de preços da Petrobrás**. Youtube. 18 dez. 2018b (8min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w8ZqdkvVBq0&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **AEPET contesta as falácias de Décio Oddone (ANP) sobre o refino e a política de preços da Petrobrás**. 11 ago. 2018c. Disponível em: <https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2018/08/aepet-contesta-as-falc3a1cias-de-dc3a9cio-oddone_rev0.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Nota sobre a política de preços da Petrobrás**. 22 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/1749-nota-sobre-a-politica-de-precos-da-petrobras>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Em 2018, o Brasil exportou 40% de todo o petróleo cru que produziu**. 25 jan. 2019a. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2687-em-2018-o-brasil-exportou-40-de-todo-o-petroleo-cru-que-produziu>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Em dois anos, refinarias americanas faturam R\$ 37 bilhões com a venda de diesel ao Brasil**. 01 mar. 2019b. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2848-em-dois-anos-refinarias-americanas-faturam-r-37-bilhoes-com-a-venda-de-diesel-ao-brasil>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **AEPET critica a atual estratégia da Petrobrás**. Youtube. 26 fev. 2019c (16m). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=rKvS9KJqQ2g&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. **Proposta de nova política de preços do diesel para a Petrobrás**. 11 jun. 2019. Disponível em: <<http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3265-proposta-de-nova-politica-de-precos-do-diesel-para-a-petrobras>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina, la construcción del orden**: de la colonia a la disolución de la dominación oligárquica. Buenos Aires: Ariel, 2012.

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. **Pesquisa de juros**. 2018. Disponível em <<https://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2018315161835543.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

BERCOVICI, Gilberto. Teoria do Estado e teoria da Constituição na periferia do capitalismo: breves indagações críticas. In: NUNES, A. J.; COUTINHO, J. N. M. (orgs.). **Diálogos Constitucionais**: Brasil/Portugal. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. Soberania econômica e regime jurídico do capital estrangeiro no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC**, Belo Horizonte, ano 5, n.17, p.95-110, jan./mar. 2011.

BERCOVICI, Gilberto. Petrobrás – Monopólio estatal e política concorrencial. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, Belo Horizonte, ano 1, nº 1 (mar/ago 2012), p. 135-147, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. **A Campanha do Petróleo e a Mobilização Popular em favor da Petrobrás**. 9 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Campanha-do-Petroleo-e-a-Mobilizacao-Popular-em-favor-da-Petrobras/4/32839>>. Acesso em 18 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 26 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938**. Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Brasília,

1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0395.htm>. Acesso em 30 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953**. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. Brasília, 1953. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm>. Acesso em 31 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>. Acesso em 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13365.htm>. Acesso em 04 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Brasil vive desindustrialização**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2908201011.htm>>. Acesso em 25 mai. 2019.

BUENO, Fábio Marville. Presente, passado e futuro do capitalismo brasileiro: o debate da obra de Ruy Mauro Marini. In: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e marxismo**. Contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

CAPUTO LEIVA, Orlando. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: SADER, Emir (coord.); DOS SANTOS, Theotônio (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo (org.); VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Boitempo; PUC-Rio, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, 143 p.

CARRINGTON, Damian; DAVIES, Harry. **US taxpayers subsidising world's biggest fossil fuel companies**. Londres: The Guardian. 12 mai. 2015. Disponível em: <<https://amp.theguardian.com/environment/2015/may/12/us-taxpayers-subsidising-worlds-biggest-fossil-fuel-companies>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CARVALHO, Laura. **Jornal da Cultura**. Entrevista concedida em 24/05/2018. Youtube, 24 mai. 2018b (52 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uk-5j1eNp4Q>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CARVALHO, Laura. **10 problemas evidenciados pela greve dos caminhoneiros**. Santos: Revista Fórum. 27 mai. 2018c. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/laura-carvalho-10-problemas-evidenciados-pela-greve-dos-caminhoneiros/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CARVALHO, Laura. **Distribuir renda no Brasil sem mexer nos impostos é quixotesco**. São Paulo: El País. 4 jul. 2018d. Entrevista concedida a Felipe Betim e Heloísa Mendonça. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529091114_614722.html> Acesso em: 12 out. 2018.

CASTRO, José Roberto. **Por que a política de preços da Petrobras está em xeque**. São Paulo: Nexo Jornal. 22 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/22/Por-que-a-pol%C3%ADtica-de-pre%C3%A7os-da-Petrobras-est%C3%A1-em-xeque>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. Em: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL Ramón (Comp). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007, p. 79-91.

COUTINHO, Felipe; BERCOVICI, Gilberto. **Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil**. São Paulo: Viomundo. 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COUTINHO, Felipe. **Política de preços prejudica Petrobras, entrevista ao Brasil 247**. 19 abr. 2019 (35 min). Disponível em: <<https://felipecoutinho21.wordpress.com/2019/04/19/politica-de-precos-prejudica-petrobras-entrevista-ao-brasil-247/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Niterói: [s.n.], 1998. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWR0dXSXZZb2trYjQ/view>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación**. Bogotá: Nueva América, 1996. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20120227024607/filosofia.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Política da libertação**. História mundial e crítica. Trad. Paulo César Carbonari (Coord.) et al. Passo Fundo: IFIBE, v. 1, 2014.

EXAME. **Brasil está ainda mais dependente das commodities**. São Paulo: Grupo Abril. 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/brasil-esta-ainda-mais-dependente-das-commodities/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

FERREIRA, Lier Pires. A participação de empresas estrangeiras na produção petrolífera do pré-sal brasileiro: uma análise geopolítica. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC**, Belo Horizonte, ano 5, n. 17, p.169-199, jan./mar. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <http://peadanosiniciais.pbworks.com/f/Pedagogia_da_Esperanca_-_Paulo.pdf>. Acesso em 14 jun. 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

GUNDER FRANK, Andre. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, nº 7, agosto de 1967.

HERNÁNDEZ CERVANTES, Aleida. **La producción jurídica de la globalización económica**: notas de una pluralidad jurídica transnacional. Aguascalientes / San

Luis Potosí / Ciudad de México: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispat / Maestría en Derechos Humanos de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí / Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. **Gás do Pré-Sal: Oportunidades, Desafios e Perspectivas**. Ciclo de Debates sobre Petróleo e Economia. Cooperação e Pesquisa IBP – UFRJ, 2017. Disponível em <https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2017/02/2017_TD_Gas_do_Pre_Sal_Oportunidades_Desafios_e_Perspectivas.pdf>. Acesso em 31 mai. 2019. 1

JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de. Globalización y constitucionalismo: una lectura en clave cosmopolita. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, n. 36, Madrid, p. 151-171, 2002.

JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de. **La globalización ilustrada**: ciudadanía, derechos humanos y constitucionalismo. Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas. Universidad Carlos III de Madrid. Madrid: Dykinson, 2003.

KATZ, Claudio. **La teoría de la dependencia, cincuenta años después**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

KAY, Cristóbal. Enfoques Reformistas e Marxistas da Dependência. In: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e marxismo**. Contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

KAY, Cristóbal. Teorias estruturalistas e teoria da dependência na era da globalização neoliberal. In: SADER, Emir (coord.); DOS SANTOS, Theotônio (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo (org.); VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Boitempo; PUC-Rio, 2009.

LEÃO, Rodrigo. **Petrobrás se tornou refém dos importadores que estimulou**. 30 mai. 2018. São Paulo: Viomundo. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/rodrigo-leao-petrobras-se-tornou-refem-dos-importadores-que-estimulou.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LEÃO, Rodrigo. **As confusões por trás da política de reajuste de preços da Petrobras**. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 19 abr. 2019. Disponível: <<https://diplomatique.org.br/confusoes-da-politica-de-reajuste-de-precos-da-petrobras/>>. Acesso em 16 jun. 2019.

LIS, Laís; AMARAL, Luciana. **Temer sanciona lei que desobriga Petrobras de participar do pré-sal**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 29 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/temer-sanciona-lei-que-desobriga-petrobras-de-participar-do-pre-sal.html>>. Acesso em 04 jun. 2019.

LOBO, Matheus. **Muito além do combustível caro**: Política de preços da Petrobras prejudica a própria empresa. São Paulo: Intersindical. 6 set. 2018. Disponível em: <<https://www.intersindicalcentral.com.br/muito-alem-do-combustivel-caro/#.XQlq4RZKjIV>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Em CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Ensaio datado de 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973). Post-scriptum conforme: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Flacso, (Santiago de Chile), n° 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Coleção Pátria Grande. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20140310040752/14Marti.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCDONNELL, Tim. **Forget the Paris agreement**. The real solution to climate change is in the U.S. tax code. Washington D.C.: Washington Post. 2 out. 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/10/02/forget-the-paris-agreement-the-real-solution-to-climate-change-is-in-the-u-s-tax-code/?noredirect=on&utm_term=.45aaaadd30cf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MELLIS, Fernando. **Exportações brasileiras de petróleo batem recorde em 2018**. Rio de Janeiro: R7. 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/exportacoes-brasileiras-de-petroleo-batem-recorde-em-2018-22012019>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MESQUITA, Lígia. **Crise revela dependência de transporte rodoviário que é 'mais barato e dá voto'**. Londres: BBC Brasil em Londres. 24 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44247460>>. Acesso em 14 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, **Petrobras arrecada cerca de R\$ 120 bilhões em maior operação de captação do mundo**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2010/setembro/petrobras-arrecada-cerca-de-r-120-bilhoes-em-maior-operacao-de-captacao-do-mundo>>. Acesso em 03 jun. 2019.

NUNES, Antônio José Avelãs. A “paixão europeia pela austeridade” – Um novo projeto neocolonialista. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFE**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 149-179, mar/ago. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Reajustes de preços da gasolina e diesel podem ser diários, anuncia Petrobrás**. Rio de Janeiro: Agência Brasil. 30 jun. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/reajustes-de-precos-da-gasolina-e-diesel-podem-ser-diarios-anuncia>>. Acesso em 14 jun, 2019.

ONU Brasil. **Aumenta peso das commodities para economia do Brasil, revela relatório da ONU**. [s.l.]. 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/aumenta-peso-das-commodities-para-economia-do-brasil-revela-relatorio-da-onu>>. Acesso em: 24 set. 2018.

ORDOÑEZ, Ramona; MARTINS, Gabriel. **Petrobras altera política de preço do diesel e anuncia 'cartão caminhoneiro'**. Rio de Janeiro: O Globo. 26 mar. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-altera-politica-de-preco-do-diesel-anuncia-cartao-caminhoneiro-23550955>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ORDOÑEZ, Ramona; ROSA, Bruno. **Petrobras reduz preço do diesel e altera política de preços dos combustíveis mais uma vez**. Rio de Janeiro: O Globo. 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-reduz-preco-do-diesel-altera-politica-de-precos-dos-combustiveis-mais-uma-vez-23735586>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OURIQUES, Nildo Domingo. Por uma teoria marxista da dependência. In: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e marxismo**. Contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

PETROBRAS. **Relatório de Atividades 2011**. 2011. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/8722/RelatriodeAtividades2011pt.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

PETROBRAS. **Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina**. 14 out. 2016. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PETROBRAS. **Sobre a política de preços do diesel vendido para as distribuidoras**. 28 dez. 2018a. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e>>

dados/sobre-a-politica-de-precos-do-diesel-vendido-para-as-distribuidoras.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PETROBRAS. **Por que parcerias e desinvestimentos são importantes para a Petrobras?** 5 jul. 2018b. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/por-que-parcerias-e-desinvestimentos-sao-importantes-para-a-petrobras.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PETROBRAS. **Relatório Anual 2018**. 2019a. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/206/Relatorio_anual_27_03.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

PETROBRAS. **Composição do Capital Social**. 2019b. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/visao-geral/composicao-acionaria>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

PETROBRAS. **10 respostas para suas dúvidas sobre o preço da gasolina**. 2019c. Disponível em: <<https://duvidasgasolina.hotsitespetrobras.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PETROBRAS. **Gasolina e Diesel**. Preços de diesel e gasolina às distribuidoras sem tributos. Política de preços para a Gasolina e o Diesel. 2019d. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/produtos-e-servicos/precos-de-venda-as-distribuidoras/gasolina-e-diesel/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PETROBRAS. **Roberto Castello Branco assume a presidência da companhia**. 3 jan. 2019e. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/roberto-castello-branco-assume-a-presidencia-da-companhia.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PUCEIRO, Enrique Zuleta. O processo de globalização e a reforma do Estado. In: FARIA, José Eduardo (org.). **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

QUIJANO, Anibal. La modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día. Entrevista concedida à Nora Velarde. **ILLA – Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10, p. 42-57, 1991.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REICHSTUL, Henry Philippe. **Os novos desafios da maior empresa brasileira de energia, que adotou o perfil competitivo do mercado internacional, aparecem nesta entrevista com o então presidente da Petrobras.** [Entrevista concedida ao programa Roda Viva]. 8 mai. 2000. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/339/entrevistados/henry_philippe_reichstul_2000.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y emancipación.** Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Bogotá: ILSA – Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **El milenio huérfano: ensayos para una nueva cultura política.** Bogotá/Madrid: ILSA/Trotta, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina.** Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SCHNEYER, Joshua. **Commodity Traders: The trillion dollar club.** Estados Unidos: Reuters, 2011. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-commodities-houses/corrected-commodity-traders-the-trillion-dollar-club-idUSTRE79R4S320111028>>. Acesso em 26 mai. 2019.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Brasil: nuevo desarrollismo y petróleo de aguas profundas. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, p. 122-133. Buenos Aires: Nueva Sociedad, março-abril de 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEABRA, Raphael Lana. Introdução. O imperativo da interpretação própria sobre o desenvolvimento do capitalismo latino-americano. In: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e marxismo.** Contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **América Latina: de crisis y paradigmas.** La teoría de la dependencia en el siglo XXI. México, D.F.: Plaza y Valdés, 2005.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir (coord.); DOS SANTOS, Theotônio (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo (org.); VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Boitempo; PUC-Rio, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: Movimientos socioambientales en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, año XIII, nº 32. Buenos Aires: CLACSO, outubro de 2012.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46. Buenos Aires: Nueva Sociedad. março-abril de 2013.

UNCTAD. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. **State of Commodities Dependence - 2016**. 2017. Disponível em: <<http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2017d2.pdf>>. Acesso: 24 set. 2018.

VIELA, Pedro Rafael. **Para viabilizar redução do diesel, governo tira R\$ 1,2 bi de programas**. Brasília: Agência Brasil. 31 mai. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/governo-corta-verba-de-ministerios-para-viabilizar-desconto-no-diesel>>. Acesso em 18 jun. 2019.